

FERNANDO PEDRÃO



TEORIA SOCIAL E MÉTODO

PARA UMA TEORIA SOCIAL LIBERTÁRIA

 eduepb



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Fernando Pedrão

**TEORIA SOCIAL
E MÉTODO**
PARA UMA TEORIA SOCIAL LIBERTÁRIA



Campina Grande - PB
2023



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidival Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto Araújo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

P372t Pedrão, Fernando.
Teoria social do método / Fernando Pedrão. – Campina
Grande : EDUEPB, 2023.
194 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 1,0 MB.

ISBN: 978-85-7879-839-0 (E-book)
ISBN: 978-85-7879-838-3 (Impresso)

1. Método – conceito. 2. Campo social. 3. Ciências
sociais – teoria social. I. Pedrão, Fernando. II. Título.

21. ed. CDD 306.45

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

PREFÁCIO

A questão de método voltou ao centro do debate. Sob a associação de dogmatização das ciências sociais com controle social da alienação, a questão de método tornou-se uma urgência, tal como foi exposto por Jean-Paul Sartre¹, como passo necessário para a crítica da ciência social burguesa. Método é o modo de expor as contradições da teoria, portanto de expor as relações de causalidade que exigem mudar a teoria.

No coração da polêmica sobre desenvolvimento, há um conflito em torno da relação entre o poder explicativo da teoria e o modo de analisar o mundo social. Este estudo pretende contribuir para uma visão brasileira de um saber socialmente ativo, que se produz pela relação entre um pensar e um agir historicamente determinados.

A investigação no aspecto de método na teoria do mundo social implica em romper com a epistemologia positivista determinante do empirismo. Distingue a positividade do conhecimento do positivismo que reduz a efetividade interpretativa do saber, tornando-o ineficaz frente às complexidades do mundo contemporâneo. Algumas obras marco de milha são uma trilha

1 Jean-Paul Sartre, *Critique de la raison dialectique*. (1967).

a ser seguida e serão lembradas². É um esforço que envolve uma avaliação de seu papel na reprodução social³.

A alienação, que é rejeição de identidade, é um processo complexo que se desenvolve como contradição do sistema de poder e se divide entre uma alienação induzida e outra consentida. A alienação induzida é exercida por um poder externo e se desenvolve por efeito de demonstração. Hoje se espalha pelo circuito das classes dominantes e é potencializada pela mídia que arregimenta as classes médias e segmentos das classes populares. A alienação consentida surge de uma opção por subalternidade que começa pela burguesia desnacionalizada e derrama para as classes médias por meio de mecanismos de dependência. Para reverter a alienação é preciso afirmar a identidade.

A superação da alienação enfrenta os dogmas que a causaram. No movimento geral antidogmático, desenterra-se a diferença entre a epistemologia pós-kantiana das ciências físicas e a gnosiologia histórica das ciências sociais em confronto nas raízes da modernidade. No ambiente geral de incerteza e indeterminação de nossa época, quando prevalecem demonstrações indiretas sobre demonstrações diretas, não há espaço para análises sobre bases empíricas invariantes. A primeira revolução do método teórico é o reconhecimento da verdadeira pluralidade do mundo social. Desde já, o Brasil é caboclo.

Para percorrer o caminho da independência de pensamento é preciso começar por seus fundamentos na produção social, isto é, ir ao encontro do processo histórico do pensar socialmente relevante. As sucessivas civilizações herdaram subsídios de outras anteriores e agregam seu próprio esforço de entender o mundo e a si próprias. A memória é sempre o fundo da produção de

2 Lugares especiais cabem a *Lógica e existência* de Jean Hyppolite (1953), *O conteúdo em Hegel* de Louis Althusser (1947) e a *Crítica da razão dialética* (1967) de Jean-Paul Sartre, que contém uma crítica vigorosa ao dogmatismo.

3 Este estudo implica na urgência de uma incursão sobre o movimento geral de alienação que atinge a maioria dos países latino-americanos.

objetividade pelo que, por meio dela, se forma o espaço social da racionalidade⁴. Ao reconhecer as dificuldades para situar a razão à luz da pluralidade cultural, percebe-se que há espaços de relativização de crenças e mitos, juntos com um movimento do essencial ético. Por isso, é necessário construir espaços de comparação que deem conta de nossa experiência. Finalmente, é preciso eliminar tudo que é supérfluo, voltar às bases práticas para construir um olhar plenamente objetivo dirigido à ampliação do possível.

4 Ver de Marco Zingano, *Memória e razão em Aristóteles* (1995).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

A NECESSIDADE DA TEORIA SOCIAL , 17

LÓGICA E DINÂMICA DO PRIMITIVISMO, 33

OS PROCESSOS SOCIAIS DO SABER, 37

Produção social e controle do saber, 37

A originalidade do saber popular, 44

A presença irredutível do saber, 48

Um saber emancipado, 50

A BASE HISTÓRICA DO CONHECIMENTO, 57

Facticidade e conhecimento histórico, 57

Decantação, inclusão, exclusão, 58

A secularização do poder do conhecimento, 62

O caminho próprio da teoria social, 66

O TODO E A TOTALIZAÇÃO SOCIAL, 69

O todo inicial e final, 69

Uma visão em retrospectiva, 73

A totalidade como futuro, 75

A DIALÉTICA COMO LEI DA MUDANÇA, 77

HISTORICIDADE DO OBJETO E CRÍTICA HISTÓRICA, 83

A visão moderna da história, 83

O real concreto histórico e a consciência social, 89

MÉTODO COMO CRÍTICA INTERNA DA TEORIA, 91

Objeto-sujeito e consciência, 91

Método como abstração necessária, 93

O significado crítico do método, 95

O problema visceral da dialética, 97

Método como derivação de procedimentos, 100

A eclosão da dialética submersa, 102

AS LEIS DO CAOS, 105

A TEORIA SOCIAL COMO CRÍTICA HISTÓRICA, 109

Crítica como ética, 109

Crítica como modo de autonomia, 111

A crítica histórica e o colonialismo, 116

HORIZONTES ESPAÇO-TEMPORAIS E MEMÓRIA, 119

O registro do tempo como forma de poder, 119

Memória ativa, 121

Limites da teoria, 125

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA ANÁLISE HISTÓRICA, 127

O PESO HISTÓRICO DA PRÁXIS, 131

A práxis como composição social, 131

A práxis fundante, 132

A reflexividade da práxis, 135

ULTRAPASSANDO A RIGIDEZ DO MÉTODO, 139

REFERÊNCIAS, 143

INTRODUÇÃO

Para trabalhar sobre método é preciso começar por conceituar método. Distinguir método de procedimentos metodológicos. Método é o modo de produzir pensamento sobre as práticas; e de produzir pensamento sintético na forma de conceitos. Por extensão, é o modo de descobrir contradições conceituais. É como o ser pensante se relaciona com os objetos pensados. Por isso, método é o modo de produzir teoria e de usar teoria. Foi como Aristóteles viu um método criativo, dito não-apodítico¹. Nos fuxicos escolásticos ingleses, em que Aristóteles foi reduzido aos seus aspectos formais, perdeu-se de vista o problema de conteúdo, inclusive nos *Analíticos*, resgatados por Werner Jaeger² e Pierre Aubenque³.

A reflexão sobre o método reage à ressurreição do fanatismo, da falsa racionalidade e de imposição de formas de poder mundializado que se apresentam como hegemônicas, isto é, como aceitas e não como impostas. Método não é apenas o modo de aplicar estratégias consagradas de trabalho, é o modo de criar

1 Enrico Berti. *Aristóteles no século XX*. (1995).

2 Werner Jaeger. *Aristóteles*. (1984).

3 Pierre Aubenque. *Le problème de l'être chez Aristote* (1977).

novas estratégias de trabalho, pelas quais ganhar independência intelectual.

Na relação entre teoria e método, a visão de método é parte da teoria e toda teoria se apoia em algum método. Trata-se da fundamentação de método das ciências sociais, distinguindo a reflexão tematicamente dirigida e o movimento interno do pensamento que converte experiências em teoria. Cabe lembrar duas contribuições fundamentais, que são as de Jurgen Habermas, ao dizer que a Economia Política surgiu, no século XVIII, para procurar as leis gerais do mundo social (1987) e de Lucien Goldmann, ao considerar que as ciências humanas são inseparáveis da filosofia. Acompanhando Aristóteles, vê-se a teoria como uma reflexão sobre práticas, que opera uma mudança qualitativa, pela qual se desprende das circunstâncias das práticas, mas em que se mantém a ancoragem da abstração em referências concretas da realidade. A teoria se forma mediante um processo de reflexão controlada, em que as experiências são sempre objeto de novas leituras e o desenvolvimento de novos artefatos de análise responde a necessidades práticas, tal como a substituição do ábaco pelo computador. Modos de quantificação de processos sociais, ou respondem a indagações substantivas ou são meros exercícios de matemática, em que se pretende substituir as condições de consistência material pelas de consistência formal. Mesmo quando se apresenta como autocrítica da teorização, terá sempre o mundo social concreto como objeto e não um modelo do mundo social. O princípio condutor das alterações na relação entre reflexão teórica e prática de análise é o processo individualizado da busca da consciência sobre seu próprio modo existencial de reflexão e linguagem. A formalização da teoria pode ser enganosa e levar a inferências tais como a transmissão de lepra pelo miasma ou insistir em soberania do consumidor quando ele é atingido em sua residência pelo bombardeio de *marketing* e pelas estratégias sub-reptícias de indução ao consumo.

Para ser socialmente relevante, a teoria social precisa definir seu sujeito e seu objeto. O objeto da teoria social é o ser humano

em sua condição de vida social. Não pode ser o sujeito cartesiano, que é estritamente individual e invariante. O objeto da teoria social é o ser social que é parte de um mundo social. Em sua condição histórica, a teoria social não pode aceitar o encurtamento do ser social reduzido a cidadão e menos ainda como consumidor ou contribuinte. Impõe-se rejeitar as teorias que são apenas uma expressão da sociedade do capital, que consagram formas de dominação.

Ao reconhecer que o campo social é um espaço de conflito de interesses, a legitimidade da teoria virá de sua capacidade de refletir as tensões essenciais do jogo de poder na economia e na política. Assim, a preservação do sistema de dominação é parte do programa de continuidade do capitalismo, assim como que a contestação do sistema de dominação contesta o sistema de poder.

Com isso, a relação orgânica entre teoria e método no mundo moderno é um imperativo da teoria, quando ela precisa explicar a produção social e não só o processo do capital. A presunção de que por meio do capital se estuda o trabalho é uma questão em aberto que deverá ser revista nos dias de hoje, quando é necessário trabalhar com diferenças extremas entre ricos e pobres e quando desapareceu o fundamento do otimismo sobre o desenvolvimento. De qualquer modo, é uma opção que apresenta o trabalho como categoria explicativa do capital⁴.

Desde já significa que se renuncia a uma teorização do trabalho como atividade que antecede ao capital, isto é, limita o trabalho ao modo do capitalismo. No entanto, está claro que a teoria do trabalho precisa ser enfrentada como fundamento da vida social. Veremos que esse seria um critério extremamente rigoroso,

4 Esse viés está latente na obra de Gyorgy Lukács que, entretanto, não se anima a apresentá-lo como uma revisão do trabalho de Marx, que parte do poder contratante do capital, sem entrar no ciclo anterior da dinâmica do mundo primitivo de onde saiu o capital. Por assumir a complexidade do mundo americano pré-ibérico, somos impelidos a reconhecer o trabalho como categoria ontológica anterior ao capital.

que desqualificaria como teoria a maior parte da econometria e da sociometria, sem falar dos estudos casuísticos da antropologia cultural. A insatisfação com a teoria social oficializada é um resultado inevitável da observação do mundo na segunda metade do século XX. Atinge, principalmente, o casuísmo tão ao gosto do mecanicismo pragmático: estudos de caso significam situações incidentais separadas dos processos sociais em que acontecem. Em pauta, está uma crítica rigorosa dos fundamentos científicos da ciência social *custom tailored* para a classe média. Inevitável pensar que essa ciência social da mediocracia perde espaço junto com a representatividade política dos grupos médios de renda com a concentração da renda, desemprego e incerteza de renda e com a ampliação dos grupos populares, significando o enfraquecimento dos grupos médios de renda. Torna-se fantasioso trabalhar sobre uma teoria social organizada para representar a produção social das classes que é um movimento constante que afeta de modo diferenciado as classes representantes do capital e as representantes dos trabalhadores. Diferentes condições de mobilidade atribuem diferentes condições de consolidação das classes, resultando em situações específicas de burguesia, classes médias e classes populares.

A polaridade entre a percepção dos grupos de muitos ricos, que representam o grande capital e dos numerosos grupos de baixa renda integrados nas categorias de operários e de trabalhadores autônomos, torna-se um dado essencial dessa sociedade submetida às condições de mobilidade e de precariedade dos grupos que dependem de rendas incertas. Surgiram formas de organização das camadas populares que constituem um contrapoder do sistema de dominação e que se impõem como forças políticas⁵. A incerteza

5 No Brasil, mais que em outros países latino-americanos, a complexidade e a abrangência dessas organizações, em princípio sustentadas pelo tráfico de drogas, mas ancoradas na necessidade de defesa perante o sistema político autocrático, são um tema ainda a ser melhor esclarecido. Está claro que é inerente à vida social dos mais pobres e expostos a desemprego, onde as redes de

de renda equivale à precariedade das posições na composição da renda. A teoria social enfrenta um juízo por suas insuficiências e outro por sua origem espúria. Sua pertinência ou sua relevância dependerão de sua capacidade para tratar com os principais problemas de época. A agenda da ciência social deve absorver as linhas de tensão geradas pelas transformações do mundo social.

tráfico aproveitam as carências desses grupos, do mesmo modo como as igrejas sem teologia. Na sociedade periférica dependente avançada como o Brasil, há uma contrarrevolução econômica que busca aumentar as taxas de exploração e eliminar os direitos dos trabalhadores.

A NECESSIDADE DA TEORIA SOCIAL ⁶

A teoria social é socialmente necessária porque é uma resposta a problemas percebidos, pelo que representa percepções historicamente situadas, que não implicam em soluções garantidas. A sociedade pode ser vítima de problemas que não percebe: as pessoas morriam de causas naturais que eram enfermidades não conhecidas.

A noção de tempo das sociedades rurais tradicionais não se confunde com a da burguesia mercantil nem com a do fordismo. Nenhuma delas se confunde com a da atual sociedade informatizada. Essas diferentes noções de tempo correspondem a espaços com determinadas durações. O tempo finito dos Astecas, de 52 anos, correspondia à duração do império. O tempo supostamente ilimitado da sociedade do capitalismo coloca-se sobre usos de recursos espacialmente definidos como são as localizações das minas de carvão e do petróleo. No capitalismo moderno, há uma aceleração do tempo, dada pelo encurtamento dos períodos de produção e pelas comunicações, que reduz o tempo útil

6 Gunnar Myrdal em seu *Asian drama* (1968) usou esta expressão para denunciar a relação entre a origem ideológica da teoria e seu sentido de finalidade.

dos equipamentos, a vida profissional da maioria das pessoas e comprime a força de trabalho na entrada e na permanência em atividade⁷.

Esse movimento implica em uma inércia do sistema que determina um sentido de finalidade no movimento do corpo social com o qual a teoria tem que lidar: a teoria tem que reconhecer a realidade. É o modo como o capital se relaciona com as pessoas que se tornam trabalhadores ou que não conseguem ser trabalhadores. Sobre essa relação concreta entre contratantes e contratados, materializa-se a relação entre teoria e método.

O pensamento acerca da relação entre teoria e método no campo social é um primeiro passo na determinação da relação entre fundamentos e objetivos da teoria. O sentido de finalidade da teoria é um imperativo de seu humanismo. Sob a teoria, há um humanismo positivo ou negativo, mas não há como ignorar o fundamento humano da teoria social. A teleologia da teoria social, isto é, sua relação intrínseca entre seus valores e sua orientação temática, é sua justificativa como esforço de autoconhecimento e informação para um agir humanístico. É o ponto no qual se questiona o significado social da teoria, se como algo externo ou interno ao mundo social, se um corpo de pensamento que influi nas condições sociais de vida ou um discurso genérico separado das singularidades do cotidiano. Por isso, a teoria social do autoritarismo não é uma teoria humanista da sociedade.

Por sua vez, a reflexão sobre método é o meio pelo qual se determina o rumo do pensamento teórico, se dirigido para consolidar um corpo doutrinário prevalecente, ou se representando divergências superficiais ou profundas com o conhecimento oficializado. A escolha de método é parte do rumo da teoria. O tratamento das questões de método pode significar que se

7 A aceleração do tempo acionada pela produção de alta tecnologia se difunde mediante ondas de energia decrescente tal como descritas pela Física das estruturas expansivas (PRIGOGINE & STENGERS, 1986).

consideram universalmente válidas as experiências já registradas na teoria, ou que o encaminhamento do trabalho teórico exige a reabertura do arco de referências de experiências. De qualquer modo, a renovação da teoria obriga a refletir sobre o método e ir aos fundamentos conceituais da teoria, vendo-a como um conjunto em transformação.

O trabalho nas fundações metódicas da ciência social hoje não é uma simples opção acadêmica. É uma defesa da integridade do ser social frente a uma tendência geral da ciência mecanicista, de substituir a pessoa por uma de suas manifestações funcionais, tais como cidadão ou apenas como consumidor. Ao reconhecer que o ser social é um indivíduo historicamente definido, é inevitável admitir que o processo de conhecer envolve aspectos positivos e negativos na formação de cultura e em que a consciência social está exposta a movimentos enriquecedores e a movimentos desintegradores do meio em que ela se desenvolve. O método da reflexão afere as condições de ganho e de perda de conhecimento e de identidade, ou seja, que a reflexão teórica é uma luta constante para superar conceitos rigidificados.

Pensar o mundo social é uma atividade cuja raiz mais profunda é o sentimento de sobrevivência que se identifica com aqueles modos de viver considerados socialmente aceitáveis. O mundo social se distingue do mundo animal pelo modo como encara a sobrevivência, desenvolvendo capacidade de armazenar alimentos, criando meios duráveis de trabalho e desenvolvendo mecanismos de sedentarização. A garantia da sobrevivência costuma ser o ponto de partida de projetos de poder. A relação entre sobrevivência e relações de poder vem a ser um dos principais pontos a considerar, dados os critérios que se estabelecem acerca de que seja civilização. A seguir, e em conexão com a superação dos problemas de sobrevivência, é uma atividade ligada aos impulsos de poder que impregnam a vida em sociedade, desde a esfera

privada até a esfera pública⁸. Por isso, é um esforço carregado de finalidade, em que o reconhecimento do campo social implica em identificação daquele observador que o reconhece. Este é o sujeito da linguagem, o ser social que é um qualificativo do ser em princípio como tal⁹.

O pensar sobre o ser é a ontologia, que precede todas as demais formas de reflexão (Aristóteles, *Metafísica*, Livro 4)¹⁰ e que constitui um desafio da emancipação do viés dogmático de nossa época, ao romper com a substituição dos questionamentos substantivos por soluções formais.

O pensamento social parte da identificação do observador do mundo social que também é participante dele, que é o ser social existente. Pensar o mundo social é uma atividade que se realiza como reflexão e observação partindo do ser social como sujeito e voltando a ele como objeto. Por isso, a pesquisa sobre o mundo social é, ao mesmo tempo, ontologia e história. Mas pensar o mundo social é arriscar-se a incorrer em uma postura crítica que pode comprometer os parâmetros da modernidade ou revelar como seus movimentos atuais dependem de suas investidas

8 Os famosos trabalhos da Escola de Frankfurt sobre autoridade e família trouxeram observações que ligam os modos de poder herdados da sociedade pré-industrial e presentes na configuração de relações de poder que ligam a esfera privada com a pública.

9 Esta inferência incita a uma reflexão sobre a obra de Martin Heidegger que pretende responder à ontologia de Platão mediante um estreitamento temático fenomenológico.

10 Aristóteles fala de ciência primeira que não se compara com as demais. A filosofia de G. W. F. Hegel é uma retomada da ontologia, significando o pensar fundamental do ser que se reconhece como o ser social. O tema do ser social em Marx é essencial e Gyorgy Lukács produziu dois ensaios respectivamente sobre o ser social em Hegel e em Marx. Na perspectiva da fenomenologia, há uma obra fundamental de Martin Heidegger e com as cores da hermenêutica, poderosos estudos de Hans-Georg Gadamer que reconstruem o projeto da filosofia de Hegel como resposta a desafios deixados por Kant.

iniciais¹¹. O risco de ser rebelde, como dizia Paul Baran. O risco total é consequente com o compromisso radical de enfrentar os fundamentos da teoria como modo de expor os verdadeiros problemas de sobrevivência da civilização. Não só por superar incesto e canibalismo, mas por alcançar modos de ser que os rejeitam como alternativa de vida e representam compromissos adicionais de independência. Deve ser o modo como o cidadão se protege de autoridade.

Esta constatação torna impróprio, mais que rebelde, vincular o pensamento social ao da natureza, já que envolve subjetividade. Pelo contrário, é inevitável arguir que o pensamento do mundo social é mais complexo que o da natureza, já que envolve subjetividade; e para poder prosseguir, precisa de uma ruptura radical com o condicionamento genérico que levou a aceitar como válida uma epistemologia fundada nas referências abstratas de espaço e de tempo. É o ponto em que agradecemos a contribuição de Kant e nos despedimos dele.

Divergimos da teoria da ciência que trabalha com uma epistemologia atemporal que conhece problemas atuais, justaposições de problemas, mas que não conhece progressões históricas¹². Para nós, espaço e tempo surgirão como representações de história, como tempo vivido e espaço criado. A ruptura com a epistemologia enquanto teoria da ciência da natureza significa a necessidade de uma teoria do saber socialmente produzido que é ontologia. Este fundamento marcado por Aristóteles (*Metafísica*, livro 4) é o início da trilha formada por Hegel, Marx, Hartmann, Lukács e quem sabe mais quantos dispostos a enfrentar a aliança avassaladora da ciência com o poder. A distância crítica em relação com o poder é o primeiro passo da razão crítica que, necessariamente, é

11 Em passagem feliz, José Artur Gianotti (*Lições de filosofia primeira*, 2011) mostra como ninguém realmente escapou de Kant na moderna bifurcação entre ontologia e fenomenologia.

12 Esta desqualificação atinge a visão neopositivista da ciência física, como Kuhn e Lakatos, que não reconhece qualidade científica à teoria social.

uma razão depurada de imediatismo. A sedução do poder ronda a ciência e encontra sempre justificativas financeiras e de vaidades que passaram aos novos corifeus da ciência útil, passível de ser registrada pelos rumos da engenharia¹³ e agora adotada como simples coadjuvante nos interesses das empresas. A contradição entre interesses privados e públicos levanta a tensão ideológica da alienação inerente à composição de público e privado erigida pela nova política social burguesa. De fato, se a esfera pública é impregnada de visão privatista, torna-se redundante falar em privatização.

A conceituação de ciência precisa ser examinada quando se trata do mundo social. Tanto no relativo à qualidade científica do trabalho de ciência como no que se refere ao significado do trabalho científico. Com quais prioridades se faz o trabalho científico, pessoais ou sociais? Ciência envolve inquirição, perguntas que se renovam frente a desafios que a sociedade enfrenta: não são a mera mecânica de repetição de pesquisas. Ciência não é engenharia, que é uma aplicação linear de ciência, mas é a Física que produz teoria. A reavaliação da posição da ciência feita por Isabelle Stengers¹⁴ representa uma leitura com fundamentação filosófica que segue colocações de Alfred Whitehead¹⁵ e mais recentes de Ilya Prigogine¹⁶, de uma ciência consciente de seus fundamentos conceituais. A leitura radical da ciência rebate na questão porque ciência e como a ciência vem a modificar a existencialidade do ser social no mundo moderno. De outro modo, a academia não se justifica historicamente.

13 Nessa linha de visão “científica” hoje adotada por órgãos gestores de ciência e tecnologia como o CNPq, destacam-se autores como Bruno Latour com seus *Jamais fomos modernos e Ciência em Ação*.

14 Isabelle Stengers. *A invenção da ciência moderna*. São Paulo. 34. 2006.

15 Alfred North Whitehead, *La ciencia y el mundo moderno*, Buenos Aires. Losada. 1959.

16 Dentre as obras de Prigogine nesse particular, destaca-se *Ofim das certezas* (São Paulo, Unesp. 1996).

Há, portanto, a necessidade de uma crítica da razão científica¹⁷, que teria as duas possibilidades de ser: uma crítica formal ou uma crítica histórica. A crítica formal seria autoexcluída por não poder penetrar nas condições concretas da ciência. Neste estudo, entende-se que a crítica histórica é a mobilização de uma dialética da razão histórica que liga os impulsos internos de mudança com os efeitos do ambiente das mudanças no mundo em geral.

A visão radical da ciência é a fornecida pela ontologia que põe em cena o ser social e questiona a fundamentação histórica do saber. Mas a configuração da ontologia é um processo penoso, porque constitui um esforço de destruição interna do aprofundamento do pensamento social cuja principal marca de milha é a obra de Emanuel Kant¹⁸, que rejeita todas as formas de dogma-

17 A crítica da razão científica é uma tarefa fundamental, para a qual há alguns antecedentes importantes, mas onde cabe reivindicar que ela precisa de uma integração entre uma abordagem histórica e outra de revisão dos fundamentos ontológicos da razão instrumental. Não cabe nas dimensões deste trabalho, mas é um desafio que fica em aberto.

18 No relativo a Kant são sempre necessários esclarecimentos acerca da diferença entre os requisitos da crítica propriamente dita, que continuam essenciais na determinação de uma ética irreduzível, que define a posição da individualidade como valor social; e a teoria do conhecimento que justificará o encurtamento do neo-kantismo a uma visão de ciência restrita às da natureza. E preciso lembrar que o projeto de Kant foi de reconstrução da metafísica, tarefa que exigia o desmonte do dogmatismo. Em vez da leitura minuciosamente mecânica de um Jonathan Barnes ou de se restringir às três críticas como Luc Ferry, parecem mais significativas as leituras realmente ontológicas de Karl Jaspers e de Martin Heidegger que resguardam o poder metafísico da reflexão kantiana. Cabe considerar *A crítica da razão pura* como a fenomenologia da razão que se constrói sobre suas próprias determinações e é depurada de origens teológicas. A razão enquanto faculdade exerce plena autonomia separando-se das condições do entendimento. É essa liberdade imanente da razão que permite pensar uma filosofia objetivizada das coisas do mundo. A força do pensamento de Kant como e enquanto método ultrapassa as metas de uma leitura positivizada que vê os limites da agenda estabelecida na *Crítica da razão pura*, mas não como o potencial indicado pelas últimas obras. No entanto, elas são essenciais neste trabalho e deveremos mais uma vez recorrer a Gadamer na construção

tismo. A afirmação histórica é a destruição do que é superficial¹⁹. É o projeto Hegel: considerar que todas as aparências são parte de essências, pelo que é imperativo ultrapassar as aparências para revelar as essências.

A reafirmação da perspectiva ontológica, por caminhos diversos, por Heidegger e por Lukács, é o grande desafio do pensamento social que se recusa a ser superficial. A rigor, não é uma ruptura com a obra de Kant, no sentido em que ela constitui o momento crucial do sujeito enquanto pensar, e recupera a objetividade fundamental de Aristóteles, que viu o conhecimento como uma propriedade da sociabilidade do ser. Mas é uma ruptura com o kantismo, tanto no que ele gerou um neokantismo reducionista, como a escola de Marburgo, como no que ele ficou um passo antes na passagem da filosofia da coisa para a da consciência. A nova ontologia, anunciada por Nicolai Hartmann²⁰ e perseguida por Martin Heidegger²¹ e por Gyorgy Lukács²², separa-se de

de referências ao fundamento ontológico de Kant e não a sua teoria do conhecimento. Seguiremos a pista de Karl Jaspers (*Grandes filósofos*, vol.4) que vê a filosofia de Kant como uma metacrítica do conhecimento e não como uma proposta de teoria do conhecimento. O projeto de destruição do dogmatismo aponta à essencialidade entre teoria e objetividade que é o verdadeiro fundamento da inquisição científica.

- 19 Referindo-se ao projeto de reconstrução da ontologia de Heidegger, diz Marco Antonio Casanova que *O projeto de destruição da história da ontologia a partir do fio condutor da questão do ser articula-se essencialmente em Ser e Tempo com o projeto hermenêutico da facticidade. Como vimos, Heidegger pensa a destruição da ontologia tradicional em uma conexão necessária com a desconstrução das camadas calcificadas dessa ontologia*. Marco Antonio Casanova, *Compreender Heidegger*. Petrópolis: Vozes, 2009, p.87.
- 20 Nicolai Hartmann, *La nueva ontologia*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1954.
- 21 Martin Heidegger, *Ontologia*, Petrópolis: Vozes, 1995.
- 22 Gyorgy Lukács, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010. Esse trabalho fecha o ciclo das obras de Lukács sobre a ontologia do ser social, depois de volumes específicos sobre Hegel e Marx, que

Kant ao modo de Marx, ao erigir a história como modo do ser além de ciência do social. A questão, portanto, não é Kant nem a superação da filosofia de Kant, mas o reconhecimento de que ele determinou um caminho sem retorno da filosofia.

O pleito da ontologia é associar a identidade do ser a sua construção histórica. Ser e pensar estão historicamente formados e situados, pelo que o processo de conhecer é indissociável do agir que acontece em sociedade. O pensar é um modo de agir que pode ser muito mais influente que as ações do cotidiano. Nesse sentido, a reivindicação de Marx, que é preciso agir e não só pensar, refere-se ao agir revolucionário, porque sempre há um agir mesmo que seja um agir passivo, para manter tudo como está ou um agir negativo para fortalecer a dominação. A práxis é o agir sistemicamente incorporado que vem a ser o conjunto das práticas socialmente integradas.

Nessa perspectiva, será preciso desentranhar a historicidade da lógica que não apareceu, como Pallas Athena, pronta da cabeça de Aristóteles, mas que é o fruto de um longo percurso de logicidade do pensamento sobre o pensar. A lógica em Aristóteles é o corpo analítico que mediará o esforço da ciência primeira, chamada metafísica no sentido radical desse termo. Será preciso, portanto, denunciar que a redução da metafísica a dogma é a negação do pensar livre. Desde que a lógica foi separada de sua raiz metafísica passou a ser preciso reconhecer que há dois grandes caminhos da lógica que são a pesquisa sobre os modos formais da lógica, compreendendo desde Johnson a Boole e todos os ourives do rigor formal e a pesquisa sobre significado e verdade com raízes em Abelardo e Cusa na Baixa Idade Média e sintetizados por Bertrand Russell²³. Quando se separa a linguagem de

representa a reconstrução da pessoa como ser social historicamente identificado e portador de uma ideologia.

23 Bertrand Russell, *An inquiry into meaning and truth*. Londres: Penguin, 1974. Um dos livros menos famosos de Russell que, entretanto, aponta ao cerne

sua historicidade, ela perde seu significado ontológico tornando-se um simples maquinismo. A lógica torna-se a ciência desse maquinismo²⁴.

Por isso, a disputa acerca do método entre o pragmatismo positivista e a dialética histórica torna-se uma luta pela superação do maquinismo e pela restituição da pessoa como protagonista de sua própria consciência. Para a teoria social é inaceitável a redução da pessoa ao indivíduo indiferenciado ou simplificado em algum de seus comportamentos, tais como consumidor ou eleitor. O mapeamento dessa disputa em obra organizada pela disputa entre Theodor Adorno e Karl Popper foi o marco de milha de uma divisão que só fez se acentuar com o tempo²⁵. A dialética será uma metacrítica do pensamento científico tal como foi entendido pelo próprio Adorno.

A visão ontológica da lógica, que Gadamer²⁶ resgata em sua leitura de Hegel, é um filtro da funcionalidade do conhecimento pelos requisitos do mundo prático e é um reconhecimento da presença essencial da ideologia no movimento da dialética. Contém, portanto, uma crítica interna do sentido de finalidade da ciência radicalmente independente, capaz de dissidir do sistema de poder ou ciência técnica intrinsecamente guiada pelos objetivos

desta questão além de marcar a elegância com que tratou sua divergência com Wittgenstein.

24 Theodor Adorno, *Sobre la metacrítica de la teoria del conocimiento*. Caracas: Monte Avila, 1970.

25 Trata-se de *La disputa del positivismo en la sociología alemana*, Theodor Adorno et alere, Barcelona, Grijalbo, 1967. Adorno faz aí a defesa da historicidade da sociologia e da necessidade da dialética como linguagem dos processos históricos.

26 Hans-Georg Gadamer, *Hegel, Husserl, Heidegger*. Petrópolis: Vozes, 2012. Nessa coleção de ensaios, Gadamer oferece nos primeiros quatro ensaios um panorama do desenvolvimento moderno do debate sobre dialética que levanta a problemática da modernidade como parte das condições de determinidade do conhecimento que se acumula. Expõe a diferença entre a dialética antiga e a hegeliana em que esta é pensada como o método da mudança.

da indústria. Em suma, a ciência só consegue ser ciência enquanto é independente tornando-se impossível um trabalho científico não independente.

Na verdade, Gadamer reacende uma linha de argumentação que foi explorada por Lukács e alcança ao resgate ontológico da lógica e à restauração da relação entre lógica e dialética. Tratar do método em ciência social terá, portanto, as consequências de cobrar uma ciência social disposta a trabalhar os principais problemas sociais da época e a não se perder entre temas secundários.

O fundamento ontológico do método surge junto com o da teoria, surgindo a relação teoria-método como o amálgama essencial do pensar teórico ontologicamente fundado. A leitura fenomenológica assinada por Heidegger agrega consistência a esta ontologia radical que radicaliza o movimento de destruição de dogmas iniciado por Kant e cujos efeitos revolucionários somente agora podem ser vistos em sua plenitude.

No centro desse debate, está a filosofia de Hegel que fecha o ciclo do idealismo, tornando-se a ligação entre a filosofia antiga e a moderna, entre a dialética e a fenomenologia, e entre o mundo vivo e o dos conceitos²⁷. Estendendo a lógica de Gadamer à ciên-

27 A filosofia de Hegel é a da formação da consciência social, que se desenvolve no duplo movimento da identificação do ser social (Fenomenologia do espírito) e na relação entre o ser e a conceituação do mundo (Ciência da Lógica) sobre o suporte de uma filosofia da história. O verdadeiro ponto de partida da filosofia de Hegel é o modo de pensar, a dialética, que também é o modo de ver a vida como um processo dialético, isto é, em que o descobrimento de contradições necessárias revela a energia da mudança. Por exemplo, como uma semente se torna uma árvore. Esse movimento interno é civilizacional. Como o mundo grego passou da solução de problemas instrumentais de utensílios e armas a estabelecer uma visão de mundo – a Ideia – que é a síntese dos processos técnicos e ideológicos que se realizam no contexto dessa experiência. Ao apresentar a consciência como do ser-no-mundo, Hegel revela a ligação orgânica entre o processo individual e o do coletivo de que ele é parte. A impossibilidade de que os processos da individualidade se restrinjam à esfera do individual torna inevitável expor as raízes das relações entre os indivíduos. Ao analisar a relação entre o senhor e o servo, Hegel mostra a falsidade das relações de poder e

cia social, ela só será ciência enquanto for capaz de se manter independente. Entretanto não é uma questão simples porque essa independência é a liberdade que se ganha continuamente contra os mecanismos de subordinação da ciência à aliança entre Estado e empresa²⁸. Por um lado, o capital tenta subordinar a ciência enquanto pensar livre; e o Estado mobiliza autoridade, tanto para impor prioridades como para coibir dissensões radicais. O caso central hoje é a privatização da economia que outorga direitos de exploração a elementos do grande capital consagrando a exploração interna como regra do capitalismo periférico dependente.

O pleito acerca do significado da lógica começa com o próprio Aristóteles que apresenta seus *Analíticos* (os livros de lógica) em conjunto com seu *Da interpretação* (o tratado de hermenêutica). É uma exigência que transcende a formalidade da lógica, reportando-se a sua consistência material, isto é, a sua não contradição com a realidade, e finalmente sua pertinência, isto é, sua consistência com a oportunidade em que é acionada²⁹. A leitura

reafirma a essencialidade da liberdade individual. Para Hegel, a dialética é a lei da transformação internamente conduzida que progride por meio de contradições necessárias. Seu exemplo de que o fruto suplanta e substitui a flor, assim como esta suplanta e substitui o botão, tem o duplo significado de mostrar que a dialética traça um e único caminho da transformação, já que essa superação não acontece no sentido contrário. O grande desafio do ser – aí se configura quando se torna claro que ser no mundo, implica em estar no mundo em ser parte de um coletivo concreto que Hegel passa a chamar de Sociedade Civil. Para Hegel, o movimento da consciência realiza uma composição de ética e estética, pelo que a perspectiva histórica é a concretização de uma consciência civilizacional.

28 Essa aliança é o verdadeiro fundamento do chamado capitalismo de Estado. Mas contempla situações em que o acordo é conduzido pelos interesses privados e outras em que o Estado representado por um partido político dominante exerce o comando.

29 Sobre a polaridade entre consistência formal e material, explorada na Idade Média, cabe ver Jacques Maritain, com sua bem conhecida *Lógica menor* (Rio de Janeiro: Agir, 1967). Myrdal acrescentou o requisito de pertinência: quanto a teoria dá conta da realidade.

crítica da lógica resgata a questão primordial de método enquanto modo de fazer teoria e como modo de usar teoria. O modo de fazer teoria é a reflexão em resposta da realidade que só pode ser plenamente captada como história. A lógica será, portanto, revista e separada de sua tecnificação, devolvida ao sentido ontológico que lhe foi dado por Hegel. Caberá pensar em termos de um horizonte lógico que não é o mesmo que um horizonte da lógica. O aparelho lógico, isto é, o conjunto dos dois *Analíticos*, representou a extroversão do método em Aristóteles, quando se tratou de estabelecer a linguagem que daria sentido à metafísica. Independente do que aconteça com a lógica a partir daí, a questão de método permanece como a do modo de pensar que não se separa do fato de que seu objeto é irreduzivelmente histórico. Assim, aquele artefato criado para sustentar a especulação grega é tão histórico como a falange e seu papel junto com uma teoria da interpretação não deixa dúvida de que é parte da filosofia e deve ser pensada nessa qualidade. Essa reivindicação da lógica está plenamente registrada por L. S. Stebbing que praticamente exaure o debate sobre a aplicação científica da lógica³⁰.

A inovação está na organização do conhecimento. O conhecimento organizado é o principal legado da sociedade que se moderniza. Significa que se trabalha sempre com as condições historicamente específicas de racionalidade da formação de cada civilização, que condizem com os modos de irracionalidade de suas tradições e de seus modos de poder. O recrudescimento de modos de irracionalidade pode ser uma expressão da defesa da sobrevivência de formas de tradição associadas a interesses como de proteção de empregos contra estrangeiros ou de identificação de carências atuais com um reprocessamento de tradições, tal como fizeram o nazismo, o fascismo e o franquismo. Pode responder também a uma dificuldade para adaptar-se com certas formas técnicas de progresso. Mas tem estado identificada com propostas

30 L. S. Stebbing, *A modern Introduction to logic*. N.York. Harper. 1961.

de poder baseadas no controle de tradições, tal como aconteceu com as ditaduras latino-americanas. Assim, uma visão crítica da modernidade exige uma leitura histórica das tradições.

A questão de método no campo social, como alicerce necessário de uma teoria do campo social, responde a uma necessidade de fundamentação anterior aos preceitos da teoria da ciência formulados segundo o paradigma cartesiano-newtoniano³¹ ajustado pela crítica de Kant. A teoria do mundo social se forma muito antes que a da ciência identificada com a industrialização. É a teoria do fundamento civilizacional com a separação entre mito e realidade e entre o trabalho como meio essencial da realização social. Será preciso distinguir trabalho como modo de extroversão de energia e meio de realização e trabalho como coerção e modo de alienação. Somente a partir desse esclarecimento das condições de controle do trabalho, torna-se possível iniciar a explicação do princípio de poder no mundo social distinguindo trabalho criativo e trabalho dominado. A teoria do mundo social surge com a possibilidade de constituição de uma pesquisa histórica objetiva capaz de desenvolver comparações intertemporais. A origem da teoria social está mais próxima de Heródoto que de Euclides. É o significado ontológico da crítica histórica que vai aos alicerces de uma teoria do mundo social em sua totalidade e não só da sociedade organizada.

Observe-se que a ciência social desenvolvida nos países predominantes do capitalismo marcou uma tendência não crítica, assumindo a prevalência dos interesses individuais frente aos coletivos, valorizando consistência formal antes que material, cuja fundamentação empírica está restrita às experiências de alguns países europeus e dos Estados Unidos da América do Norte. O pleito do colonialismo separa posições. O colonialismo tacitamente dividiu as experiências do mundo entre aquelas dos territórios centrais dos colonialistas e as dos

31 Usamos esta expressão de Fritjof Capra em seu *Ponto de mutação*.

territórios periféricos dos colonizados. Fronteiras para uns e outros têm diferente significado porque as fronteiras dos colonizados podem ser mudadas pelos interesses dos colonizadores. O reconhecimento da diferenciação introduzida pela visão colonialista leva, necessariamente, a construir uma avaliação crítica desse método sustentado em uma facticidade limitada e que não contempla que a diversidade de experiências altere o encaminhamento da teoria. Assim, a reação contra a epistemologia positivista traz atrelada a crítica ao tratamento da diversidade e da diversificação que têm sólidas raízes na crítica do colonialismo. Os colonialistas criaram as línguas francas para controlar os colonizados e reduziram sua diversidade a alguns tipos, como o branco, o negro e o índio.

A disputa pelo método de uma teoria social da ciência não é somente uma impugnação da epistemologia das ciências da natureza, mas também seu enquadramento como teoria de uma ciência socialmente indeterminada cujas exigências de confiabilidade devem ser revisadas. Certamente, há uma questão relativa à demonstração na verificação de certezas científicas, que se tornou imperativa quando as demonstrações científicas são cada vez mais indiretas, são demonstrações conjecturais como diz Karl Popper³². Dependem de modelos matemáticos com uma base empírica incidental, que pode aparecer a posteriori, tal como aconteceu com a teoria da relatividade ou simplesmente por não ter fundamentação empírica.

No campo social, o controle da quantificação teria que sair da esfera da matemática para a da ciência social substantiva que é onde se podem formular perguntas a serem respondidas por tratamento quantitativo. Fora daí, perde-se a significância do erro. Erros de dois anos em variações demográficas serão menos importantes que em incidência de doenças mentais entre imigrantes

32 Referência às ideias de Karl Popper tal como apresentadas em sua *A lógica do conhecimento científico* (1974).

desempregados. As crises do capitalismo tornam-se mais difíceis de explicar quando se usam modelos simplificados de análise. A combinação de modelos simplificados, tais como os de comércio internacional e de equilíbrio monetário, não ajuda a explicar que a crise da economia da Grécia é parte de uma instabilidade crescente do sistema europeu do capitalismo, em que as compras imprudentes de armamentos, instigadas pela União Europeia, somam-se à corrupção tolerada como parte do jogo de poder. Logicamente, estas observações impregnam os habituais modelos de comércio montados sobre relações entre dois países com dois produtos e a noção convencional de balanço de pagamentos, ou quando se fala em concorrência perfeita que jamais existiu. Por isso, desde já é preciso considerar o equilíbrio ou o ajuste entre o controle de erros na base empírica e a precisão formal dos modelos de análise. A busca de uma análise internacional baseada nas condições reais de participação dos diversos países terá, necessariamente, que avaliar as condições de deslocamentos de capitais como condições de realização de comércio, isto é, situando a realização do comércio como uma derivação de movimentos de capital. Desde que, nas aludidas condições de vantagens relativas entre a Inglaterra e Portugal, Ricardo “esqueceu” que os ingleses compraram terras do Porto para exportarem vinho “português” para a Inglaterra, surgia a essencialidade do plano internacional de cada país. A falência do keynesianismo está em considerar o corte internacional como adicional ao da economia nacional e não ter reconhecido que a economia nacional é internacional desde sua origem. A internacionalidade do sistema de produção capitalista é inerente ao desenvolvimento do sistema mercantil que se reproduz como subsolo da práxis industrial. A tentativa de negar a vigência dos modos mercantis é uma redução do sistema do capitalismo.

LÓGICA E DINÂMICA DO PRIMITIVISMO

Há uma questão necessária para reconsiderar o primitivismo frente ao mundo moderno, que é instigada pelos progressos da história antiga e da antropologia. Desvenda-se a complexidade dos processos dos povos que criaram as comunidades, as ferramentas e os utensílios e estabeleceram formas societárias que geraram seus próprios modos de permanência. Desde suas formas iniciais, o mundo primitivo se divide entre ensimesmamentos e criação de margens de mobilidade. Em sua diversidade, desde sobreviver aos tigres a criar religiões, o mundo primitivo é, principalmente, um campo de instintos e intuições que só se superam com a ascendência da razão.

Para qualquer tentativa de estabelecer uma lógica da modernização, que implica em substituição de valores e de lógica da vida, encontra-se a necessidade de entender a lógica da reprodução da vida primitiva, em suas formas simples, nas mais complexas, e nas interpenetradas com os processos da civilização. Cada vez mais, aprofunda-se a diferença entre ser primitivo e não ser, e em relação com sociedades tecnicamente mais avançadas e mais atrasadas. Impõe-se, portanto, estabelecer que se entende por primitivo.

Parte-se de entender que o mundo primitivo enfrenta os problemas imediatos de sobrevivência que induzem regras da

vida social. Essa relação que está clara para tribos indígenas em diversos lugares, muda quando há condições ambientais favoráveis para a reprodução social, pelo que a capacidade de se adaptar ou de se sobrepor ao ambiente é um indicador de superação dos circuitos de vida simples³³. O que falta explicar é a mutação na relação entre a esfera material e a imaterial que aciona mecanismos de mudança. A história das civilizações antigas, que continua sendo apenas descritiva, ainda não oferece explicação para esse mecanismo que liga a vida sagrada e a profana, ou que responde pela socialização do processo de reflexividade.

Assim, em sua luta para se sobrepor a dificuldades, o mundo primitivo se reproduz pelo aperfeiçoamento do mundo das práticas, que compreende soluções materiais, como caça, pesca e casa, junto com soluções imateriais, como tradições e religiões, configurando sistemas de poder. Nessa caminhada, os dois inventos principais são o modo tribal, que submerge e se adapta à civilização; e Deus, com seus diversos apelativos, como a invenção de uma esfera sagrada que é o fundo cultural da formação das classes sociais.

Mas, por ser uma luta constante por sobrevivência implica em criatividade, que foi criar armas de arremesso, redes para pescar, modos de conservar alimentos, vestuário funcional, observação astronômica³⁴, modos de escrever³⁵. A progressão de controle de meios materiais, que ampliou as coleções de bens duráveis, ampliou as expectativas de vida e criou tempo de lazer que foi usado para construir obras de valorização social. O que realmente

33 Uma das teses sobre os indígenas brasileiros seria que eles continuaram com práticas simples por viverem em meios muito favoráveis onde as técnicas simples seriam suficientes para sobreviverem.

34 Os navegadores polinésios que fizeram barcos com tombadilho, criaram sistemas de pedras pretas e brancas que representavam 150 constelações, que permitiam navegar sem luz.

35 Como disse Vernant, ao decifrar a Linear B da escrita minoica, a história recuou 500 anos.

distinguiu os indígenas do Escudo Atlântico americano foi não terem feito construções estáveis e não terem criado escalas próprias de tempo como os da Mesoamérica.

O modo tribal superou suas formas adjetivas mantendo seu princípio básico de solidariedade seletiva que funciona como defesa no ambiente predatório do capitalismo. Por isso, é preciso distinguir a reprodução das tribos que permanecem como estruturas simples, ditas primitivas, da reprodução por modos tribais inseridos nas sociedades capitalistas. O atual sistema político continua funcionando com práticas familiares e tribais. Os partidos políticos sem ideologias de classe são representações de modos tribais personalistas de interesse.

Em suma, há uma dinâmica social primitiva que não é desmontada pelo capitalismo, que não sufoca seu antecedente, que é um componente tribal no capitalismo, que é uma parte da complexidade do mundo desigual do capitalismo e é parte de uma constante hibridização.

A antropologia histórica mostra como muitas sociedades que funcionam com meios materiais simples passaram por processos de mudança que alteraram seu progresso. A valorização social das sociedades tribais qualifica o estruturalismo como uma linguagem do colonialismo que divide sociedades e culturas, onde as sociedades são basicamente europeias e todos os demais são culturas, desde eslavos a andinos, a peles vermelhas e a tupis³⁶.

A revelação do componente primitivo na sociedade moderna desigual, em variados modos de presença nas sociedades centrais e nas periféricas, abre uma linha de pesquisa que explica os limites objetivos da racionalidade e suas contradições, que a expõem a novas ondas de irracionalidade como do fascismo e de formas pré-capitalistas usadas como mecanismos de poder nos sistemas autoritários.

36 Foi chocante ver o Papa pedir perdão aos índios canadenses que foram massacrados pelos protestantes.

No mundo moderno, o primitivismo é um modo de ser e já não é um status. Atravessa a composição de classes sociais e impregna os Estados nacionais e as empresas. Grupos sociais culturalmente toscos recorrem a estratégias primitivas para controle de massas das quais retiram a organicidade de povos. O sistema personalista, que se estende da esfera política às religiões de massas, constitui um modo de atualização do primitivismo, apropriado por grupos carismáticos.

Tudo leva a considerar que a superação do primitivismo é um movimento que depende da socialização de modos reflexivos de conhecimento, que não se supera pela simples transmissão de conhecimento técnico. A simbiose entre sagrado e profano do mundo pré-racional, que se rompe com a racionalidade, ressurgiu como um modo de reflexão independente das formas de classe, que pode ser um modo de humanismo. A dinâmica do primitivismo que expôs os limites no ajuste com o ambiente, também expôs a complexidade do sujeito ativo que conduz a mudança. Essa constatação situa a civilização como uma mutação do primitivismo e não como uma ruptura. Assim, é preciso reconhecer a pluralidade do mundo primitivo com sua originalidade e sua capacidade de sobrevivência no contexto da modernização.

Como esta modernização se realiza por meio de movimentos de controle das maiorias, o capital manipula a irracionalidade como recurso de poder, mobilizando irracionalidade, portanto abrindo uma porta para uma reprodução espúria do primitivismo.

OS PROCESSOS SOCIAIS DO SABER

Produção social e controle do saber

A produção de saber é sempre o fruto de uma atividade coletiva e o controle do saber é a máxima manifestação de poder sobre a sociedade. Ao estender o saber reflexivo para a proto-história, Vere Gordon Childe³⁷ abriu uma avenida na reconsideração do papel das origens na formação do saber secular, em que Jean Pierre Vernant³⁸ tem uma contribuição decisiva ao encaixar as origens gregas no grande fluxo civilizacional oriundo da Mesopotâmia e do Egito. Outra contribuição marcante nessa reconstrução da “modernidade” da história antiga é a de Henri Frankfort que aponta a passagem do cosmos ao Estado³⁹. Os mecanismos sociais pelos quais um saber iniciático se funde com um saber popular difuso é a grande revolução civilizacional da

37 Vere Gordon Childe, *Nacimiento de las civilizaciones orientales* (Barcelona, Península, 1976).

38 Jean Pierre Vernant, *Origem da civilização ocidental* (São Paulo: DIFEL, 1986).

39 Henri Frankfort e outros, *Before Philosophy*, (Londres: Penguin, 1964).

passagem da Idade do Bronze e não seus artefatos. Nesse contexto, se o projeto macedônio propunha uma fusão cultural que rompia com o isolamento do saber, o mundo romano traria uma fusão pela operacionalidade do poder. A máquina romana estava baseada na organização comercial da exploração agrária. O controle do sistema passa das elites para os detentores do comércio.

No mundo moderno, a distinção entre o saber das elites e o do povo, ou entre o corroborado por tradições e o legitimado por órgãos de oficialização, separou o que se reconhece como conhecimento científico e o que não tem essa chancela. Outras fontes de legitimação do conhecimento já tinham entrado em crise com a reconhecida impossibilidade de demonstrar inferências que se apresentam como ciência. O elogio do capital mercantil justifica a pirataria dos ingleses e holandeses.

Nos dias de hoje, o saber institucionalmente reconhecido ganhou o título de conhecimento e seu estudo o de teoria do conhecimento ou de epistemologia. Há uma indisfarçável adesão aos sistemas institucionais de apoio à ciência e aos parâmetros da Física, com uma conseqüente, mas não necessária desvalorização das ciências humanas. O pleito pela ciência social termina por ser uma rebeldia contra os padrões oficiais da ciência. A teoria irrestrita e radical do saber ficou com o nome de gnosiologia e retém a opção de um olhar crítico sobre a teoria do conhecimento em geral, por isso herdando a disputa sobre a cientificidade de uns e outros. Subjaz que os objetivos de método da epistemologia e da gnosiologia não são os mesmos e que essa epistemologia não é satisfatória para os estudos sociais.

A história do papel político do controle de conhecimento vem de longe. A abertura de religiões iniciáticas às maiorias, realizada por Cristo e Buda, é o primeiro e fundamental movimento que elimina a separação entre mistérios e ritos e estabelece, juntos, a responsabilidade individual e a liberdade. Com ela, as noções de necessidade e de responsabilidade. Pensar por conta própria vem junto com agir por conta própria onde há uma diferença entre agir por imposição de estamentos ou partidos ou desenvolver

consciência histórica individualizada. É o problema da tensão entre a autonomia individual e o engajamento partidário. É um fechamento da individualidade indeterminada e da submissão pela militância⁴⁰. Mas essa abertura deu lugar a novas formalizações, novos ritos e nova polarização entre burocracia e fanatismo. A burocracia é a representação por excelência de repetição de procedimentos enquanto o fanatismo é a força que destitui a racionalidade.

O questionamento do fundamento socio-histórico das religiões torna-se um dos principais desafios no mundo do capitalismo desigual em que o irracionalismo aparece como uma resistência à globalização do poder com sua articulação entre os meios financeiros e os militares. É o ponto em que entra a discussão de recuperação de autoafirmação. Esse outro é um irracionalismo baseado em exploração da ignorância. Na nova expansão das religiões, desde a segunda metade do século XX, há um inegável aumento da participação de grupos de religião a políticas radicais, junto com ocupação de espaços ideológicos cedidos pelo esvaziamento ideológico das práticas políticas. O aumento do espaço ocupado pelas religiões de massa resulta em mudança substancial no controle político das religiões que se organizam como entidades de ajuda mútua. Vê-se que seu poder depende de sua capacidade de usar uma linguagem adequada a grupos sociais que ficaram completamente separados dos processos de modernização. Essas tendências podem dar conta de uma explicação de grande parte da expansão das novas religiões sem teologia, mas são insuficientes para captar o processo em sua totalidade.

40 Essa questão está colocada nos poemas de Brecht, nos de Leopardi, nos de Pushkin. A linha de tensão entre a individualidade e o sentimento social dá a medida da independência histórica. O estudo de Mondolfo sobre o indivíduo na cultura antiga, com a substituição da *hybris* (loucura heroica) pela *areté* (coragem disciplinada) indica a refundação da individualidade mediante imersão na responsabilidade social.

Como catalogar movimentos religiosos que se organizam sobre a ignorância das massas. Aparentemente, será preciso recorrer aos questionamentos do recrudescimento do irracionalismo no mundo comandado pelo capitalismo. O controle social exercido pela rede do poder do capitalismo deixou grandes massas de população sem perspectiva de mercado de trabalho e sem oportunidades de progresso, vulneráveis a quaisquer movimentos que lhes reconheçam cidadania. As religiões ressurgem em sua função de santuário, dividindo-se entre os que se estabelecem como empresas de assistência social com eficientes mecanismos de captação de recursos e os que constituem refúgios em tradições opressoras.

O processamento desse irracionalismo pela sociedade moderna revela certas “falhas tectônicas” da modernidade que carregou bolsões de preconceito recuperados de seu passado, tais como as alegações de bruxaria, tem raízes profundas na articulação mal resolvida entre a aparência apolínea da civilização da engenharia e o fundo de paixões infensas à equanimidade da civilização. Há toda uma literatura que espelha adesão a modos de elites passadas, de Proust a Celine a Jane Austen, e, curiosamente, norte-americanos como Faulkner, Berlin e vários outros. A grande novidade da sociedade moderna consistiu em combinar uma racionalidade mecânica com uma irracionalidade de objetivos. É o fundamento da brutalidade das ditaduras, desde o nazismo às ditaduras latino-americanas “modernas”⁴¹. Esse contraste, que ficou sobejamente definido pelo nazismo, tornou-se uma característica do capitalismo avançado que voltou a demonizar dissidentes tal como na Baixa Idade Média. Com Primo de Rivera e Franco, a direita castelhana, derrotada na guerra com os Estados Unidos, procurou se inspirar em glórias medievais mal

41 Cabe distinguir as ditaduras da safra de 64 a 85 das ditaduras da safra anterior de 48 a 72, em que estas últimas foram personalistas, fundadas em caciquismo e derivadas de estruturas econômicas primárias, enquanto as outras foram conduzidas por mecanismos de castas, usaram a violência de modo sistemático e pretenderam colocar-se acima do personalismo.

contadas⁴². Na segunda metade do século XX, proliferaram manifestações políticas nitidamente irracionais, geralmente violentas, quase sempre identificadas com fundamentos religiosos. A crítica da religião vai aos fundamentos do proselitismo que se aceita como sistema de dominação.

Historicamente, a produção e o controle social do saber foram os principais mecanismos de poder que sustentaram a formação das antigas elites sacerdotais e as modernas elites empresariais, políticas e universitárias. Elites sacerdotais vão de sacerdotes egípcios a monges medievais e a controle dos sistemas educativos. A secularização do poder com a ascensão da burguesia deu lugar ao desenvolvimento de mecanismos institucionalizados de referendo do saber acumulado que ganha status de conhecimento científico. Esse processo começou com a institucionalização da ciência, no século XVIII, e passou por dois momentos principais de ruptura com a institucionalização da ciência. A institucionalização da ciência tem pouco a ver com sua cientificidade e muito com o poder político da ciência. Descartes, Newton, Laplace representam momentos de legitimação do poder político pela ciência e não é por acaso que surgem as Reais Academias de Ciências. A ciência, como a carreira militar, são áreas de interesse das aristocracias que passaram ao arsenal da burguesia mediante sua profissionalização. A velha função da guerra de controle territorial converte-se em controle móvel de massas demográficas e subordinação de grupos. Torna-se necessária uma revisão da doutrina da guerra quando a potência que tem supremacia se mantém em estado de guerra virtualmente permanente e pretende impor seu modo de civilização ao resto do mundo⁴³.

42 Interessante lembrar que El Cid tomou Valencia, mas foi expulso pelos árabes e que quem conquistou a cidade foi Jaume I de Aragón.

43 A questão da guerra não é parte da estrutura temática deste estudo, mas tornou-se um componente essencial do controle do trabalho e dos recursos físicos como parte de um sistema de relações políticas em que a diferença entre o discurso explícito e o tácito é parte de um jogo de poder irrestrito. A guerra

Os momentos de ruptura são reveladores. O primeiro deles coincidiu com a oficialização da ciência positivista pelos Estados burgueses no século XIX. O segundo com a mais recente pretensão da academia burguesa, liderada pela norte-americana, de definir ciência segundo conveniências disciplinares e exportar seu sistema educativo junto com seu idioma. A universalização da língua inglesa geralmente está associada à difusão de modos de administração que passam aos modos educativos e a um substrato ideológico que precisa ser visto como um conjunto. A crítica histórica obviamente passa por fora dessas simplificações que representam uma perda de cientificidade da ciência, concomitante

moderna desde os tempos de Napoleão significou conscrição obrigatória. A velha doutrina romana de guerra permanente administrada com sentido prático e que foi modernizada pelo imperialismo – basicamente de 1870 a 1918 – cedeu lugar a guerras expansionistas ligadas a controle de energia e de grandes espaços. O fim das intervenções ocidentais na China e o fracasso do imperialismo japonês foram sucedidos por nova fase de expansão norte-americana no Pacífico onde agora se encontra com a potência ascendente da China. O conflito de interesses no Pacífico passa a novas conotações, dadas as interdependências econômicas. Mas tem um significado global indiscutível porque se compara com o desgaste da Europa onde o projeto de poder da União Europeia não consegue superar os interesses da *troika* financeira e caminha sobre um círculo vicioso de contração do emprego, contração do produto e lucro bancário. Nesse contexto, as guerras regionais revelaram fracassos sucessivos das grandes potências e desastres irreparáveis como o do Iraque. É inevitável reconhecer que o custo militar da supremacia tornou-se insustentável e que as doutrinas militares fracassam repetidamente em sua lógica simplificada de violência maciça. Uma leitura sociopolítica da guerra moderna mostra que a profissionalização e a visão empresarial da estratégia têm pouco a fazer quando se encontram com adversários ideológicos cuja aposta não tem limite. Os recursos das grandes potências são o uso de maquinaria capaz de destruir sem se arriscar, como os aviões não tripulados e a contratação de mercenários. O que ainda representa uma vantagem da supremacia é não ter a guerra em seu território, mas é uma vantagem claramente temporária. Falta ainda uma questão relativa a como as grandes potências distribuem internamente os custos da guerra. Além disso, com a economia mundial com dificuldade para crescer, o custo da guerra torna-se excessivo e a manutenção do aparato militar torna-se uma das principais fontes da crise da principal potência militar.

com sua perda de significado histórico e de sua independência. O pragmatismo positivista é um desvio comportamental da burguesia do capitalismo avançado que trata com sistemas progressivamente mais complexos e sujeitos a condições de maior instabilidade. Há uma contradição entre modelos baseados em racionalidade ilimitada dos agentes econômicos, semelhantes ao *homo economicus* dos primeiros austríacos e as teorias do caos que supõem distanciamento das condições iniciais. Modos sistêmicos de incerteza nada têm a ver com expectativas racionais. Há total incompatibilidade entre essa economia mecânica e a teoria do caos. A possibilidade de realizar análises sociais em que as condições iniciais permanecem durante as observações e as análises são cada vez menores, dada a maior mobilidade do capital e do trabalho, entretanto não se podem ignorar situações em que há retrocesso a situações aparentemente superadas, como é o caso dos incidentes de trabalho escravo ou de agravamento das perdas de direito dos trabalhadores.

Nas mãos do pragmatismo positivista, a ciência se torna uma nova escolástica guiada por procedimentos rituais e opções formais, em que a generalização matemática é aceita como equivalente de uma generalização no campo social. A repetição do parcelamento da realidade, da sociometria e do culturalismo por parte de certa sociologia europeia – Lazarsfeld, Boudon e muitos outros – é parte de um esvaziamento ideológico que ficou claramente configurado em coletânea organizada por Giddens e Turner⁴⁴. A consagração do conhecimento leigo é um longo movimento realizado pelo Estado dos Tempos Modernos para substituir o prestígio do conhecimento controlado pelas grandes organizações estamentais, especialmente pelas Igreja Católica que fez um uso renovado de tradições pré-cristãs constituindo um mecanismo universalizado de controle social. Ao romper com

44 Anthony Giddens e Jonathan Turner, *Teoria social hoje*, São Paulo, UNESP, 1999.

Roma, o protestantismo criou uma nova necessidade de sacramentar o conhecimento oficializado, dando as suas instituições civis um status quase religioso e atribuindo ao Estado um poder irrecurável. A disputa ideológica entre as religiões reflete essa distância entre as religiões oficializadas e outras que lutam por ganhar esse reconhecimento.

A originalidade do saber popular

Saber popular é o formado na experiência cotidiana, que se repete e transmite por observação, se apresenta sob diversas formas nas partes do sistema produtivo e gera uma acumulação de competência mesmo quando parece ser apenas repetitivo. O saber popular hoje é todo aquele que não foi consagrado pelos métodos experimentais da ciência. O reconhecimento do saber popular tem sido parte da superação de estruturas discriminativas geradas pelo colonialismo, tornando-se uma marca de movimentos de independência social⁴⁵. Significa que o saber sobre a vida social vai dar lugar à formação das instituições jurídicas tanto como vai definir as práticas agrícolas; e a medicina surge desse saber popular. Não se discute seu papel na antiguidade, mas seu papel na época da ciência, quando a pura prática é desqualificada como recurso de conhecimento. Essa questão é decisiva no campo social no qual as condições de experimentação são aleatórias. A reavaliação do saber popular no campo social enfrenta um conflito ideológico em torno da legitimidade da definição de padrões comportamentais reconhecidos, correspondendo a padrões genéricos de racionalidade ou aceitos como derivados de experiência histórica.

45 Um dos principais componentes do saber tradicional na América é a medicina das nações indígenas que foi utilizada por segmentos populares da sociedade colonial, inclusive pela falta de médicos e em tempo recente passou a ser vista como um patrimônio e a ganhar reconhecimento. O olhar do conquistador aproveitou mais os conhecimentos tradicionais na agricultura, mas a arqueo-antropologia veio mostrar a importância da cosmologia.

O mundo prático da vida social gera modos populares de saber que se acumulam como saber tradicional, constituindo uma experiência socializada e assumem formas tutelares do cotidiano. O modo como eles interagem com os sistemas da ciência oficializada varia segundo opções políticas antes que por escolhas individuais. Certa irracionalidade de empresas aponta mais a luta pelo poder que a racionalidade. O saber tradicional está identificado como as formas de vida localizadas que refletem a relação com o entorno natural e distingue seus detentores. A vida social gera continuamente saberes que são recolhidos de diversos modos, retidos em sua forma original ou modificados. O modo de fazer cristais de Murano ou tapetes de Bokhara é sempre o mesmo e o trabalho de marqueteira ou o de escultura preservam técnicas de manejo de madeira e de pedra aos quais se podem trazer novos conceitos, mas que se elaboram sobre experiências milenares.

O que geralmente se denomina de conhecimento é o saber codificado e consagrado pelos princípios de autoridade controlada pelas elites. Não necessariamente abrange o saber contestatório desses mecanismos de legitimação⁴⁶. Hoje, a reação contra a epistemologia construída como fundamento das ciências da natureza surge com todas as vantagens de trabalhar com a referência de leis que pressupõem generalização irrestrita, tal como a lei da gravidade e a da seleção das espécies. Além disso, têm a vantagem de não precisar de uma teoria do ser social. Mas a crítica do conhecimento codificado aponta justamente a sua contradição empírica,

46 As academias de ciências e agora os órgãos de regulação das atividades científicas como CAPES, CONACIT, CONICIT e vários outros desempenham o duplo papel de proteção da seriedade do trabalho científico e definição de padrões que se tornam em mecanismos de controle interno da comunidade científica, na prática consagrando certas formas de hegemonia das ciências não sociais ou da natureza assim como mecanizando a hegemonia dos centros científicos dos países mais ricos. A intencionalidade da ciência, que é mobilizada para atender a interesses de empresas, é uma clara indicação da subordinação que impugna a suposta independência das ciências da natureza.

em pretender generalizações infundadas sobre bases empíricas limitadas de estudos de alguns países avançados. Ciência sem subjetividade, sem ideologia, sem humanidade.

No contexto desse desenvolvimento de uma teoria da ciência separada da sociedade, a ruptura com o dogmatismo conduzida por Kant se materializa em uma teoria do conhecimento fundante das ciências da natureza, ou seja, presume uma referência válida para as ciências em geral. Nesse sentido, a crítica kantiana é um obstáculo à ciência social no que prefere a consistência formal à representatividade histórica⁴⁷. A consistência formal exige o preço da simplificação, e, mesmo antes que se decida sobre critérios de simplificação, ou que se disponha sobre simplificação, a opção por modelos compromete o modo de desenvolvimento da ciência. Esta seria a explicação de uma crítica de modelos econômicos e do quadro político. Essa prática não resiste à crítica do pensamento histórico.

A desqualificação do bom senso como fonte de conhecimento⁴⁸ ou a dupla ruptura epistemológica⁴⁹ podem ser lidas como um aprofundamento do cartesianismo, que significa preservar a compactidade do sujeito – que existe já que pensa – mas cuja complexidade não é considerada como significativa de seu modo de pensar. O sujeito cartesiano é existencialmente inerme e historicamente nulo. É incapaz de reter ou produzir cultura. A visão cultural do conhecimento contrapõe-se à da exclusividade do raciocínio científico, reivindicando a necessidade de considerar todas as formas de conhecimento como partes da plataforma

47 Esse efeito é justamente o contrário do pretendido por Kant que apontou a um pensar livre de preconceitos e dogmas, plenamente secularizado, identificado como um pensar da vida social em sua totalidade. Nada menos kantiano que o reducionismo praticado pelo positivismo pragmático. Pelo contrário, cabe ver as trilhas abertas por Kant como os fundamentos de uma revolução permanente no domínio do conhecimento.

48 Gastón Bachelard, *O racionalismo aplicado*, Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

49 Gastón Bachelard, *op.cit.*

sobre a qual se assenta o conhecimento científico. Pelo contrário, o sujeito socialmente identificado é portador de memória e só se identifica mediante relações em sociedade. Não pode ser percebido por teorias que veem o indivíduo como ente indeterminado ou que substituem sua individualidade por sua linguagem. A economia ortodoxa não trabalha com sujeitos independentes nem com pessoas que não desejam consumir.

A complexidade do sujeito nos estudos sociais é um dado inicial em toda análise histórica que se interessa pelas vivências que ele tem incorporadas e pela subjetividade que carrega. Esta é a realidade do ser social, isto é, da pessoa, que não pode ser negada⁵⁰. A realidade social consiste no agir de pessoas, em grupos ou como indivíduos, mas sempre como integrantes de classes sociais. Trata-se do ser social incluído, ou senão incorporado, na sociedade do capital, na qual está sempre exposto às pressões de alienação e exploração. A internacionalização do sistema produtivo e a do mercado de trabalho fizeram com que a identificação do sujeito se tornasse mais difusa e contraste com as condições históricas específicas dessa internacionalidade.

Assim, ao reconhecer essa complexidade crescente, a disputa pelo método de uma teoria social da ciência não é uma negação da epistemologia das ciências da natureza, mas é seu enquadramento como teoria de uma ciência socialmente indeterminada cujas exigências de confiabilidade devem ser revisadas. Certamente, há uma questão fundamental relativa à demonstração, que se tornou imperativa quando as demonstrações científicas são cada vez mais indiretas, são demonstrações conjecturais como diz Karl Popper, com uma base empírica incidental, que pode aparecer a posteriori tal como aconteceu com a teoria da relatividade ou simplesmente não ter fundamentação empírica. As coisas se tornam complicadas

50 Nesse ponto, entra o peso da argumentação de György Lukács, principalmente com seu *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo, 2010).

quando se utilizam artefatos generalizantes nas ciências sociais tal como em modelos de comércio internacional de relações entre dois países com dois produtos, ou quando se fala em concorrência perfeita que jamais existiu.

A principal observação que leva a formular o método das ciências sociais como fundado em uma teoria do saber e não do conhecimento consagrado refere-se à diversidade de situações de saber e à impossibilidade de reduzir os saberes da sociedade ao conhecimento reconhecido pela ciência. É a gnosiologia frente à epistemologia. A questão da diversidade será tratada mediante duas linhas de crítica que são a crítica filosófica propriamente dita, que se apresenta como o pleito por uma fundamentação ontológica do conhecimento, e a crítica da aplicabilidade do conhecimento.

A presença irredutível do saber

O contexto social está constituído de saberes acumulados pelos grupos integrantes da sociedade, que formam um tecido assentado nas relações de classe e em estratos sociais. A competência náutica adquirida pelos povos navegadores esteve restrita a uma pequena parte da sociedade. Historicamente, a sociedade produz saberes de diversos tipos que absorvem em sua forma original, ou se modificam ou se perdem. O modo como os saberes são reconhecidos é o mecanismo de poder que faz com que a sociedade preserve suas tradições e seus modos de se reproduzir, portanto como pode se modernizar. Como a modernização é um processo seletivo, o controle dessa seleção é um mecanismo de poder que se difunde na sociedade. É fácil perceber que todas as sociedades dispõem de determinados processos de acumulação de saber em que seus componentes populares e de elite, tradicionais e modernos, misturam-se de determinados modos que são dados por seu processo de poder. A dificuldade estará em explicar essas misturas.

Saber de quem, conhecimento de que por quem. Camponeses identificados por sua permanência em seu ambiente, que têm uma qualificação dada por sua permanência de várias gerações, perdem sua qualificação se são transferidos para outro ambiente. O saber tradicional torna-se parte de sua identidade. O conhecimento responde pela sobrevivência e pelo modo de ver o mundo. Trabalho e lazer se confundem na pluralidade de usos de um determinado corpo de conhecimento que adere aos grupos organizados. É impraticável pensar que a identidade de um grupo se forma por separado do conhecimento que ele acumula. A identidade de capitalistas e trabalhadores na sociedade industrial está ligada ao modo de conhecimento da produção industrial em suas formas imediatas – nas fábricas – e em suas formas indiretas nos modos de vida da sociedade industrial⁵¹. Por isso, o controle do conhecimento não imediato é um mecanismo de controle da identidade das classes. Classes internamente dominantes, mas externamente dependentes, surgem como expressão de sociedades periféricas estagnadas ou ascendentes, que se decompõem como coletivos e se afirmam como indivíduos aderidos a países e a estratos hegemônicos. Capitalistas alienados tornam-se instrumentos passivos do controle internacional do sistema. De fato, o sistema hegemônico se realiza mediante o controle das elites antes que do

51 Neste ponto, é preciso introduzir a distinção entre a teoria da mais-valia desenvolvida por Marx, que descreve o mecanismo de exploração no processo de produção nas fábricas e a exploração sistêmica que surge do controle do tempo dos trabalhadores em seu ambiente doméstico e por consumo induzido, em suas necessidades de locomoção e finalmente no controle de seu lazer. No capitalismo avançado do capital globalizado, a exploração sistêmica torna-se cada vez mais importante fazendo variar as condições em que se realiza a exploração em locais de trabalho. A teoria da mais-valia de Marx refere-se a condições concretas de exploração que estão incluídas em modalidades de atividades em fábricas ou similares. O aprofundamento das inter-relações entre unidades produtivas e sistemas de infraestrutura amplia as possibilidades de extração de valor do trabalho no ambiente difuso das inter-relações entre a esfera pública e a privada. Esta é a justificativa de uma teorização da mais-valia sistêmica.

controle das classes de trabalhadores. Estes se tornam instrumentos localmente desligados, sensíveis a mudarem de posição mediante migrações. Isto porque a cultura industrial transcende as fábricas, determina modo de falar, comer, vestir e gera partidos políticos interessados em manter ou mudar sem jamais admitir a possibilidade de uma sociedade não industrial. Se a indústria é determinante do modo de viver, o método no campo social será informado por esse modo industrial. É o que aconteceu com Marx que se debruçou na crítica da sociedade industrial do capitalismo e apresentou uma abordagem de método para o meio social da indústria.

Essa crítica do conhecimento no capitalismo mostra finalmente que o conhecimento que se produz tem sempre um duplo significado e que seu uso é muito mais matéria política que de administração. Esse conhecimento se torna mercadoria seletivamente utilizada pelo sistema de dominação mediante seus circuitos de relacionamento internacionais. A manipulação do conhecimento tornou-se essencial no controle político da ciência que passou a ver as empresas como entidades sempre benéficas, por exemplo, aceitando a exploração de recursos estratégicos e a manipulação de recursos humanos. O de novos objetos de conhecimento e o esclarecimento de quem detém o conhecimento. Os saberes, em geral, são da sociedade em seu conjunto, mas são apropriados e mobilizados de modo desigual. O conhecimento que aparece como individual é a distinção de uma coletividade do mesmo modo como a competência para operar em bolsa de valores é de uma sociedade de capital financeiro. A descoberta do ser social surge por suas manifestações como cognoscente. Preservar saber ou ganhar conhecimento tem consequências que vão até a relação com o mundo.

Um saber emancipado

Essa é a trilha da dialética reflexiva da razão historicamente desenvolvida. É o ponto de ruptura da dialética hegeliana com

a antiga⁵². Em Platão, a dialética se desenvolve em função de um tema determinado inicialmente, enquanto em Hegel, ela é a regra da mudança que contempla o novo, que representa energia criativa. A energia do movimento interno que torna inevitável a transformação. Nessa qualidade, foi aduzida por Marx como a dialética do capitalismo que surgiu da superação do feudalismo. Em Marx, a dialética mostra o poder criativo do capitalismo e expõe as contradições que ele suscita. O capitalismo progride mediante contradições entre lucro individual e esgotamento de recursos, incitação ao consumo e precarização da renda, concorrência por exportações sobre mercados estagnados etc.

A dialética é a lei interna do processo social que mostrará a relação orgânica entre o impulso da formação de capital e de acumulação e os de desemprego, desperdício, descarte de equipamentos e destruição de instalações. O caráter destrutivo do capitalismo é o lado negativo da renovação tecnológica. O custo social da corrida tecnológica é a renovação da pobreza. Assim, a dialética em Marx contempla o lado negativo do desenvolvimento do capital, que desde já se apresenta como a instabilidade do sistema e o desemprego orgânico. Essa é a grande novidade para a ciência social que deve enfrentar o conflito fundamental de interesses entre o capital e o trabalho que parece superficialmente diluído na substituição do ambiente fabril da segunda revolução industrial, mas que se revela revigorado, primeiro na transferência da produção fabril de umas nações para outras; e segundo, por meio da destruição do emprego regular, que transfere custos na forma da precariedade da ocupação. Destaca-se que, nos movimentos de expansão da produção industrial, tem havido migrações de indústrias entre países, geralmente acompanhando as perspectivas de mercado.

A questão que se apresenta a seguir para a dialética refere-se à ligação do plano econômico com o político. As forças que

52 Hans-Georg Gadamer, *Hegel e a dialética antiga* (1961).

conduzem o processo de acumulação de capital não ficam restritas ao plano econômico, mas se projetam ao plano político no movimento geral de metamorfose política do capital. A reprodução do capital se realiza de modo combinado na esfera econômica e na política e nos planos interno e internacional. A complexidade dos modos de reprodução torna impraticável pensar em reprodução como um processo exclusivamente econômico.

Em sua qualidade política, geram individualismo, imediatismo e corrupção. Esse grande movimento foi claramente registrado por Marx quando apontou à relação entre os componentes materiais e os ideológicos do sistema produtivo. A dialética mostrará a metamorfose política do capital, que refletirá os efeitos da interação entre infraestrutura e superestrutura. Longe de uma diferença entre um suposto economicismo da análise do capital, ou de uma simplificação da análise das relações de classe, a análise do corte político surge como uma síntese unificadora na articulação da infraestrutura com a superestrutura. A teoria política vê a formação social de poder como uma expressão colateral à acumulação de capital.

A metamorfose política do capital é o grande movimento que começa desde as formas básicas da exploração econômica dos trabalhadores, no que a própria exploração desperta forças de resistência e cria formas de representação dos interesses dos trabalhadores, que passam a modificar a contextura social da economia. Será preciso, portanto, acompanhar as mudanças do mundo do trabalho no que elas influem na capacidade da sociedade para se fazerem representar em reivindicações de direitos das pessoas. O princípio fundamental de autonomia é substituído por um conceito de direitos humanos que se aceita como compensatório de desigualdades, mas não atende à integridade individual. Direitos humanos como correção de racismo ou proteção de violência do Estado subentendem condições desiguais reiteradas de participação na sociedade. A necessidade hoje do Estado de lutar contra o antipoder da criminalidade difundida chancela o controle dos direitos humanos, mas não há como levar esse tema ao seu final

em um sistema baseado em concentração de renda e precarização do emprego sem entrar no mérito do conflito entre eficiência econômica e distribuição da renda. A questão geral da distribuição está na base da relação entre o sistema socioprodutivo e o sistema tecnoprodutivo, como condicionante da acumulação de capital. Há uma distribuição aparente que aparece na distribuição entre pessoas em geral e uma situação real de distribuição em que as pessoas são parte de classes e de grupos por idade, por sexo, etnia, educação e todas as demais variáveis que qualificam as condições específicas de participação na sociedade moderna. O papel da distribuição na dinâmica do sistema nacional de produção, acusado por David Ricardo no início do capitalismo moderno, realiza-se mediante uma rede de relacionamentos em que se combinam elementos institucionais, econômicos, tecnológicos, culturais e políticos, com alguns resultados que se acumulam e modificam o metabolismo do sistema⁵³.

53 Há um aspecto técnico e outro ideológico no relativo ao problema geral da distribuição, já seja como uma situação atual ou como um processo distributivo que rebate no crescimento e nas condições gerais de acumulação de riqueza no sistema. A teoria da distribuição entrou na teoria econômica como uma teoria da distribuição da renda, mas desde seus momentos iniciais com David Ricardo já estava colocada a relação orgânica entre a distribuição da renda e a do capital. A distribuição opera concomitantemente nos níveis macro e micro na escala de países e de regiões e com desdobramentos nas inter-relações entre os países com interações que se projetam desigualmente no tempo. Desde o tempo de David Ricardo, o estudo da distribuição ficou cerceado pela visão nacional que passa por alto as ligações entre os padrões de distribuição dos diversos países. Por isso, no estudo da distribuição em cada país, é preciso distinguir a justaposição da distribuição entre estratos sociais e setores de atividade para incluir aspectos de duração de vida profissional, de incerteza de renda. Há uma justaposição entre a distribuição por classes sociais e por estratos de renda que situa as condições de mobilidade social com outras tantas ressonâncias no quadro de expectativas de renda. Retomando ideias expressas em trabalhos anteriores, é preciso substituir a concepção de uma distribuição resultado por uma distribuição causa, em que se aponta aos efeitos interativos da distribuição da renda na formação de capital e na mobilidade social dos trabalhadores. Para passar da pseudo-distribuição, como dizia Edwin Cannan, para a verdadeira distribuição

A observação da história contemporânea mostra a impossibilidade de alcançar uma explicação satisfatória da articulação entre o modo capitalista de produção em geral, as formas de produção que preservam formas pré-capitalistas de gestão dos capitais e as correspondentes articulações da esfera política. Os dois se encontram na distribuição da renda, na duração da vida profissional e no acesso a melhoria de condições de vida. O processo da distribuição é mais abrangente que suas manifestações imediatas, situando-se como ponte entre a renda atual e as condições de participação no sistema socioprodutivo. A diferença entre modos de exploração se alargou no capitalismo mais avançado, tanto em diferenças entre cidadãos plenos e imigrantes como entre cidadãos de regiões prósperas e atrasadas. São diferentes condições de desigualdade que se traduzem em sistemas nacionais segmentados.

Tal como acontece na produção da mais-valia no processo de produção, a captação de poder acontece desde o início do processo social do capital, quando se trata de explorar trabalho que opera em baixa tecnologia até quando aumenta o potencial de exploração.

A metamorfose política do capital se completa quando o desenvolvimento das forças produtivas gera forças políticas que se sobrepõem aos objetivos imediatos do capital e modificam as pautas da acumulação. O apego do sistema político a formas tradicionais

é preciso contemplar os efeitos indiretos da distribuição da renda na dinâmica do sistema social de classes. Ressalta que as análises de distribuição da renda insistem na distribuição entre pessoas que só é relevante entre agentes comparáveis. Como comparar a renda de funcionários com estabilidade de emprego com a de trabalhadores autônomos que vivem de contratos eventuais de curta duração? Além disso, há uma complexa teia de situações de dependentes que flutua em torno das rendas do trabalho. Pessoas não empregadas, mas cuja presença tem um efeito indireto significativo na formação da renda, como as que se ocupam das atividades domésticas. Finalmente, a distribuição da renda, nos países mais ricos, afeta o turismo nos países mais pobres que assumem o papel de colônias de férias.

de reprodução cria uma contradição com a mobilidade social das empresas e leva a novas composições do sistema de poder. Estas incorporam corrupção como um recurso de concorrência. Isso corresponde a um lado do processo que está constituído das reações de movimentos sociais, ambientais ou étnicos ou outros, mas acontece principalmente por conta dos objetivos de sustentação do poder dos blocos localmente hegemônicos e pela reprodução do esquema mundial de poder. Torna-se claro que a teoria social está diante de um impasse técnico entre teorizar sobre a organização do mundo como ele é ou teorizar sobre a mudança que faz com que o mundo deixe de ser como ele é. Por isso, o método não pode ficar preso à demonstração do entendimento, nem pode ficar restrito às condições individualizantes do método indutivo.

A BASE HISTÓRICA DO CONHECIMENTO

Facticidade e conhecimento histórico

A distinção entre as perspectivas histórica e positivista revela-se uma separação insuperável entre a validade do conhecimento de dados imediatos, em princípio não crítico, e a situação histórica de conhecimento. É uma polêmica que está em curso no debate filosófico do século XX entre a corrente iniciada por Heinrich Rickert e estabelecida por Max Weber e a corrente hegeliana e a marxista. Por extensão, essa separação atinge o significado do processo formador de conhecimento. Situa os fatos como partes de um tecido histórico de processos anteriores. O reconhecimento dessa ancoragem histórica constitui uma crítica inevitável do positivismo que separa o atual do anterior. Na perspectiva histórica, o conhecimento da atualidade é tão histórico quanto sua historicidade é reconhecida. O panorama atual das nações indígenas tem um significado histórico que muda de modo gradual ou abrupto segundo surgem novos achados sobre determinadas civilizações que trazem novas luzes sobre

as relações que houve entre povos antigos⁵⁴. Também que dão outro significado ao paternalismo dominante com que os índios são tratados. O significado do período colonial muda quando ele deixa de ser tratado como uma coleção de processos locais e se vê como um concerto de conflitos e ajustes entre poderes colonialistas. A questão é que a historicidade é uma categoria mutante que se compara com a rigidez da positividade do quadro atual. Como adiantamento para a delimitação de método no campo social é preciso, de volta, criticar a aparente rigidez do quadro fático atual. A pluralidade de observações de um determinado fenômeno, como um tsunami ou os efeitos da seca no emprego na região, resulta em conclusões completamente diferentes dependendo se são observações de pessoas comprometidas no processo ou simples observadoras.

Um grande passo da análise histórica é o desvendamento da complexidade histórica do presente. Será necessário desenvolver um olhar reflexivo sobre o tecido dos fatos que compõem um processo social ou um evento sem antecedentes nem consequentes. O horizonte de significância dessas duas perspectivas logicamente se amplia na medida em que aumentam as condições de comparabilidade que eles ensejam. O significado da história arcaica da Grécia mudou, como disse Jean Pierre Vernant quando se ampliaram as condições de leitura do linear B, isto é, quando se descobriram as linhas de continuidade entre o mundo arcaico e o clássico.

Decantação, inclusão, exclusão

A civilização é um processo de acumulação seletiva de valor, gerador de conhecimento que desenvolve regras de conformidade

54 O descobrimento de Gobekli Tepe no sul da Anatólia como um centro urbano complexo de 11.000 anos mudou a visão da história antiga, corroborada pelo descobrimento que o primeiro povoamento das ilhas britânicas foi de negros com olhos azuis emigrados da Anatólia e agora de pirâmides de trinta metros na Amazônia equatoriana.

e de contestação guiadas por ideologias que misturam religião, poder, vida pessoal e as solidariedades que passam da tribo para a nação cruzadas por uma internacionalidade que se estende progressivamente. A civilização desenvolve regras de conduta que funcionam como parâmetros dos relacionamentos, mesmo quando são infringidos. Atrocidades de todo tipo são contradições dessas regras. Os assassinatos e as torturas cometidos pelas ditaduras do século XX são avaliados com olhares diferentes dos que viram crimes equivalentes em épocas anteriores porque se esperaria que houvesse algum progresso na humanização dos processos de poder. Assim, os crimes do século XX foram piores que os de épocas anteriores, por terem sido cometidos com consciência clara de seu significado, sua agressão ao processo civilizatório torna-se também mais clara. As atuais políticas de assassinato seletivo realizadas por algumas grandes potências enfrentam, por isso, uma reprovação histórica mais profunda que equivalentes no século XVI, inclusive por serem realizadas por governos que se pretendem democráticos.

Todos esses processos enfrentam a complexidade ideológica da civilização que se revela maior que sua complexidade tecnológica. Assim como os sentidos carregam as sensações, os modos nacionais carregam os tribais. Por isso, o próprio conceito de civilização muda, contemplando a relativização de costumes e a percepção de singularidades. A civilização ocidental que se propôs ser a única passou a conviver com a ascensão da China, da Rússia e da Índia e com os movimentos do islamismo. Agora, fala-se em civilização como um movimento capaz de andar com suas próprias pernas e enfrentar a separação entre igreja e Estado. Nos movimentos da filosofia do fim do século XIX, dois pensadores que procuraram a raiz histórica da realidade foram Heinrich Rickert e Wilhelm Dilthey, o primeiro representando o lado história do kantismo e o segundo, o idealismo pós-hegeliano. Mas são contribuições que representam outros modos de ler Hegel além de Marx. Esse banimento de Marx pela academia que não o leu é um prejuízo que vai muito além do debate inicial.

A secularização do conhecimento devolve o processo social de conhecer à sociedade e confronta a série de desafios apresentados por relações entre civilizações. Há confiança na capacidade da sociedade para comprovar seus achados científicos. Os contatos entre os europeus, a civilização islâmica, a chinesa e depois com as civilizações americanas, revelaram contradições que escapavam dos mecanismos de controle da Igreja Católica. O lado material imediato é o conhecimento de alimentação e medicina, mas a teologia e a cosmologia tiveram um papel sutil, porém mais profundo, sinalizando outros modos de pensar que reapareceriam, por exemplo, com Voltaire e o Enciclopedismo. A descoberta do cotidiano como espaço privilegiado de comunicação é uma consequência do reconhecimento de espaços de pluralidade em que as grandes diferenças culturais aparecem diluídas no trivial da vida burguesa.

O movimento de secularização do conhecimento, iniciado nos últimos séculos da Idade Média, ganhou força no período entre o século XVI e XVII, quando a Reforma religiosa marcou na Cristandade uma dissensão mais profunda que as das heresias; e a burguesia encontrou uma justificativa teológica para seu projeto de poder. Desde a Reforma, as religiões passaram a ser usadas com um pragmatismo que as tornou sócias do poder econômico. A negação alcançou seu auge no século XIX e experimentou um surpreendente retrocesso no século XX. Esse movimento geral resumiu os três movimentos de decantação de experiências e conhecimentos irregularmente comprovados, herdados do Império Romano e processados pela Igreja Católica, de inclusão maciça e não reconhecida de contribuições reconhecidas e negadas do Oriente por meio da expansão islâmica e de exclusão sistemática, administrada, de conhecimentos organizados de outras civilizações. A negação ou desqualificação das contribuições de outras civilizações seria uma marca da civilização ocidental que usaria os recursos de redução dessas outras civilizações a culturas. O Ocidente cristão usou a cultura árabe avançada tentando substituí-la pelos vikings ignorantes como justificção do confronto etnocultural ideológico que se reproduz até hoje.

A decantação de conhecimento é um processo que acontece por superação de referências, tal como a consolidação da geometria de Euclides, os tratados de navegação da Renascença. Conhecimentos são aproveitados para fins diferentes daqueles para que foram criados. Há uma busca de um conjunto de conhecimento não contraditório eliminando componentes de importância secundária que não afetam ao conjunto. O divisor de águas foi o poder da Igreja para decidir que se aceita como conhecimento legitimado e que se escolhe como corpo doutrinário, hoje substituído pela repressão da mídia sabuja do imperialismo. No ambiente da ciência homologada pelo Estado burguês, essa função passou para órgãos públicos e com o aval da ciência homologada pelas empresas.

O mesmo movimento que seleciona conhecimentos tradicionais resulta em exclusão e inclusão de pessoas, grupos, nações. A acumulação de conhecimento sustenta a seleção dos modos de conhecimento identificada com a modernização. Daí se extraem critérios com os quais reler e aproveitar o que é anterior que se classifica como não moderno. As leituras de Avicena sobre Aristóteles serão aceitas enquanto elas puderam ser adaptadas pela Igreja, mas esse Aristóteles quase cristão ficou sem suas doutrinas sobre a alma. As regras de inclusão e exclusão são a sacralização da vida secular, comporão o poder do Estado e estabelecerão espaços da internacionalidade religiosa que se coloca acima da nacionalidade. O mesmo acontece na Cristandade e no Islamismo. Diferenças afetarão mais as doutrinas sobre a vida social – onde ficarão as heresias – que as doutrinas sobre o cosmos, por mais dificuldades que Copérnico e Galileu enfrentassem. Serão as divisórias entre a Igreja Católica e os diversos protestantes em que estes fabricaram seus próprios mecanismos de exclusão. A irracionalidade aparecerá nas perseguições e nas discriminações.

As regras de inclusão e exclusão serão funcionais para determinar quem são as elites. Diferenças na aristocracia e regras de ascensão para a burguesia. É o fundamento da dominação interna. Logicamente, se não há porque discutir relações de poder e as

relações de classe estão obscurecidas por privilégios não se precisa de uma teoria social. É uma explicação útil para a ciência mecanicista que assim se desvencilha de explicação de método, reduzindo-se a procedimentos metodológicos. Igualmente, se a sociedade civil é guiada por princípios religiosos individualistas não tem muito sentido considerar relações de classe. Outros argumentos para invalidar a visão dos coletivos determinados pela condição econômica foram levantados como de etnia ou racismo sem um fundamento histórico consistente. É uma tergiversação de conflitos de base material. Os problemas raciais devem-se a preconceitos misteriosos não à exploração econômica. Nessa perspectiva, a discriminação com os negros teria fundamentos na arca de Noé e não poderia ser explicada pela exploração sistemática de nações africanas.

O fundamental é que há relações não declaradas de poder que se tornam um sistema de regulação da vida intelectual projetando-se na vida acadêmica e em seus meios de reprodução. A academia é o lugar de regras e não de reflexão. O ensino torna-se técnico. Esse controle orgânico do sistema sociocultural ganha foros de sociopolítico e de controle orgânico da superestrutura intelectual da sociedade ultramoderna de hoje. Os critérios de inclusão e exclusão são os verdadeiros sistemas de poder que passarão à esfera da análise social como indicações do que pode ser aceito pelo sistema de poder e do que deve ser desqualificado. Análise sociológica de estamentos e de grupos, mas não classes, ou estudos econômicos de produção de distribuição de renda por pessoas, mas não por classes. O encaminhamento é sutil, porém firme e os movimentos estão na base do sistema de poder.

A secularização do poder do conhecimento

A secularização é o movimento contrário ao da sacralização que retorna com a ascensão à vida política de grupos organizados sobre princípios de irracionalidade religiosa. A disputa entre racionalidade e irracionalidade, apropriada por movimentos políticos

como o nazifascismo, demarca a resistência de grupos formados sobre derrotas e aliados às doutrinas de apropriação do Estado. É o grande movimento da Renascença que permite comparar Bacon com Petrarca, ao tempo que desconsidera a cultura islâmica cujas traduções dos gregos foram essenciais para essa mesma ruptura. A Renascença é mais a negação da autoridade da lógica dedutiva identificada com a Igreja Católica, que consegue acontecer graças às influências do mundo antigo trazidas em segunda mão pelas traduções dos árabes. Aponta ao movimento geral de secularização do conhecimento com correspondentes reajustes com as diferentes matrizes religiosas como uma verdadeira ruptura com o encaminhamento lógico na direção de verdades pretendidas. A valorização do específico frente ao geral aparece para enaltecer a vertente ocidental, mas corre o risco de se perder do paradigma da unidade interna do conhecimento⁵⁵.

As relações entre religião e sociedade civil e entre religiões e Estado registraram diferenças decisivas no capitalismo maduro, estabelecendo condições de cooperação entre o capital e o Estado junto com conflitos por espaços de poder e entre grupos com variadas composições internacionais. O papel das igrejas em geral e já não das religiões nas composições de poder tem sido quase sempre de instrumento do conservadorismo, desde a posição da Igreja Católica na colonização até a emergência das igrejas evangélicas, quase sempre articuladas com fundos financiadores internacionais.

55 Vale lembrar Octavio Paz com seu livro de poemas *Ladeira Este* em que passa uma visão cósmica da Índia na perspectiva cósmica do México. É um contraste radical com o pragmatismo imediatista da suposta Ladeira Oeste. O capitalismo será uma cultura sem história, o esmagamento da cultura da alternativa. Em outra obra, *Corrente Alternada*, Paz abre a janela sobre o abismo latente na visão desimpedida da história como acumulação cultural contraditória. A perspectiva mexicana permite o recurso a uma visão intercivilizacional que relativiza a leitura materialista da Europa Ocidental.

A maior dificuldade de conviver com a secularização e mesmo os reiterados recrudescimentos da ortodoxia religiosa seguramente tiveram um papel decisivo no atraso do mundo islâmico em relação com o desenvolvimento material do mundo da economia. Nesse sentido, a turbulência política nas nações islâmicas seria consequência de problemas internos e não teria mais relação alguma com o recrudescimento da colonização. A secularização do poder com a ascensão da burguesia deu lugar ao desenvolvimento de mecanismos institucionalizados de referendo do saber acumulado. O que se reconhece como ciência depende de seu fundamento. Esse processo começou com a institucionalização da ciência no século XVIII e passou por dois momentos principais de ruptura com a entronização da ciência positivista pelos Estados burgueses no século XIX e com a mais recente difusão da perspectiva norte-americana de definir ciência segundo seus padrões e exportar seu sistema educativo junto com seu idioma.

A crítica histórica obviamente passa por fora dessas simplificações, que representam uma perda de cientificidade da ciência, concomitante com sua perda de historicidade. Nas mãos do pragmatismo positivista, a ciência se torna uma nova escolástica guiada por procedimentos rituais e por opções formais que cabem dentro de um princípio de autoridade tornando-se tacitamente sequenciais. A impugnação da abordagem de análise por classes sociais é a primeira manobra de uma ciência que observa eventos não sequenciados e alega que o conflito de interesses desapareceu junto com o emprego regular. Um argumento contrário aponta que, nas sociedades avançadas, as relações de classe são atingidas pela maior complexidade das relações de trabalho e pelo papel do Estado (GIDDENS, 1983), longe de invalidar as análises de Marx e de Weber indica simplesmente que o tema deve ser reavaliado, dadas maiores diferenças de qualificação dos trabalhadores e desgaste da solidariedade, causado pela precarização do emprego. Já o significado histórico das classes tinha sido apresentado por Lukács desde 1926 e outros aspectos das especificidades

das classes, na América, tinham sido colocados por Mariátegui, na mesma época⁵⁶, na prática desmontando a rigidez inicial da análise de classes⁵⁷.

A difusão dos princípios da ciência oficializada resulta em um critério de eficiência pura que se apresenta como regra geral dos comportamentos identificados com a modernidade, mas que incorrem em aspectos negativos da valorização do individual que se torna individualismo. Surge, portanto, que a ciência social não pode ficar limitada por critérios não sociais que excluem a subjetividade e a historicidade. A subjetividade é o domínio da complexidade do sujeito e das relações entre pessoas. A historicidade envolve a dimensão espaço-temporal no sentido de espaços construídos e tempos utilizados. As condições concretas da vida social reúnem essas dimensões específicas de complexidade, que devem ser representadas no modo de trabalhar o mundo social.

Não se trata, portanto, de buscar cientificidade por meio de se adaptar às condições de demonstração das ciências do mundo físico, mas por se afirmar a construção de um modo de interpretação do mundo social com suas especificidades resultando em interdependências na vida das sociedades. A verdadeira cientificidade consiste em impugnar as certezas fáceis. Em suma, demonstrar como o mundo social é mais complexo que o da Física e quais são as bases da diferenciação entre os dois. Finalmente, cabe a hipótese de que uma revisão radical das bases de método das ciências sociais ajude a rever a fundamentação das ciências do mundo físico.

56 Jose Maria Mariátegui, *Siete ensayos sobre la realidad peruana*(1984).

57 Frente aos processos ultramodernos de diluição e de recomposição de classes, torna-se necessária uma análise socioestrutural da estruturação social, em que classes e estamentos estão interligados.

O caminho próprio da teoria social

O pensamento interpretativo do mundo social tem que se afirmar sobre categorias da vida social que são os modos de organização, os coletivos e as individualidades. A vida social gera experiências que são absorvidas mediante mecanismos de memória e se cristalizam em instituições que se tornam espaços de conflito e ajuste de interesses. As tensões próprias das relações de interesse tornam-se a energia condutora da configuração dos sistemas sociais em que se defrontam os interesses na perpetuação das relações de poder existentes e as que pressionam por sua transformação. Assim, a expressão teoria social deve significar o pensamento interpretativo do mundo social compreendendo sua formação econômica e política e sua forma de organização. A teoria social trata com a totalidade do mundo das relações e das instituições sociais. Está claro que não se trata de um discurso dominado pela perspectiva da sociologia e menos pela antropologia. A busca de uma visão integrada da teoria social é decorrência natural de uma visão histórica (CERRONI, 1986).

O caminho próprio da teoria social se define em função de necessidades da vida social resultantes das principais tendências marcantes do sistema mundial do capitalismo. Adverte-se que coincidem tendências tecnicamente reversíveis com outras reconhecidamente irreversíveis que não dão sinais de mudar. A transformação do conhecimento especulativo em conhecimento técnico é a principal manobra no caminho de retirar a ciência da vida social. A acumulação de capital é apenas o aspecto genérico de um conjunto de desconsiderações, opressões e, principalmente, de humilhações. Perante um pensar a realidade social comprometido com encaminhamentos de melhoria de condições sociais de vida, encontram-se temas necessários e outros significativos apenas complementares. A ideia de teoria social envolve a de tratar cientificamente a vida social, o que pressupõe objetividade, a capacidade de classificar e comparar, mas não pode ficar presa às condições de comparabilidade das ciências do mundo físico.

A teoria social surge como conceituação de relacionamentos entre coletivos e entendendo que todas as relações individuais acontecem em contextos coletivos. Reconhecer o espaço da individualidade não significa confundir uma teoria social do indivíduo com uma teoria individual da sociedade. O erro de Schumpeter em reeditar a teoria do Quadro Econômico dos Fisiocratas como uma teoria individual de participação no mercado⁵⁸ segue o mesmo viés de Max Weber quando estabelece condições individuais de fundamentação das classes sociais⁵⁹. A teoria do universo das relações tem seu primeiro fundamento em Hegel e encontra uma lógica interna no materialismo histórico de Marx que é uma teoria histórica do mundo social. O esforço antimarxista de Weber resulta no encurtamento conceitual de sua teoria, quando ele deriva para uma coisificação de processos que só se explicam como elos de uma cadeia de eventos como são as condições de propriedade da terra. As doutrinas econômicas que reagiram contra os Clássicos, basicamente as versões austríaca e inglesa do marginalismo, configurando o corpo teórico do marginalismo, cometeram dois atos de fé, certamente não científicos, de considerar que prevalecem sempre situações de escassez relativa e que as decisões sobre o capital são tomadas mediante critérios individuais. O culto ao capitalista individual, professado por Schumpeter, alimentaria o equilíbrio geral de Walras e a otimização de Pareto, é um culto ao poder individual do capital que entra em contradição com a despersonalização da empresa. No mundo do capital, a contradição passa a se fixar entre a individualização do poder e a despersonalização do capital. Hoje aumenta a importância dos investidores individuais em empresas despersonalizadas. Mais recentemente, o poder de grandes investidores individuais alterou o significado do

58 Joseph Schumpeter, *Teoria del desenvolvimiento económico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1958.

59 Max Weber, *Classe, estamento e partido*, em *Ensaio de sociologia*.

interesse de empresas, mas a polaridade entre interesse público e privado permanece inalterada.

A opção pela individualização na teoria social prosseguiria nas variantes econômicas do keynesianismo e dos neoclássicos e na sociologia positivista, mas ficaria separada das mudanças mundiais consequentes dos deslocamentos no panorama mundial com valorização das nações asiáticas e relativização da influência europeia. Individualização ou valorização do individualismo aparecem justamente quando se acentuam as diferenças entre o modo de inserção social dos trabalhadores de altos salários – os executivos – e a maioria dos trabalhadores semiqualeificados que não tem nenhuma proteção significativa perante situações de desemprego e perda de renda. Essas correntes conflitam com a tradição hegeliana-marxista em três pontos fundamentais que são a existência de situações de escassez absoluta, a conexão entre comportamentos atuais e anteriores, isto é a historicidade das ações sociais, e o fundamento coletivo das ações individuais. As empresas formadas como sociedades por ações representam uma situação limite não prevista pelo capitalismo da primeira etapa.

Mas a polaridade entre teorias históricas e não históricas está além da questão do positivismo e resulta em uma desqualificação a priori da ciência para exercer seu mandato. A teoria social terá que dar conta de novas condições de individualidade e trabalhar com grupos internacionalizados contemporâneos de outros completamente locais. A internacionalização é uma tendência generalizada que atinge, de diferentes modos, a todos os países.

O TODO E A TOTALIZAÇÃO SOCIAL

A totalidade é a pluralidade tomada como unidade (Kant).

Assim como um bosque não é simplesmente um número indeterminado de árvores, senão, pelo contrário, uma forma de vida autônoma, irreduzível à mera soma de árvores que o compõem, já que, ao pé dessas árvores, emaranhando o solo, está o sub-bosque em íntima relação com os troncos, antagônica e complementar, assim como no alto os ramos em luta uns com os outros pela luz e por baixo a luta silenciosa das raízes (Luis Goytisolo).

O todo inicial e final

A visão de conjunto do mundo social é um resultado ao qual se chega mediante um processo complicado, de passagem de cogitações imediatas para reflexões generalizantes. Por mais que Wittgenstein se atenha à representação de fatos, sua atividade teórica é uma abstração que só poderia acontecer em um meio teoricamente elaborado. Se pensar pode ser uma atividade

que pode se desenvolver fora dos parâmetros do mundo industrial será inevitável admitir que a visão de mundo da sociedade industrial é naturalmente limitada.

A dificuldade para delimitar um campo de problemas no mundo social fez com que se busque uma referência sempre maior. Desde que se reconhece a sociedade como objeto por excelência da reflexão teórica, há um problema relativo à visão de conjunto. Para Giordano Bruno (1548-1600), o todo é a humanização da natureza. A criação de uma ciência social é um humanismo radical. A ciência social enfrenta necessariamente a noção de todo por ter que tratar com organicidade do mundo social. O todo é uma intuição inerente às de tempo e de espaço, que representa a negação de qualificações temporais e espaciais. É a negação de condicionantes. Ninguém vê o todo, mas ele pode ser percebido como a internalidade da natureza e do ser. Percebe-se o todo histórico por sua cara atual, mas com todas as marcas e cicatrizes de sua formação.

A teoria social está tensionada entre uma visão de conjunto e aspectos, entre aparência e essência, entre situações incidentais e sistêmicas e finalmente entre condições objetivas e subjetivas. Previsibilidade ou determinidade e incerteza ou erraticidade são outros polos que se completam mutuamente, colocando a realidade social como um campo em que se alternam situações de maior ou menor confiabilidade. Nicolai Hartmann propôs que há três possíveis abordagens que são aquela que vê a realidade constituída de problemas em que o progresso consiste em melhorar a percepção dos problemas. Uma segunda abordagem seria sistematizante sem compromisso de fechar um sistema. Uma terceira possibilidade consistiria em construir sistemas como modo de experimentar um conjunto de hipóteses. A própria noção de teoria corresponde a essa visão sistêmica que se expõe aos riscos de ser superada em seu conjunto. Nesse caso, os sistemas não são meras presunções estruturais, mas são sínteses de processos ativos.

A questão fundamental está entre decidir por pretensões inquisitivas da ciência social ou em sua acomodação ao papel de

mera verificadora na relação entre as condições de comprovação e a relevância dos resultados que se consegue para superar o potencial explicativo dos modelos analíticos convencionais. Por exemplo, enquanto se separam os problemas racionais de seu fundamento econômico, eles ficam apenas como situações culturais.

Como derivação do conceito de todo aparece o de totalidade que tem dois significados mínimos necessários, a saber de qualidade de todo e de condição de totalização. Os estudos sociais tratam com totalização como delimitação – a totalidade de uma tribo, de uma classe, de um grupo de consumidores – ou a impossibilidade de fechar uma totalização tal como determinar a totalidade dos que são favoráveis a uma educação de boa qualidade. A sociedade burguesa de hoje oferece uma imensa quantidade de informações atomizadas, organizadas como mercadorias, mas separadas de seu significado genético. Por exemplo, as informações sobre desempenho político de Poder Legislativo podem ser apreciadas como parte do sistema político de hoje ou como produto de um processo do Legislativo. Se a influência do interesse privado se exerce primeiro sobre o Poder Legislativo é porque ele é um coletivo artificial montado sobre os interesses individuais dos legisladores que se constroem sobre as bases de interesses pessoais. Em suma, a sociedade burguesa baseia sua existência em uma aversão à totalidade e em uma visão de mundo constituído de eventos isolados, como diz Wittgenstein. A desqualificação da história como fio condutor da unificação é o fundamento do formalismo.

Contra essa negação ideológica, a questão do conjunto é a da totalidade histórica que se define sobre dados que foram buscados e produzidos com os critérios dos grupos dominantes. Por exemplo, quando se descobre que o Império Romano criou cidades em províncias distantes que reproduzissem suas funções não se modifica muito o conceito da capacidade dos romanos para criarem cidades, mas muda o conceito de império centralizador. A questão não é, portanto, neutralidade axiológica, mas correção axiológica das tendenciosidades incorporadas na máquina da análise teórica: uma crítica hegeliana do pensamento de Max Weber.

O todo historicamente constituído surge, portanto, como uma espécie de barreira epistemológica perante a qual ganham sentido explicativo os aspectos e os teoremas. A expressão teoria denota um conjunto explicativo constituído de proposições não contraditórias. A rigor, a teoria social tem que ser concebida em um plano supradisciplinar que é o único ambiente no qual podem ser tratados problemas urbanos.

No mundo social, o todo será a visão completa da história, que é inacessível por definição, mas que se aproxima ao descobrir a pluralidade das civilizações. O todo significará a completa compenetração do caminho representado pela vida social perfeitamente conscientizada e incorporada. Essa completa totalização significaria uma visão histórica completa que ultrapassaria a desigualdade de conhecimento do transcorrido nas diversas civilizações. O encanto da história é descobrir os fios condutores entre as civilizações tal como fizeram Vernant, Vidal-Naquet e Frankfort. O controle dessa memória completa só seria possível em um sistema que superasse as diferenças de classe. Nas condições históricas reais, a noção de totalidade é a visão geral dos movimentos das oposições. Por isso, o método que precisa reconhecer o todo é a dialética hegeliana que descarta um ponto fixo inicial e abre a história para a autoconsciência.

A percepção do mundo social como um conjunto organicamente integrado é uma conquista da filosofia do idealismo alemão com a fusão de ética e estética em uma filosofia da história em Hegel⁶⁰. O todo social objetivo é sempre atual como fim provisório do espaço-tempo do processo. É o resultado de uma experiência social e o conceito de totalidade surge do esforço de pensar esse todo. Tal conceituação é essencial na construção de uma ciência social historicamente consistente, capaz de trabalhar os problemas de consciência social. O descolamento da história

60 Ver a visão panorâmica oferecida por Nicolai Hartmann com sua *La filosofía del idealismo alemán*, (2 vols. Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1960).

em Marx está na inserção da autoconsciência na condição de consciência social. O conceito de todo trazido pelo pensamento antigo é simplesmente incomparável com qualquer outro e o debate contemporâneo sobre totalidade na realidade apenas aponta a uma qualidade do todo. O todo social é um campo histórico que não para de crescer e de se reestruturar.

Uma visão em retrospectiva

A formação moderna do conceito de totalidade social teve raízes nas ideias de Giordano Bruno, mas foi banido pelo sujeito individual compacto de René Descartes que associa modernidade com individualismo. Desde então, a ciência se monta a partir de observações de um sujeito individual irreduzível que não se questiona. Supostamente é o sujeito burguês indiferenciado registrado por Molière. No mundo do conhecimento organizado a partir da individualidade, não há como impugnar as observações desse sujeito. Nesse contexto, a totalidade sairia das cogitações da filosofia e ficaria restrita ao arsenal da teologia. A totalidade apareceria como parte do arsenal da teologia. Estaria impregnada de deísmo. No entanto, a construção de uma conceituação leiga de totalidade era indispensável como mostrou Kant. A investida ontológica de Hegel traria essa totalidade moderna que sairia do movimento dialético como saber absoluto.

No tratamento dos processos sociais, há uma diferença essencial entre o todo e a totalidade que são categorias iniciais complementares, mas diferentes por ser o todo uma imanência e a totalidade uma realização dessa imanência.

O todo surge na filosofia eleática como verdadeiro todo que contém tudo. O mundo social e o da natureza são partes do todo que é o conceito do infinito separado de quaisquer determinações. Para Empédocles, o todo é o que é completo. Diferente do que presume a Física, o todo não pode se corromper e não pode incorporar mais nada. O todo é o verdadeiro oposto do movimento histórico, mas permite pensar em um cheio e um vazio.

O principal documento é o Tao Te King que está entre religioso e filosófico e apresenta um conceito que não rejeita a dimensão do tempo, mas se coloca em um plano extratemporal. O Tao se parece com o todo de Empédocles, mas preserva a potencialidade de poder ter qualidades que não necessariamente se manifestam. No relativo ao mundo social, o todo é sempre cheio porque é a referência mais completa da experiência socialmente incorporada. O todo necessariamente é mais que a sociedade porque compreende tudo não organizado com tudo que a precede. Assim, a organicidade do todo social já é uma qualificação e uma redução. Uma leitura moderna do conceito de todo é relativizada pela verificação que nem todos são igualmente parte da sociedade em que o verdadeiro todo compreende os excluídos. Essa observação se coloca em um plano anterior ao de Marx porque se coloca na perspectiva cristã de todas as pessoas antes da implantação do sistema unificado do capitalismo, remetendo-se ao problema da relação entre poder político e pobreza, que se configura com a formação de impérios e que não necessariamente chegaram ao capitalismo, tal como aconteceu no Oriente e na América antiga.

Como derivado do conceito de todo, surge o de totalidade que é o principal ponto de encontro entre as ciências do mundo físico e as do mundo social. No campo da Física, a noção de totalidade envolve as contradições da abrangência de circuitos de tamanhos desiguais que funcionam com velocidades desiguais⁶¹.

61 *O capital* de Marx apresenta o sistema capitalista de produção como constituído de circuitos de diferentes velocidades, que se complementam funcionando com órbitas diferentes, em que a velocidade da moeda é a grande reguladora do sistema, operando em dois momentos principais que são os de velocidade na alternância entre dinheiro aplicado e dinheiro em forma financeira e a velocidade da rotação do dinheiro. A multiplicidade de circuitos combinados aparece primeiro por meio da multiplicidade de mercadorias que constituem elencos historicamente datados em que as interdependências entre as mercadorias estão pré-determinadas pelos momentos em que elas foram produzidas. As combinações de mercadorias são sempre compostas de componentes de diferentes datas com diferentes condições de preços no mercado. A conceituação

Os modos de ver totalidade têm diferentes origens, mas retomam o velho problema do uno e do múltiplo que está na doutrina do ser. O tratamento da totalidade revela o todo que é o conceito inicial da reflexão, mas é o todo vivenciado, é o da consciência social.

A totalidade como futuro

A sociedade burguesa enfrenta uma contradição entre a base nacional do poder político e a internacionalidade do capital. Assim como a origem do Estado nacional foi uma grande movimentação de várias nações, o Estado nacional moderno está impregnado de interesses internacionais de capital e de migrações. A totalidade nacional torna-se o lugar de nova heterogeneidade, com novos modos de coesão e de dispersão, modos de solidariedade e de rejeição. Questões fundamentais são eludidas por argumentos parciais. Finalmente, todos os países devem aceitar todos que querem imigrar? Se o ideal de beleza grega se torna incompatível com a pluralidade cultural, por que se tem que aceitar como belo o que parece feio? Por que se tem que aceitar que todas as minorias são equivalentes? É inevitável que surja um direito de rejeitar.

Os movimentos sociais desencadeados pela modernização compreendem a conhecida polaridade entre exclusão e inclusão junto com outros movimentos colaterais como de fluxos migratórios de países pobres para países ricos, tanto de migrantes pobres como de outros altamente qualificados e migração de funcionários

do sistema produtivo também compreende a da organização social da produção e da organização técnica, perfazendo o conceito de composição do capital. São todos conceitos participantes de um contexto dinâmico, em primeiro lugar porque o processo de produção a rigor jamais se repete e em segundo lugar porque há uma dinâmica da qualificação dos trabalhadores, em parte pelo processo de expulsão de trabalhadores, por idade, por ficarem defasados ou caros; e uma dinâmica da maquinaria em que as máquinas novas expulsam as velhas. Obviamente é uma visão da dinâmica do sistema, que primeiro aparece como um sistema que se realiza na esfera econômica, mas cujo cerne é o controle político da economia.

de grandes empresas no sentido inverso. O movimento de estudantes em circuitos internacionais representa uma escala muito ampla de interesses e de criação de vínculos entre estratos sociais equivalentes. A tendência geral vem sendo de ampliação de áreas de contato e de aparecimento de fenômenos inesperados de fusão cultural nas artes e mesmo no cotidiano. É outra totalidade que se impõe mediante outras condições de pluralidade com efeitos que passam ao plano das ideologias. Não há porque supor que se trata de uma superação dos nacionalismos – de fatos eles voltam escudados em religião e em defesa de tradições – com realidades constrangedoras como execução de filhas por pais, revelando a incapacidade da civilização de valorizar a vida humana.

A DIALÉTICA COMO LEI DA MUDANÇA

A dialética constitui uma tradição de pensamento que vem da versão universalista de Heráclito no século VI, assume uma forma antropológica e desenvolvida por Platão no século IV. Na Idade Média, virou simples arte da argumentação. No século XVIII, Hegel resgatou a dialética antiga que colocou como modo do movimento humano fundante da sociedade. A visão em retrospectiva do processo da dialética só acontece no século XX.

O ensaio de Gadamer sobre *Hegel e a dialética antiga* inicia um volume de estudos intitulado *Hegel, Husserl, Heidegger* (2012) que se centra em uma leitura retrospectiva do caminho intelectual de Heidegger, mas apresenta uma tese sobre Hegel que pré-condiciona os demais trabalhos. Veremos adiante que ao recuperar os mais antigos e torná-los atuais por pensar como eles, Hegel levanta um desafio que é retomado por Heidegger: o pensamento fundamental é sempre atual. A tese de Gadamer sobre Hegel oferece uma distinção entre Hegel e os antigos, não só Heráclito, também Empédocles e Platão, que substitui uma visão externa do movimento dialético por outra, da dialética enquanto movimento inerente ao objeto que modifica continuamente a posição dele no mundo. Não é que tudo muda porque não se pode entrar duas

vezes no mesmo rio, mas porque o que muda é o rio. Diferente da dinâmica interna do botão que tende a se tornar flor e da flor que tende a se tornar fruto mediante uma energia interna⁶². O problema agora é que o sujeito do processo dialético é proprietário de uma consciência que lhe permite reconstruir sua relação com o mundo como um movimento reflexivo.

A dialética em Hegel é posterior à separação radical entre sujeito e objeto feita por Kant e traz a novidade de funcionar como meio do pensar especulativo. Ao tratar dela Gadamer indica a convergência entre Heidegger e Hegel no relativo a tratar da lógica como uma disciplina desenvolvida dentro do campo da ontologia. A dialética de Hegel é uma inerência, é parte do modo humano do ser, que não pode deixar de ser sujeito, mesmo quando é objeto de outro olhar. Há um caminho da dialética que deve ser percorrido, “a grande realização de Platão foi desvelar a certeza sensível” (GADAMER, 2012, p.17), mas uma vez revelada, a certeza sensível tem que ser superada no caminho da constituição da consciência. Tal superação é parte daquele movimento interno que distancia o sujeito de seu modo inicial. Por isso, “Aristóteles é o grande mestre que reúne as diversas determinantes em um conceito” (GADAMER, 2012, p.17) e põe em marcha o diálogo com o espírito objetivo que vai se instalar, na modernidade, na filosofia da consciência.

Com a instituição da filosofia da consciência e com a filosofia da história, Hegel substitui a filosofia de Kant, para tornar-se o ponto de ruptura de todas as encruzilhadas modernas. Com ele vem a depuração da dialética que é a dinâmica interna da superação dos conceitos. O automovimento do conceito revela-se como a lei da formação da consciência que carrega historicidade, do mesmo modo como a pele da fera adere à de Hércules. A facticidade é a concretude dessa consciência social e a fenomenologia

62 Lembrar que nem todo botão vira flor, nem toda flor vira fruto. Nenhum fruto volta a ser flor nem nenhuma flor volta a ser botão.

será a realidade das aparências por onde ela se move. A dialética é o rio subterrâneo que passa sob essas aparências. O reconhecimento da concretude do mundo das aparências não lhes dá, entretanto, outro estatuto além do de aparências. O essencial da dialética é a contradição. Por isso, ela não pode ser apenas o efeito de hipóteses iniciais contraditórias que podem se anular mutuamente, mas será a determinidade que se descobre da superação das hipóteses iniciais. Diz Gadamer que Hegel utiliza o movimento da consciência “para a fluidificação das categorias tradicionais do entendimento” (GADAMER, 2012, p.23). Assim, o acirramento da contradição é o modo pelo qual se passa da negação da natureza como exterioridade para a emersão mais elevada do espírito. Se recorremos diretamente a Hegel (Enc. II) encontramos que a natureza se vê como movimento dotado de determinações próprias e não como simples plataforma da história. Sobre esse reconhecimento diz Gadamer que “a essência do espírito é fixar a contradição e se manter nela como a unidade especulativa das oposições” (GADAMER, 2012, p.25). Além de questionar toda modernidade reducionista, é uma assunção da finalidade última de chegar à verdade do sujeito que é sua autoconsciência.

Em sua reconstrução do caminho da filosofia da consciência, Gadamer termina por se voltar a uma crítica da mecânica simplista da dialética para focalizar no significado ontológico da *Ciência da Lógica*. Aquele livro que Hegel reconhece como a verdadeira primeira parte de sua *Enciclopédia das Ciências do Espírito*, é o lugar central do discurso da nova dialética. De fato, a dialética hegeliana esgota as possibilidades da proposição – representativa de uma analítica de situações – mas perceber que ela contém algo a ser desenvolvido adiante nos processos de que ela é parte.

Diz Gadamer que “quer se trate de lógica, de fenomenologia, ou de qualquer outra parte da ciência especulativa, a lei do movimento dessa dialética possui seu fundamento na verdade da filosofia moderna” (GADAMER, 2012, p.21). Vemos que a pergunta fundamental sobre o ser recebeu respostas fundantes de

Hegel, que produziu uma filosofia tão universal e alemã como a música de Beethoven.

O mundo social se realiza por meio de mudança contínua que alterna modos bruscos e sutis. O modo de mudar combina movimentos de exaurimento de força de sistemas estabelecidos com ascensão de novas formas mediante processos de conflito e ajuste que geralmente combinam aspectos superficiais visíveis⁶³ com componentes subterrâneos, como a força de religiões pagãs na formação do cristianismo e como hábitos de alimentação e rituais religiosos⁶⁴. Crenças e religiões dos dominados passam para os dominantes⁶⁵. Alterações formais e mutações de sistemas absorvem formas tradicionais convertidas em novidades, como as formas de caciquismo da política moderna.

As mudanças sempre envolvem um componente de inesperado que pode ser a habilidade de camponeses analfabetos para processar tecnologia ou opções de moradores urbanos de voltarem ao meio rural. O absolutismo mecânico da modernidade fabril se encontra com outras formas de racionalidade que são rotuladas de irracionais. A economia nietzscheana de Pareto de lei do mais forte é apenas uma leitura mecânica do feudalismo bárbaro ainda em busca do código legitimador da cavalaria que só foi seguido quando estava esgotado⁶⁶.

Sob essa pluralidade de variações formais, persistem modos operacionais da mudança social por consenso. Convivem esferas sociais em mudança rápida com outras em mudança lenta que

63 Os Poderes Judiciário e Legislativo brasileiros continuam usando expressões obsoletas como excelência e ilustríssimo inclusive quando se insultam.

64 A principal festa do Nordeste brasileiro é o São João que é uma festa celta pagã que nada tem a ver com cristianismo.

65 Vestem-se de branco pensando que é tradição africana sem saber que é o islamismo no subsolo afro-brasileiro.

66 A genialidade de Cervantes consistiu em construir um personagem que representava essa mudança sem saber por que Dom Quixote era efetivamente um cavaleiro fora de época.

são atropeladas desde fora tal como acontece no Brasil de hoje, onde se aceleram migrações inesperadas. No mundo social em que as mudanças acontecem por choques de força, diferente da unilateralidade do mundo físico, a força se manifesta por meio de confronto de contradições que passam das práticas à linguagem onde assumem a forma de teorias. Exemplos marcantes são as diferenças de cidadania em países como o Brasil, o Chile e o Peru, comparados com Cuba e comparados com problemas de cidadania em países europeus como a França e a Itália.

Impõe-se, portanto, distinguir a objetividade do modo dialético da mudança da subjetividade do pensamento dialético, isto é, a objetividade dialética da mudança da realidade social do pensamento dialético que tende a se ater a exemplificações que tendem a ser reducionistas, tal como a análise empírica montada sobre um elenco invariante de problemas práticos.

Por isso, a dialética do real se refere às contingências da realidade social. A enumeração de temas se faz sobre as condições sistêmicas dos problemas. No fundo, estamos sempre tratando com uma dialética de sistemas desigualmente distribuídos no tempo, girando com diferentes velocidades⁶⁷.

A pluralidade de tensões no capitalismo ultramoderno, que engloba a polaridade entre capital financeiro e setor parasitário, onde o condicionamento causado por energia e epidemia, revela as correias de transmissão entre os sistemas nacionais. O sistema funciona mediante uma dialética em dois níveis interativos, entre países e em cada país.

67 O gênio de Karl Marx consistiu em ver a reprodução do capital como interação de sistemas em diferentes velocidades e durações.

HISTORICIDADE DO OBJETO E CRÍTICA HISTÓRICA

A visão moderna da história

A visão moderna da história se diferencia das anteriores porque pressupõe movimento, incluindo progresso e admitindo retrocesso, que implica em encurtamento do tempo e modificações nas relações de poder. As desigualdades sociais deixam de ser ingredientes de sistemas quase invariantes para serem uma variável ativa dos modos de modernização.

A desigualdade na renovação tecnológica e a concentração de renda fazem com que as crises do sistema capitalista tendam a ser diferentes umas das outras e sempre mais complexas que as anteriores. Há uma diferença entre a visão moderna da história, que se elabora desde o século XV e que liga a ascensão da burguesia ao capital mercantil e a do capitalismo industrial, em que nesta há uma aceleração dos processos do capital. A visão moderna da história é uma construção longamente elaborada, a rigor desde o século XV e não se confunde com a imediatez da visão contemporânea. Pode-se admitir que a visão histórica da história sempre foi moderna porque sempre relativizou o poder. Contrasta com as não modernas que sempre se puseram ao serviço dos poderosos

ou se identificaram com a preservação de formas rígidas, incapazes de absorver progresso. Moderno é o capaz de se modernizar, mas não necessariamente capaz de controlar a modernização.

Desde o amadurecimento do capital mercantil, da urbanização e também da colonização maciça, a modernidade passou por muitas mudanças no arco que vai da renovação tecnológica a mudanças nos costumes. O modo de transformação social identificado como modernização significou grandes mudanças no controle das pessoas, que passam a funcionar como referências do capitalismo. Nessa situação, a propriedade de novos meios de produção teve o poder de subordinar as anteriores, criando um sistema que se desloca sobre as regras de dominação que ligam a renovação de tecnologia aos rumos da formação de capital. Há diferenças sociais significativas entre uma sociedade que evolui como industrial ou especializando-se em agricultura tecnificada. Assim, em seu progresso, a visão moderna se distingue das anteriores por sua disponibilidade para expandir. A visão moderna passou por grandes transformações e desenvolveu mecanismos poderosos de poder, tais como a democracia e a ciência, que nem sempre responderam aos desígnios do sistema de poder. O ambiente da modernidade começou a construir uma visão de história baseada em relativização e comparabilidade, com Petrarca, Aretino, Montaigne e Vico muito antes que Burkhardt instalasse a história oficialmente. Esse é o ambiente que permitiu uma ciência não dependente de dogmas, mas que carregou um princípio de autoridade que a levou, adiante, a aceitar como verdades observações feitas sobre bases empíricas circunstanciais.

Moderno veio a ser aquele que percebe o outro como agente e não como mero objeto ou espectador. Na história moderna, todos os espectadores terminam por ter algum grau de envolvimento, consciente como John Reed ou passivo e instrumental como repórteres de guerra. Uma suposta blindagem ideológica não resiste à contaminação tal como aconteceu com muitos agentes da dominação, tal como aconteceu com Jacques Soustelle e Silvanus Morley no México e com Normano, Dulles, Dean e

vários outros no Brasil. Nessa linha de avaliação, um dos sintomas graves do imperialismo pós-moderno é a despersonalização da guerra, representada pelo uso de mercenários e aviões não tripulados.

As controvérsias acerca do conceito de moderno revelam primeiro diferenças de abordagem, por exemplo, entre uma visão estética do moderno, como na pintura de De Chirico e no cinema de Antonioni; e uma visão industrial; e segundo diferenças entre perspectivas nacionais como entre o que se apresenta como enquanto superação do barroco ou moderno como expressão de sociedades democráticas e o que reiteradamente aparece sob a denominação geral de neoclássico nos Estados Unidos e no Canadá.

A modernização conduzida pela industrialização trouxe duas grandes novidades que foram a possibilidade de planejar a produção para uma demanda futura e de catalogar as experiências anteriores tornando-as comparáveis com as atuais. Historiadores ingleses trouxeram uma visão de conjunto sobre os processos imperiais que só poderia ser processada desde dentro do império, tal como se vê nas obras de Charles Boxer e de Leslie Bethell. Isso significou, por exemplo, que as técnicas de construção de sistemas de irrigação podem combinar tecnologias desenvolvidas em diferentes locais e épocas. A criação de laboratórios de apoio à produção industrial desempenha esse papel de libertar as tecnologias de seus usos imediatos e tornar o desenvolvimento de tecnologia uma variável condutora do desenvolvimento.

A reflexão sobre método começa pela observação de que a realidade é necessariamente histórica. Não há como ignorar a condição histórica sem cair uma falsa versão da realidade social. A construção de um conceito moderno de história desde Ranke a Braudel oscila entre uma abordagem factual e outra que projeta ideologia como Carlyle e Michelet, mas que ficam à margem de uma memória ativa da história. Esta, sem dúvida, pertence a Hegel e Marx e à historiografia disposta a revelar conflitos e mudanças de posições de protagonistas e participantes secundários. Adiante,

veremos que a distinção entre memória ativa e passiva ajudará a mostrar os papéis dos participantes nos processos historicamente significativos⁶⁸. A história é a das forças sociais e os personagens se explicam como inseridos nelas. A figura romântica do Duque de Áustria retratado por Braudel é de um agente essencial na consolidação do Império Espanhol e do controle do Mediterrâneo pela Cristandade. A figura rebelde de Erasmo reflete a emergência da burguesia dos Países Baixos.

Por exemplo, o colonialismo passa por diferentes versões de colonização, a extração de mais-valia passa por diferentes condições ambiente que regulam a exploração das empresas. O método histórico é imposto pela condição histórica da vida social. Que será, portanto, um mundo histórico? Não é mais que o mundo da realidade. Como diz Lucien Goldmann, o real é histórico e o histórico é real⁶⁹. Os grandes impérios se estenderam e retraíram antes de desaparecerem tal como aconteceu com o Império Bizantino, com o Espanhol e com o Britânico. Suas marcas se diluem no tempo, mas perduram sob formas modificadas em seus descendentes, como o Bizantino na Rússia e o Britânico nos EUA.

Em história, há deslocamentos no tempo que ocupam espaços, mas também que modificam o significado dos espaços. A ocupação da América pelos ibéricos constituiu uma modificação radical na percepção de tempo e a maior desumanidade já conhecida⁷⁰. O sentimento de que o tempo se acelera começa com o

68 Neste trabalho por processos historicamente significativos, entendem-se aqueles cujos efeitos indiretos são maiores que os diretos e cujos efeitos mediatos são maiores que os imediatos e que se prolongam no tempo.

69 Lucien Goldmann, *As ciências humanas e a filosofia*.

70 Não há como passar por alto o genocídio cometido pelos europeus e por seus descendentes com os índios americanos. Estimativas situam o morticínio em uns 8 milhões na região andina e em 10 milhões na Mesoamérica nos primeiros cem anos. O extermínio dos índios norte-americanos continuou até o século XIX, assim como na Argentina e no Brasil. Uma recente mitificação dos indígenas no Canadá não reverte o fato de que até muito recentemente

amadurecimento do capital mercantil. A ocupação de espaços tem sempre uma temporalidade que registra a intensidade no tempo. A produção canavieira na América sob o capital mercantil teve seus tempos, suas localizações e sua densidade territorial, que não se parecem com os tempos, as localizações e a densidade atuais. A mecanização da produção canavieira resultou em redução drástica do emprego. Com a renovação tecnológica, esgotam-se os empregos que são criados em uma etapa e surgem outros empregos de outra etapa. A comparabilidade entre eles é incerta e desigual. Os que foram desempregados só entram em outra circunstância de emprego.

O que está em pauta é a historicidade do processo de emprego e não os postos de trabalho específicos que aparecem como decorrência de uma necessidade sistêmica de trabalho, que pertencem a uma situação específica de desenvolvimento do capital e perdem validade com as mudanças na composição técnica do capital. A referência ao mundo da economia é essencial, seguindo a observação de Marx sobre a relação orgânica entre infraestrutura e superestrutura. A precedência das soluções de sobrevivência e o desejo de acumular armam a teia das relações de classe que dão o significado inicial das relações culturais e condicionam os termos da individualidade⁷¹. O mesmo acontece com o capital que deve

sequestravam crianças para eliminar sua relação com suas tribos. No Chile e no Brasil, os índios continuaram tutelados. O esmagamento das civilizações americanas começa apenas a ser adequadamente denunciado. Mas o que há de essencial é o menosprezo pelas demais sociedades e pelas pessoas dessas sociedades.

71 Trata-se aqui de uma referência ao prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política* (São Paulo, Martins Fontes, 2006, p.5) em que Marx diz "... na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas de consciência social".

ser aplicado ou reaplicado – para não perder valor – segundo condições sistêmicas de mercado que refletem os rumos da mudança. Não há garantia alguma para as reaplicações do capital nem o objetivo de acumular é racional. Mas são esses dois elementos que movem o sistema do capital e desenham as condições de participação dos trabalhadores.

A temporalidade do mundo social está em jogo. A temporalidade do sistema produtivo está assegurada pela renovação tecnológica que é parte do mesmo impulso que leva a sociedade a buscar novos produtos. A relação entre consumo e mercado é o aspecto material de um movimento de busca de poder respondendo à denominação braudeliana de civilização material. A temporalidade do sistema produtivo ou a materialidade da civilização são as denominações mais radicais do objeto da teoria social. A temporalidade da vida social é a porta pela qual se chega ao labirinto da pluralidade do mundo social desde seus momentos iniciais. Desvendar a pluralidade do início da colonização, na América, envolve reconhecer o choque das temporalidades incorporadas pelos europeus e as das nações indígenas.

O método no campo social prevê um esforço de decodificação do sujeito, cuja revelação é parte essencial da decodificação do objeto, cuja revelação é parte da identificação do sujeito. O sujeito é o portador daquela razão observante que se desloca com a crítica das experiências. Somente quando se descobre o significado político dos movimentos de modernização, vê-se o significado da formação de trabalhadores qualificados nos países latino-americanos e por extensão se percebe a importância da educação básica. O mundo social sai da esfera mítica para a histórica por meio do reconhecimento dos tempos que, além de se repetirem como os ciclos das colheitas, se projetam em construções tais como obras de drenagem e irrigação que modificam o significado do trabalho e dão sentido a passado e futuro. A sociedade do capital diversificou as projeções de tempo distinguindo monumentos e equipamentos, mas reduzindo inexoravelmente os horizontes de tempo das pessoas. A vida biológica é estendida, mas a vida

profissional é encurtada para a maioria. A extensão da vida profissional é um sinal inequívoco de diferenciação das condições de participação em sociedade. Podem ser observações que dependem de um determinado conceito de educação e encontram que as profissões tradicionais com conhecimento estabilizado deram lugar a formas de qualificação precárias e à erosão do próprio conceito de sistema educativo.

O real concreto histórico e a consciência social

A sociedade é uma composição de forças historicamente determinada em que há um bloco dominante e um espaço social dominado. A teoria de Gramsci de um bloco histórico explica a formação do poder da classe dominante, mas não trata da classe dominada ou da pluralidade de grupos dominados. O aparecimento da reação da classe dominada é o movimento que expõe essas outras identidades. Por reconhecer essa unilateralidade, parece mais adequado recorrer à expressão de Lukács de real concreto histórico para representar a singularidade das condições sociais em que se dá a dominação. O reconhecimento das condições específicas do funcionamento das relações de poder é o primeiro passo para construir uma abordagem significativa da teoria social.

A teoria social é um produto social que se forma por meio de individualizações, que, portanto, se forma como um movimento individualizado, mas exprime condições de coletividade. A teoria se configura sobre condições históricas concretas consolidando um determinado horizonte de referências, traduzindo a especificidade do objeto de estudo. Todos os estudos sociais carregam uma referência histórica mesmo quando a negam. O segredo de Polichinelo da análise positivista é que ela se apresenta como atemporal, mas tem como fundamentos as condições sociais e técnicas da transformação capitalista da Europa Ocidental e se apresenta como se prescindisse de referências históricas. Isso acontece com aquela sociometria que toma como equivalentes

dados de consumo de diferentes classes ou nivela o turismo em dias de presença sem equivalência com composição de consumo. O nivelamento é o modo de reduzir conceitos a estatísticas resultando em descrições minuciosas que não interpretam nada.

Os pressupostos sobre o alinhamento do Estado com as classes dominantes, sobre a estruturação do mercado de trabalho e sobre as condições de acesso a recursos naturais estão latentes nas doutrinas dos marginalistas assim como pressupostos sobre controle social. A representação do interesse privado aí é apenas a do capital. A participação dos trabalhadores é apenas passiva e seu comportamento é predeterminado pelo emprego. O indivíduo dessas teorias, na realidade, encobre as condições de cidadania dos europeus que jamais foram uniformes⁷² e tomam consensuais situações internas diferenciadas nos países. Expressões tais como camponeses e como classe média encobrem situações de disciplina, de constrangimento a ordens sociais impostas por poder de polícia. Se não como entender as lutas sindicais e os partidos e movimentos políticos operários? As referências à origem do dia do trabalho e do dia das mulheres são inequívocas e ambas se referem a massacres realizados nos Estados Unidos da América do Norte.

A explicitação das condições históricas é uma necessidade prática da análise social que outro modo fluaturaria na superfície dos problemas que trata sem poder ancorar observações locais em condições processuais. Não se poderão entender os significados de colonização se os processos do colonialismo não forem datados e localizados. Ao retirar o fundamento histórico e montar uma análise comportamental, ou reduzir a padrões comportamentais, o positivismo destitui a análise social de seu significado e a reduz a dependência da Física ordinária.

72 Tal como comentou Perry Anderson para os da Europa Ocidental, a Europa termina na Polónia e não inclui os Balcãs. Tampouco incluía a Península Ibérica. Para os brasileiros, a América do Sul jamais incluiu as Guianas.

MÉTODO COMO CRÍTICA INTERNA DA TEORIA

O mesmo teucro duce et auspice teucro amanhã se fará ao mar” Fernando Pessoa⁷³

Objeto-sujeito e consciência

É o momento de romper com o preceito de que a ciência depende exclusivamente das condições de cientificidade da Física com sua dissociação da atualidade. Esse preconceito está ligado ao conceito de ciência pura, que ao ser separada de intuições fica também separada de situações. Pelo contrário, ela depende da capacidade de reconhecer problemas essenciais da atualidade, em que os problemas pretéritos da colonização cederam lugar aos da dominação, com a conseqüente moral dupla do poder. A solução da questão inicial de ciência depende da resposta ao problema de como fundamentar o pensamento social que é o problema geral de método antecessor dos problemas específicos

73 A pluralidade do eu desenvolvida por Pessoa com seus personagens é a representação mais radical dessa impossibilidade de reduzir a existencialidade às regras geométricas de Descartes.

próprios de cada campo de interesse. O problema geral de método surge, portanto, como uma questão ontológica tal como foi sucessivamente tratado por Kant, Hegel e Heidegger, mas com sua adaptação ao mundo de hoje. Vemos que a suposta ruptura de Marx com a filosofia, na verdade, é com a esterilidade da metafísica teológica ou formalista e remete a uma retoma da ontologia.

Chega-se ao método pelo que ele tem de essencial que é a revelação do objeto que é também sujeito. Em estudo memorável sobre Hegel, Ernst Bloch toma a relação sujeito-objeto com um significado de síntese equivalente ao que Marx deu à mercadoria. A mercadoria de fato é a síntese atual do objeto final do processo produtivo e muda constantemente de forma, mesmo quando se trata de estratégias de mercado em curto prazo.

O método como modo de pensar no campo social se define em torno da conceituação de um outro sem o qual a observação não tem sentido. A reflexão no campo social terá que ser um exercício que considera a relação entre um sujeito observante e outro observado. Assim, é uma prática da autoconsciência que se apresenta como guia para fundamentar uma teorização do mundo social.

Somente a partir da introjeção da autoconsciência no processo formativo do ser se estabelecem condições reais de percepção do outro⁷⁴. Esse é o verdadeiro diferencial da obra de Hegel como marco fundante da teoria social. O outro é um sujeito alternativo dotado de consciência social, o que faz com as inter-relações entre observando e observado contenham sempre suas respectivas subjetividades e as condições históricas concretas em que elas interagem⁷⁵. A autoconsciência é percepção de ser parte de processos com antecedente e conseqüente que alteram as condições de identidade dos participantes da vida social.

74 Hans-Georg Gadamer, *Hegel, Husserl, Heidegger*. Petrópolis: Vozes, 2012, p.71.

75 Acerca do significado ontológico dessa reiteração do reconhecimento do outro, deve-se ver de Jürgen Habermas, *O retorno do outro*.

O salto dado por Marx, que revoluciona a questão de método⁷⁶, consiste em colocar a consciência social como mediação necessária na construção ideológica desse outro que se instala como protagonista do processo existencial da reflexão. O outro não é apenas um outro, mas é esse outro que foi gerado pelo isolamento do capital. Como a consciência surge de um encadeamento de relacionamentos anteriores e atuais resulta que todas as formalizações de coletivos, estamentos e classes são concretamente históricos e derivam seu modo ideológico atual de processos de afirmação que se encadearam, ao longo do tempo, representando a atualização de tradições e os diversos modos de alienação, tanto dos dominados como dos dominantes. O trabalhador tem sua identidade dada pela exploração. É a exploração que transforma uma pessoa em trabalhador. A emancipação é passar de operário a trabalhador autônomo e pode obrigar a rever a estrutura de classes nas sociedades avançadas. O verso da medalha é que assim se forma a consciência de classe do trabalhador.

Método como abstração necessária

A teoria é um corpo de conceitos mutuamente compatíveis que se constrói como réplica interpretativa de uma realidade. Assim, a teoria é uma réplica abstrata da realidade que deve acompanhar as transformações do mundo real. A compatibilidade dos conceitos é um problema teórico constante porque ela depende do modo como cada um deles é confirmado ou relativizado. Diversos autores contribuem, ao longo da história, para a reprodução desse corpo conceitual, projetando interpretações que procedem de seu referencial ideológico. O absolutismo dos tempos modernos é o mesmo, mas a leitura que Hobbes faz dele não se parece em nada com a de Voltaire. Historicamente, a teoria é um corpo em transformação com ajustes, avanços e retrocessos,

76 Alusão ao texto de Marx sobre esse tema nos *Grundrisse*.

às vezes confirmando tendências e outras vezes rompendo com tradições. Não há razão alguma para supor que a teoria social progredirá sobre os mesmos princípios com que foi concebida. Tanto como o passado é imóvel, o futuro é constituído de um quadro de possibilidades. A pesquisa histórica envolve uma revisão contínua do passado. Teorias baseadas em referências familiares encontram-se com a diluição da família tradicional. Teorias que consideram movimentos sociais baseados em movimentos sindicalistas encontram-se com a fragilização dos órgãos de classe representativos dos trabalhadores.

Toda vez que o método enseja avaliação, ele é crítico, mas ele só pode ser efetivamente crítico se ultrapassar as aparências e captar a relação entre o que há de aparente e de superficial. Pensar o método ou o aspecto metódico da reflexão teórica é refazer o caminho da reflexão investigativa em seu movimento necessário. Há uma relação entre a opção de método e o que se pode alcançar como resultado. Optar por um método positivista significa ater-se aos dados imediatos do problema, presumindo que os problemas se autodefinem. Escolher uma abordagem histórica implica em reconhecer que as inter-relações indiretas devem ser consideradas, que há progressões e não somente sequências de eventos. Cabe aqui uma citação de Heidegger que diz que “o decisivo na procura da unidade não é a ordenação, o enquadramento exterior e o caráter processual guiado por uma ordem, mas o como da compreensão ocasional que sempre possui sua orientação decisiva. Todas as categorias são enquanto tais, não por sua relação umas com as outras, existenciais”⁷⁷. Aqui Heidegger destapa a combinação de determinidade consequente da continuidade de processos em curso e de acaso dado pelo aparecimento do inesperado. Mas Heidegger não se propunha os questionamentos da ciência social para a qual a renovação de experiências é fonte inevitável de crítica.

77 Martin Heidegger, *Ontologia*. Petrópolis: Vozes, 2012, p.51.

O significado crítico do método

Como o método exprime o rigor do pensar, deve ter um poder de crítica se representar um compromisso de discussão fundamental. Esse requisito se cumpre quando a reflexão assume seu fundamento ontológico e o método é um princípio da prática que liga a identidade do ser ao seu modo de agir no mundo. Por isso, a construção do método será uma atividade essencial na formação social e não uma opção individual. Praticar procedimentos metodológicos que ocultam o significado histórico dos problemas é uma forma sutil de alienação que subverte o potencial crítico da análise tornando-a mero exercício de constatação.

A gravidade do problema do método consiste em que não pode deixar de haver método, mas que o discurso do método não substitui o discurso do ser. O método se coloca na relação entre o ser e a conceituação. Se o conhecimento toma a forma de conceitos, realiza a relação entre o ser e o conceito que é o cerne da teoria ontológica do conhecimento. Nessa qualidade, a atividade inquisitiva da ciência deve se ocupar do processo de conhecer e não do conhecimento rigidificado.

Assim, a questão de método se apresenta junto com a indagação sobre nosso objeto de reflexão. Pensar o campo social é inseparável de pensar o agir social produzido na sociedade que é o modo de pensar a práxis historicamente específica. O esforço de enfrentar a práxis como a esfinge histórica é uma necessidade da autonomização do sujeito ser social pensante, que está colocado frente ao seu próprio processo formativo. Avaliado historicamente o trabalho no campo das ciências sociais é uma manifestação de um pensar reflexivo que só se realiza na forma de pensar aplicado. Nisso, as ciências sociais se diferenciam da filosofia, mas não se separam dela no que necessitam de comprovação de todos os seus pressupostos, que é o principal requisito da filosofia segundo Heidegger. No campo social, o método assume o papel de desenterrar os pressupostos ocultos e expor o verdadeiro sentido de finalidade da reflexão científica. Assim, aqui a questão de método

está ligada à da finalidade da ciência. O olhar teórico que pensa o social incorre em uma responsabilidade existencial, qual seja, de comprometer sua identidade com sua autorreflexão. Em sua raiz, crítica à teoria social representa um questionamento ontológico que recusa prosseguir sobre a individualidade apesar de depender dela na origem de sua reflexão. A gênese dos coletivos é o movimento que cria as condições materiais de sociedade.

É a referência a finalidade que expõe a ciência a sua própria irracionalidade. Quais são os objetivos necessários que levam à busca científica que pode ser contraditória com a felicidade dos próprios cientistas? Não só no relativo aos artefatos nucleares, mas a toda pesquisa militar e sobre alimentos que leva a uma diminuição progressiva da biodiversidade. Os fatos da perda de biodiversidade por culpa da sociedade são apenas o aspecto terminal, externo, de um modo de civilização que aceita a dominação como um custo inevitável e que releva as perdas humanas como efeitos colaterais de projetos de dominação.

Assim, o ponto de partida do processo do capital, antes dos fatos específicos da apropriação de valor, é a ruptura ética que subordina a irracionalidade da acumulação ao interesse privado assumindo um humanismo negativo na estruturação do poder. A condição epistemológica da teoria aparecerá depois, quando se trata de distinguir entre o objetivo inquisitivo e independente da ciência com seus resultados de simples verificação e os hábitos de verificação de eficiência consagrados pela economia ortodoxa. O caráter inquisitivo da ciência implica em trabalhar com relações de causalidade, que neste campo nunca são instantâneas, mas se realizam em certos lapsos de tempo. Aqui as relações de causalidade atingem a vida das pessoas, já seja por meio dos efeitos localizados da especulação urbana, dos efeitos difundidos de inflação ou dos efeitos em médio prazo do sistema educativo.

A qualificação da teoria decorrerá de ultrapassar a verificação estatística e aceitar o desafio de trabalhar com relações de causalidade que são a concretização de mecanismos de poder incorporados nas relações econômicas. Encontram-se relações

de causalidade diretas e indiretas que se entrelaçam segundo os processos sociais se desenvolvem em um mesmo ambiente ou se cruzam com outros. É preciso pensar que a expansão dos relacionamentos resulta em dilatação dos espaços correspondentes das relações de pessoas e grupos. Um claro exemplo é o efeito de migrações que leva para os novos endereços práticas culturais dos anteriores dando lugar às situações interculturais atuais dos países europeus e dos norte-americanos.

Surge, portanto, que o dado fundamental do processo do capital é a ruptura ética que coloca a irracionalidade da acumulação frente à necessidade fundamental de sobrevivência. A ruptura ética não é fruto de decisões malignas dos capitalistas, mas atende à própria organicidade do capital, cuja continuidade depende de movimentos de reprodução que são concentradores do emprego.

O mesmo movimento, que leva a substituir tecnologia, altera a composição dos requisitos de trabalho. Esse é essencialmente um movimento histórico que não pode ser negado pela racionalidade imediata das decisões do capital. É essa condição histórica do processo que impugna as reduções da análise social a condições de pseudotempo que ocultam o sentido do processo. A análise social, como diz Heidegger, terá que realizar a tarefa de descobrir o caráter ontológico desse processo que, depois de substituir todas as outras formas de organização social, impõe uma dominação sem opções.

O problema visceral da dialética

Desde Marx, a dialética não é apenas a lógica do movimento do sujeito, mas é o modo de descobrir e reverter a alienação. A perda de chão causada pela modernidade, que estende a crise ideológica à corrupção e a perda de identidade social surge como o grande desafio da dialética⁷⁸.

78 É oportuna aqui uma citação de José Artur Giannotti, que diz: *Nos textos maduros de Marx essa crítica se desenvolve “a partir da lógica de Hegel” que pretendia*

A filosofia do idealismo crítico resolveu alguns problemas fundamentais da teoria da ciência, mas se esbarrou em dois problemas que foram os de separar a objetividade de seu processo histórico e de deixar em aberto a ligação entre a faculdade da razão e as condições de sua realização⁷⁹. A trajetória da reflexão desde então veio a ser a da razão como meio de revelação da consciência reflexiva, chame-se histórica ou crítica, que conduz as transformações no pensar-agir ou no agir-pensar.

No mundo social, essa tragédia passa pela relação sujeito-objeto que contém todas as possibilidades do sujeito separado de seu tecido social original. A relação entre sujeito e objeto e entre a individualidade e as formas coletivas faz com que o método no campo social deva cobrir os aspectos de objetividade e subjetividade. As condições de uma e de outra terão que ser revistas, primeiro porque o poder de objetivizar já descreve uma capacidade em ascensão de perceber o processo em seu conjunto. Esta demanda foi praticamente traçada por Habermas⁸⁰ quando alinhavou as condições de aplicação do método histórico frente as suas determinações doutrinárias e às condições práticas de aplicação da análise. A cobrança do lado do marxismo derivou em duas variantes aparentemente distintas, mas compatíveis, em Lukács e Meszáros, representando uma linha de interpretação e outros como Hirsch e Poulantzas, mas recusando substituir a oposição de interesses concretos pela tensão entre racionalidade e irracionalidade.

inverter para que ela, em vez de idealista se convertesse ao materialismo. A promessa de escrever uma lógica dialética nunca foi cumprida. Os marxistas militantes aceitaram de boa vontade a existência de duas lógicas, uma formal, limitada, obediente ao princípio da contradição, outra dialética que corretamente o recusava. José Artur Giannotti, Lições de filosofia primeira, p.173.

79 Esse ponto de ruptura é onde parou Kant com sua investigação que se recusou a passar do mundo dos conceitos para o da práxis.

80 Jürgen Habermas, *Conhecimento e interesse*.

É um problema da civilização em seu conjunto. O fio da navalha que foi invocado por Graham Greene sem dúvida tem correspondência com a navalha de Ockam que já ligava o exercício da lógica à percepção do risco ontológico que aparecerá adiante com Pascal. O fio da navalha é o ajuste entre necessidade e possibilidade que envolve o reconhecimento do sujeito junto com o do objeto. Esse requisito dá a originalidade da dialética no campo social em que se formam novas tradições e em que as relações de classe são condicionadas pela emergência de novos movimentos da modernização tais como os ligados à urbanização, tais como a emancipação das mulheres e a internacionalização dos grupos de baixa renda. A revolução das comunicações tem um papel decisivo nessa fluidificação das relações no eixo trabalho-sobrevivência. Estudos sobre essas novas condições do trabalho, como os de Lojkin e de Gorz, desenham um campo de atividade cujas expressões, na América Latina, têm papel decisivo na inclusão de grupos marginalizados pelos processos de colonização. Se é a própria mudança que determina o método de trabalho será a relação entre os deslocamentos nas condições e suas consequências ideológicas que vai indicar os rumos ideológicos inseridos na modernidade. É um fio condutor da ligação entre economia e política que define a dialética do trabalho no capitalismo desigual ultramoderno. A própria noção de desigualdade passa por mudanças decisivas, segundo uma descrição de situações de diferença ou um reconhecimento de processos que conduzem diferenciações nas desigualdades. Esse, possivelmente, foi o ponto mais poderoso da chamada teoria da CEPAL dos anos de 1950, que mostrou diferenças crescentes nas desigualdades país por país⁸¹.

81 Refere-se à coleção de documentos intitulados *Análises e projeções do desenvolvimento econômico*, que mostrou as condições de desigualdade em cada um dos países latino-americanos.

Método como derivação de procedimentos

Diante das divisões na base conceitual das discussões de método, torna-se necessário pensar em termos das derivações de procedimentos metodológicos. A ciência social ficou dividida entre a opção inercial por valores simplificadores que ficam imobilizados entre o positivismo pragmático e indutivismo experimental, ou os riscos da análise histórica assediada por uma dialética dogmática. É preciso ligar teoria e prática em método para o que é oportuno restaurar a dialética hegeliana no que ela preconiza uma reconstrução da temporalidade dos processos sociais. Por exemplo, como ver a relação entre a produção de artefatos úteis no cotidiano, como cerâmica, que carregam uma estética e a produção de obras de arte derivadas desses objetos e que perderam seu sentido de utilidade? Como comparar o significado do tempo na agricultura que é regida pelas estações com o da indústria, que é uniforme e onde a aceleração da produção é indiferente às condições do cotidiano? No campo social, há uma sobreposição de diferentes ordens do tempo e a grande tarefa consiste em encontrar os elos entre elas. Por exemplo, a falta de sintonia entre a formação de recursos humanos pelas universidades, as demandas do sistema produtivo e as das pessoas para sua independência.

A virada do olhar estruturalista para situações societais mais simples não constitui uma crítica interna da sociedade moderna, mas é uma recusa preventiva do potencial conflitivo das sociedades desiguais. Análises descritivas, eventos não orgânicos, são modos de substituir a questão central da leitura crítica do capitalismo pela coisificação da vida social. A alternativa dessa redução da história a uma mecânica de problemas ou mecânica da linguagem é procurar pelos princípios guia da mudança.

De um modo ou de outro, estamos diante de princípios gerais explicativos da mudança necessária e de situações de protagonismo sobre horizontes espaço-temporais. Por exemplo, a lógica do colonialismo como princípio geral explicativo do modelo primário-exportador, o protagonismo do capital mercantil na

produção açucareira, no século XVII, ou o protagonismo do grande capital na produção canavieira de hoje, em que açúcar e etanol aparecem como mercadorias síntese do sistema produtivo, com correspondentes modos de engajamento de trabalhadores diretos e indiretos ao processo produtivo.

O reconhecimento das combinações de efeitos internos e externos, diretos e indiretos é uma característica do método da dialética em Marx, que trata com uma tendência central do sistema capitalista de produção a uma crescente instabilidade e uma dinâmica de classes. Compreende mobilidade dentro das classes e mudanças de posição em que uma classe dominante perde dominância, tal como aconteceu com as velhas aristocracias e outras ascenderam, tais como grupos de burguesia mercantil, de industriais e de controladores de capital financeiro. O desenvolvimento do governo como aparelho político tem uma forte influência nesse processo ao criar uma casta de funcionários detentores de frações de poder e bem remunerados. A presença de tendências irreversíveis aponta a crise. Como pode o sistema conviver com a tensão entre acumulação de capital e desemprego sem que a tendência a instabilidade se converta em crise? A disposição de perceber grandes processos em manifestações locais – a percepção fractal do mundo social – é um desdobramento colateral do anterior que é inerente à análise histórica com suas possibilidades e restrições.

Isso significa que o método na teoria social deverá contemplar a alternância entre o macro e o micro, o grande e o pequeno, o mediato e o imediato. A apresentação de Marx da produção capitalista combina as abordagens macro e micro. A rigor, não há uma distinção real entre macro e microeconomia como tampouco há entre estática e dinâmica já que a estática é apenas um momento da dinâmica. Caminhando no sentido contrário do positivismo que fixa o campo temático em escala, tempo e lugar, a abordagem histórica representa uma escolha de referências dirigidas a revelar a originalidade incorporada nas repetições ou a dar o sentido peculiar de repetições que se tornam reveladoras de mudança. A

pesquisa histórica tem um efeito acumulativo insuperável porque traz pontos de vista e não só fatos.

O movimento progressivo-regressivo descrito por Jean Paul Sartre é o modo da mecânica da dialética que se desdobra mediante movimentos internamente determinados⁸². A grande dificuldade que aparecerá adiante virá de reconhecer os efeitos externamente determinados que são aqueles trazidos pela internacionalidade dos processos sociais. A fluidez dos capitais, a mobilidade dos trabalhadores, as interações culturais são componentes dos circuitos internacionais de relações que se sobrepõem às formações locais dando novo sentido às condições de identidade. Sartre não foi além da mecânica para a genética da dialética, quando teria que enfrentar o relativo ao circuito teoria=>práxis=>síntese que foi anunciado por Aristóteles.

A eclosão da dialética submersa

Como herdeiros da visão ontológica latina, não podemos aderir à simplificação saxônica. Temos nossa própria percepção da origem greco-siríaca, não temos uso algum para Hobbes e Locke, apólogos do autoritarismo, menos para Peirce e James. Partimos da visão heracliteana de dialética como modo de transformação, aprimorada por Platão; e como Hegel, vemos o fundamento ontológico da dialética. Nada novo, apenas seguindo a trilha aberta por Hegel, por Marx, rejeitando a extroversão sem base empírica de Engels. Significa uma opção pela originalidade imposta pela experiência americana não saxônica.

O reconhecimento do significado ontológico da dialética, que implica em abandono de muito que é dito em seu nome, é um efeito inesperado da insurgência do pensar histórico das essências, que descarta a história descritiva positivista junto com filosofia empirista, como formas de pensamento imobilista. É o imperativo

82 Jean Paul Sartre, *Critique de la raison dialectique*, Paris, PUF, 1967.

de substituir a ontologia metafísica que não sai da esfera do ser⁸³, assim como de restringir a ontologia às determinações do materialismo histórico, que jogou pela janela a força criadora da negatividade⁸⁴. Foi a manobra marota de Marx que esquivou o problema desentranhado por Hegel da insurgência dos gregos arcaicos. Como para Platão em seu *Parménides*, o modo dialético transcende os limites do diálogo porque corresponde à universalidade. Foi a nota de Hegel que configurou a dialética ontológica.

Marx situou a dialética pela teleologia do trabalho, representada pelo fetichismo da mercadoria, mas ignorou o fato que é o trabalho que cria capital. Faltou explicitar a teleologia como lugar das metamorfoses do trabalho na produção social do mundo civilizado. Mas, nessa operação, descobre-se o problema inerente ao esgotamento das forças produtivas que é o fim do capitalismo apresentado pelo conservadorismo de Fukuyama como fim da história. Na verdade, é o fim do capitalismo conduzido pela hegemonia saxônica. Assim, para uma visão histórica independente do eurocentrismo, é um falso problema cuja farsa se descobre frente à real complexidade do mundo, em que a Europa é minoritária e os Estados Unidos dependem de recursos de outros países.

Sobre a plena objetividade da história, a dimensão ontológica da dialética é um requisito necessário da teoria social no movimento de reconhecimento de raízes culturais. O subsolo cultural latino-americano é uma mistura de culturas autóctones e

83 Ao reconhecer o mérito de Nicolai Hartmann ao ter criado praticamente uma disciplina com sua *Ontologia*, é imperativo esclarecer que o programa de trabalho definido por ele passa por alto as especificações históricas e situa a universalidade como um tema exclusivamente conceitual.

84 É um dos pontos em que é necessária uma leitura teleológica do próprio Marx, que insumiu uma visão crítica mais que materialista, mais de Heráclito que de Demócrito, e insistiu em uma negativa da filosofia que de fato era a negativa da filosofia clássica. Marx representou a negação da linearidade burguesa de Descartes, que seria retomada pela fenomenologia, que é a forma mais depurada do pensamento burguês.

africanas que não tinham pontos em comum e foram intermediadas por versões marginalizadas europeias. Não há como fugir do fato que se trata de novas fusões em que o original é uma mistura estabilizada. Mais uma vez, o Brasil é caboclo. O trabalho de produção de uma reflexão teórica historicamente consistente aponta às raízes e às folhagens como partes de um mesmo conjunto.

AS LEIS DO CAOS

Tornou-se hoje necessário tratar do tema do caos na perspectiva das ciências humanas, dada a pressão consequente da combinação entre uma tendência predominante das economias capitalistas avançadas à estagnação, e ao consequente bloqueio das possibilidades de desenvolvimento das economias periféricas como o Brasil. Pressupostos que pareciam ser regras se evaporaram como modos de funcionamento de mercados e temas da modernização, tais como a liderança de indústrias de bens de capital, tornaram necessário rever o modo sistêmico da economia mundial. Há sistemas e sistemas em variadas tangências e interseções, e há tendências entrópicas derivadas do mundo físico e do funcionamento sistêmico da economia.

O caos é um tema essencial porque, ao aparecer como negativo de uma ordem estabelecida e inteligível, exprime outro tipo de ordem implícita na negatividade. Não por acaso caos significa ordem universal em grego, ou a ordem necessariamente incompreensível ou além da compreensão humana.

O tema do caos apareceu primeiro na filosofia arcaica com Leucipo e Demócrito. Nos tempos modernos, o tema do caos apareceu de diferentes modos no campo das ciências da natureza e no das ciências sociais, particularmente na Física e na Biologia. Na Física, com a substituição da física newtoniana pela física

quântica, foi corroborado pelas teorias da entropia e da irreversibilidade, pelas teorias da incerteza e adiante por novas composições que ligam a microfísica com a microfísica. Na Biologia, pelo descobrimento da relação entre acaso e necessidade, quando o acaso está ligado a padrões de erraticidade que podem ser tratados por números fractais.

No conjunto, é uma mudança de sinal da ciência em geral que passa admitir a realidade do desconhecido e considera padrões de erraticidade que podem ser simétricos, indicando uma ordem alternativa; ou assimétricos, indicando condições erráticas do caos. As quedas das civilizações, ou a interrupção de movimentos expansivos, ou mudanças climáticas podem extrapolar as possibilidades de extrair indicativos de tendências seculares. Ao que tudo indica, o tratamento desses processos seculares excede as margens de confiabilidade das estatísticas habituais, por não dizer normais, portanto, entra no terreno das especulações sem controle confiável.

O ambiente mundial atual, marcado por conflitos entre estilos de poder que implicam em requalificação de impérios, mostra novas formas de caos como ausência de uma ordem dominante. A noção de caos implica em novas formas de generalidade: que é parte do caos e que fica fora dele, ou seja, o caos é invariante ou expansivo. Contém sinais de tempo, é provisório ou é indefinido. Desde dentro do caos não se vê o futuro. Por isso, aparece como um modo dominante para todos em que os preceitos das teorias perdem vigência.

Situa-se no nível superior da unidade essencial da ciência, pelo que supera velhas rixas entre ciências naturais e sociais. A polêmica sobre o caos se soma à questão ecológica que também requer tratamento supradisciplinar. Por isso, impõe um desafio para uma ciência supradisciplinar, isto é, que se situa acima das conveniências das ciências específicas e discute o fundo unificado do saber científico. O caos se descobre justamente no limite entre ciências e leva a tensão teoria-método para um plano de universalidade.

Na prática, caos no campo social são situações em que há mais variáveis incontroláveis em sistemas que tendem à imprevisibilidade, onde há uma falência dos meios disponíveis para conter tendências negativas. Logicamente, a possibilidade de reconhecer a incontrolabilidade indica a capacidade de mobilizar racionalmente recursos suficientes para conduzir os sistemas. Assim, a alegação de István Mészáros que o capital se torna incontrolável é uma presunção implícita que o capitalismo tende a uma reprodução caótica.

A TEORIA SOCIAL COMO CRÍTICA HISTÓRICA

[Gadamer sobre a dialética hegeliana] um progresso imanente de uma determinação a outra, completamente desprovido de um ponto de partida.

Crítica como ética

A teoria social em si é sempre uma avaliação da vida política com seus componentes econômicos e culturais, pelo que é sempre um levantamento de experiências por mais que se negue seu caráter progressivo. Uma opção por democracia implica em reconhecer um valor à vida coletiva, portanto englobando as diversas divergências que demarcam os diversos interesses. É um modo de reconhecer diferenças na composição da sociedade. Daí que as teorias sociais que veem apenas o lado afirmativo da composição ignoram que a afirmação de uma composição contém sempre suas próprias negações.

A visão contestatória tem alguns precursores ilustres, mas surgiu pela mão da teoria do desenvolvimento e pela literatura, sempre enfrentando intervenções paternalistas, principalmente de norte-americanos e de membros das elites conservadoras

latino-americanas. Pressupostos brilhantes tais como da dificuldade de negros e índios para aprender, da preguiça dos povos dos trópicos etc. Além de uma suposta superioridade das universidades saxônicas onde professam positivismo e individualismo e tiveram notória resistência para reconhecer Freud, Darwin, Marx etc. O conservadorismo profundo é um empecilho para superar seu subdesenvolvimento intelectual crônico.

Diante da persistência e da atualização dos mecanismos de dominação, a validade da teoria social depende de sua capacidade de se afirmar com independência dos sistemas de poder. Esse é o papel da crítica. A crítica é o movimento interno do pensar teórico que se opõe aos seus próprios limites. A crítica é a atividade do pensamento reflexivo em que se resolve a capacidade de julgar como mostrou Kant. A perspectiva crítica é o modo de pensar o mundo social como reflexivo e cultural. Em toda sua existência, os homens percebem de algum modo, às vezes, passando a uma consciência mais clara de sua existência e outras vezes sendo objeto de processos de alienação que bloqueiam sua consciência. A crítica surge como oposição da reestruturação rigidificada. O que há de especial na relação de classes é que ela consagra o dinamismo da oposição. Só há uma teoria de classes quando se percebe que há uma dinâmica do conflito de interesses. A perspectiva da crítica é a de uma opção pela verdade, verdade em cada problema e como princípio orientador na reflexão sobre a vida, verdade que se afirma transcendendo. A ética é a atividade filosófica que se identifica como uma verdade que se percebe como necessária, que não se podem ignorar as situações imediatas de interesses. É o imperativo categórico de Kant que está libertado de qualquer submissão teológica e não pode ser reduzido a uma certeza química. A crítica é o encaminhamento histórico da verdade. Por isso, ela se torna um princípio reitor do trabalho científico em seu pleno significado social. Uma ciência social eticamente comprometida é o contrário de uma outra axiologicamente neutra, que é a defendida por Max Weber e aceita na ponte entre o positivismo e o pragmatismo. A avaliação crítica dos valores historicamente

constituídos que nos leva, por exemplo, a reprovar canibalismo mesmo que ele seja aceito por outra cultura, tal como aconteceu com o contato dos ibéricos com os índios americanos. A possibilidade de encontrar um termo médio entre culturas é a negação das duas pelo que há escolhas entre canibalismo e incesto nas famílias dos faraós.

Como colocou Saint Simon, o sistema social gera os germes de sua própria destruição. A contradição cultural se apresenta com toda força quando se deveria reprovar a prática dos colonos europeus de pagarem por cabeça de índio morto e de se acharem no direito de escravizar os índios. O paternalismo do colonialismo é um modo de legitimação de violência latente cuja explicitação é a marca da nova democracia autoritária intervencionista. A reprovação da escravidão é eticamente necessária, tanto como a do atual comércio de drogas. Para uma ciência social eticamente fundada, não há como ser isento perante práticas socialmente destrutivas porque elas afetam a sobrevivência do observador.

Crítica como modo de autonomia

A teoria social surge como visão sintética do mundo social que se descobre na articulação do atual com o passado. Trata-se do mundo da vida social, que obviamente não pode ser reduzido ao universo das relações dos países colonialistas, mas que é igualmente registrado pela literatura unicamente na perspectiva das classes dominantes desses países. A teoria social surge mediante uma revisão avaliativa da vida social registrada que é captada mediante o filtro dessa perspectiva civilizatória. A elaboração de uma teoria social significa um esforço de elucidação da formação histórica da consciência social. À luz do registro dessas experiências, a construção de uma teoria das colonizações se faz por meio da impossibilidade de negar a violência que ela representa, que torna inevitável uma leitura crítica dos argumentos que foram aduzidos, ao longo do tempo, para justificar os atos de colonialismo. Os argumentos que já foram utilizados para fundamentar

as monarquias retornam no aval *ab initio* da democracia burguesa, cuja subordinação a princípios de dominação pelo capital é hipostasiada em eleições indiretas e controle financeiro dos mecanismos partidários.

A atualização da teoria é necessária para que ela se mantenha válida. Nesse sentido, é importante certa disposição de registrar processos aparentemente contraditórios. Por exemplo, a teoria do equilíbrio geral de Walras pode ser vista como uma inversão estática da teoria dinâmica do Quadro Econômico dos Fisiocratas, passando a representar o interesse das empresas, mas presta um serviço não intencional à explicação do dinamismo das indústrias. Nesse sentido, também, o trabalho de Giddens sobre as classes sociais no capitalismo avançado⁸⁵ deve ser considerado como a obra de atualização mais interessante sobre esse tema desde a *História e consciência de classe* de Lukács de 1926. Mas é uma generalização sobre as sociedades europeias que precisa ser avaliada pela duplicidade de valores das sociedades europeias, que lhes permitiram aceitar como normal um sistema duplo de classes, classes na esfera dos colonizadores e na dos colonizados. A atualização da teoria passa, inevitavelmente, por uma crítica interna do sistema de valores. Sem ela, a pertinência da teoria fica indeterminada. A teoria compõe-se de ideias força cuja pertinência se esvai junto com o contexto em que elas foram concebidas. As ideias de independência política do início do século XIX surgiram em um contexto da exaustão das nações colonialistas. As ideias sobre desenvolvimento econômico corresponderam ao momento após a Segunda Guerra Mundial, quando as elites ex-colônias conviveram com a Guerra Fria e com uma urbanização condutora de ascensão de burguesias nacionais. Não se trata de ideias em um determinado lugar, mas de um determinado tempo.

85 Anthony Giddens, *La estructura de clases en las sociedades avanzadas*, Madrid, Alianza Editorial, 1983.

A teoria social se encontra na história mediante um movimento duplo de reconhecimento de época e de conjuntura e de formação de consciência que responde pelas condições objetivas de participação na vida política. A sociedade moderna do capital representa uma aceleração progressiva do tempo, que começa a medição de um tempo interminável com o relógio de pêndulo, passa essa medição para o interior dos locais de trabalho e depois acelera o tempo dos ambientes dos locais de trabalho. O tempo, no cotidiano dos trabalhadores, não é somente o do controle de tempo de trabalho, mas e, principalmente, o tempo dos deslocamentos entre moradia e local de trabalho, finalmente, com a transformação de tempo da vida doméstica em apropriação de tempo para formação de renda. A condição de trabalhador não está determinada pelo emprego, mas pelo conjunto de condicionamentos de sua vida pessoal. Por isso, além do ponto em que se destrói o controle da vida pessoal, há uma fragmentação geral que envolve a esfera pessoal e a coletiva. Enfrenta sempre o risco que a consciência histórica chegue depois da circunstância de sua validade, porém fica como o momento de uma época.

A teoria do desenvolvimento, que jogou no lixo o culturalismo pós-colonial, justificador da hegemonia legitimada por democracia, torna-se o momento de um fervor de mudança que foi atropelado pela realidade da globalização dominante. Houve um inegável retrocesso ideológico causado pela representação dos interesses do capital financeiro, consagrado em Davos e Doha e na política da União Europeia. É revelador que as críticas da teoria do desenvolvimento por sua parcialidade ou por frágil humanismo, não comentaram seu simplismo histórico, que a tornou presa fácil da radicalização positivista das teorias neoclássicas do equilíbrio. No entanto, as contradições de uma teoria da transformação social já se configuravam desde a montagem de teorias do crescimento econômico que precisavam resolver problemas relativos à composição do capital e composição do trabalho que não foram sequer expostas em sua real complexidade. Observe-se que a teoria de Roy Harrod sobre o crescimento trabalha com um

conceito simplificado de capital que não entra no mérito de sua composição e que não contempla a questão central da composição do trabalho. Esta, no entanto, que já está contida em semente na distinção entre trabalho simples e complexo, ficaria à espera de um tratamento mais cuidadoso. Veremos que a composição do trabalho surge como categoria necessária de uma análise que exponha a ruptura ética do capital, isto é, que considere as contradições da acumulação de capital que destrói empregos.

Desde a década de 1970, foi possível à ciência social institucionalizada declarar como não científica toda teoria de base histórica, bem como desqualificar todas as teorias do conflito social. Assim como Wittgenstein fala em ações atômicas que não podem ser lidas como partes de algum conjunto, a redução de teorias a teoremas retira o significado interpretativo da teoria. Uma teoria que pode ser decomposta em teoremas está constituída de partes removíveis, que em princípio é a negação de componentes interdependentes em que a composição é tão importante como os próprios componentes.

Nessas condições, a demonstração teórica será obtida por certezas por aproximação, o que levaria a aceitar a estatística como fonte precípua de identificação de certezas. Na falta de história, o material fático estará constituído de ações conflitivas indeterminadas a la Habermas, será a revelação de uma ação de indeterminidade consequente da erraticidade dos fenômenos a la Geertz, ou serão expectativas racionais que nivelam todo pensamento econômico ao raciocínio bancário tal como faz a economia neoclássica⁸⁶.

86 Por menos que a crítica da economia mecanicista seja o foco deste ensaio, há contas a acertar com a análise econômica ortodoxa dita neoclássica, que ficou completamente identificada com a linguagem despersonalizada e matematizada do grande capital. Trata-se de uma diferença entre uma matriz conceitual definida como marginalismo e um modo de análise denominado de neoclássico. A análise neoclássica depende essencialmente do entendimento de um capital homogêneo sujeito a regras comuns de valorização. Pressupostos tais

Não é uma perda genérica da percepção histórica, mas um rompimento com uma noção histórica de tempo que é sempre de um tempo complexo, preenchido com equivalências, sincronias, convergências e dispersões. Sincronias espontâneas que são apenas coincidências como a Guerra de Troia e a invasão do Indus pelos Vedas ou sincronias socialmente produzidas como as guerras napoleônicas e as guerras de independência na América. Povos bárbaros vitoriosos sempre falaram em fim da história. O fim da história é a eternização do pragmatismo e da redução dos conflitos de interesse a divergências culturais. Nesse ponto, há uma convergência entre essa desistorização da ciência e a ruptura ética do capital que se torna o fundamento ideológico da acumulação. Com o desligamento entre a formação de capital e a de emprego, o capital se separa dos princípios de solidariedade cristã, assumindo que sua reprodução é cada vez mais antissocial. A dita

como de escassez relativa, equilíbrio por ajuste instantâneo de variáveis, equivalência racional dos agentes econômicos são pérolas de uma estrutura analítica que se ajusta ao modo operacional dos interesses de grande capital que considera exportáveis a todas demais nações. A análise neoclássica se reporta a um conceito de equilíbrio macroeconômico – supostamente das economias nacionais – que entretanto acontece em um ambiente de economia mundializada, na qual predominam os efeitos de decisões de megaempresas internacionalizadas. A operação fundamental, provavelmente feita por Paul Samuelson e Robert Solow, de trabalhar com um conceito de capital homogêneo – financeiro – e considerar a tecnologia como uma variável independente ignora as condições concretas de heterogeneidade do capital, inclusive do capital financeiro. A construção de um modelo monetário do sistema produtivo, que foi um objetivo declarado de John Keynes, toma nova forma quando se presume a universalidade da economia globalizada. Paralelamente, ao ignorar as especificidades do mercado de trabalho com as interdependências entre as economias mais avançadas do planeta e as nações mais pobres que insistem em mandar migrantes para os países mais ricos. A africanização da Europa e a latinização dos Estados Unidos são alguns dos argumentos incontestáveis da fluidez do mercado de trabalho. Ancorada em baluartes do conservadorismo como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, a análise neoclássica continua galvanizando as atenções dos economistas conservadores subalternizados que detêm a capacidade de reproduzir alienação para os jovens.

ética protestante revela-se uma manobra conveniente que veio a ser aproveitada pelos novos fundamentalismos.

A ruptura ética torna-se o centro da questão. A ruptura ética do capital é o dado histórico concreto que informa a teoria social e não a ruptura epistemológica invocada por Gastón Bachelard, que é apenas um dado de comprovação de objetividade. A ruptura ética descreve como os objetivos do capital se separam das respostas à questão de sobrevivência. A ruptura ética encaminha a polaridade entre interesses individuais e sociais e trata com padrões civilizacionais. Se o que define civilização segundo Freud é a superação de incesto e canibalismo, vemos que a civilização hoje julga esses comportamentos de modo relativizado e inclui outros diferenciais em uma época em que os padrões sexuais entram em conflito com os que formaram os sistemas de poder. Pelos padrões formativos desta civilização não se trataria de “compreender” os “diferentes”, mas de encontrar modos de convivência mesmo quando predomine rejeição.

A crítica histórica e o colonialismo

É preciso ver o colonialismo como um processo que se reproduz sob diversas formas, fundado em um princípio de menosprezo pelo outro junto com uma legitimação de apropriação violenta. Os europeus nunca precisaram explicar por que invadiram os demais. Ambos os princípios tiveram suas raízes no feudalismo. No caso dos ibéricos, a colonização funcionou como um prolongamento da Reconquista, que foi um processo de pilhagem da Espanha árabe mais próspera coonestado pela Igreja. Uma violência projetada ao exterior com o mesmo princípio de combinar subordinação e extermínio que foi a receita básica da ocupação da América.

Não se tratará aqui de condições gerais, familiares ou não, de dominação, mas de condições históricas concretas da violência do colonialismo. A visão histórica da teoria social se encontra necessariamente com o problema do colonialismo que foi a principal

mobilização de força para sustentar o enriquecimento das nações que conduziram a modernização. Os interesses dos colonizadores foram colocados acima daqueles da pluralidade dos colonizados. Interessa distinguir os princípios básicos e as formas de colonização com seus efeitos nas sociedades de hoje. Seguramente, há diferenças importantes entre a colonização que se faz por repetição de um modelo de cidadania e a que representa modos de dominação de umas nações sobre outras. Junto com o amadurecimento do capital mercantil, desenvolveram-se modos e formas de colonização funcionais à projeção internacional dos interesses do capital, desenvolvendo mecanismos mais ou menos rígidos de organização da produção – como entre a grande produção mineira e a pecuária – com sua correspondente estruturação de classes. Na América Latina, o colonialismo resultou em sistemas coloniais de diferentes complexidades e articulações externas, desde situações mais abertas como no México até as mais fechadas como na América Central. O modo do colonialismo português foi dos mais fechados, mas deu lugar a uma sociedade mais diversificada. Apesar de terem se formado fortunas no comércio internacional, ficou uma questão em aberto relativa à formação de uma sociedade colonial de classes, até pela contradição representada pela escravização. O desenvolvimento de uma visão histórica crítica no mundo colonial corresponde à época tardia da colonização como um efeito colateral da passagem de membros das elites latino-americanas na Europa. A conclusão é que a colonização ibérica foi eficiente como sistema de controle social, criando um sistema de alienação das elites coloniais que pôde adiante ser aproveitado como fonte de prestígio nas nações independentizadas. Caberia arriscar a hipótese de que essa tradição de subalternidade tinha sido essencial nas relações de dominação com os Estados Unidos. Ao refletir sobre as peculiaridades das ciências sociais, na América Latina, surge a necessidade de rever a colonização como um antecedente ativo do momento atual dos Estados nacionais por um caminho próprio sob pressão da identificação de grupos de grande capital com o grande capital internacional.

Para uma avaliação atual é preciso ver o colonialismo como um processo que se reproduz historicamente sob diversas formas, fundado em um princípio de menosprezo pelo outro, junto com uma legitimação de apropriação violenta. Ambos os princípios tiveram suas raízes no feudalismo. No relativo aos ibéricos, a colonização funcionou como um prolongamento da Reconquista, que foi um processo de pilhagem coonestado pela Igreja. Uma violência projetada ao exterior com o mesmo princípio de combinar subordinação e extermínio.

Desde o início, a colonização foi uma combinação de diferentes modelos, português, espanhol e francês, que concorreram desde o século XVI, e depois holandeses, cada um deles representando o estado de desenvolvimento do país colonizador. O feudalismo ibérico deixou sua marca no obscurantismo, na concentração de poder. O colonialismo holandês e o inglês foram conduzidos por nações líderes do capital mercantil em ascensão, que suplantaram os ibéricos e desenvolveram suas colônias com outra visão de mercado. O modelo ibérico entrou em colapso no final do século XVII e o século XVIII assistiu outra etapa de colonialismo, quando o aprofundamento dos sistemas produtivos se tornou mais importante que a expansão territorial⁸⁷. Essas etapas de colonialismo foram interrompidas pelas guerras de independência que deram lugar à dominação econômica liderada pela Inglaterra. Para os fins deste estudo, importa distinguir o papel da colonização na formação das sociedades modernas e sua transformação em relações internacionais condicionadas. Passa a haver uma lógica da colonização e outra da dominação, concomitantes, gerando diferentes modos de alienação. O traço de união entre as duas é a alienação que deverá ser reconhecida como a categoria por excelência do capitalismo avançado desigual em que se desenvolvem combinações de formas novas e velhas de dominação.

87 Dentre outros, ver Charles Boxer, *A idade de ouro do Brasil*.

HORIZONTES ESPAÇO- TEMPORAIS E MEMÓRIA

O registro do tempo como forma de poder

A mudança no registro do tempo é a principal ruptura da modernidade que começa com a mudança do calendário e conclui com o relógio de pêndulo. O capitalismo impôs uma ordem comum de tempo que a do capital internacionalizado e tecnicamente mais avançado. Primeiro, o tempo se adapta à vida da sociedade e depois se torna referência do trabalho. O reconhecimento do tempo secularmente definido é a separação das práticas religiosas daquelas outras que legitimam os labores do cotidiano. A questão mais geral do registro do tempo é o fundamento da organização que combina a percepção de passado com a capacidade de projetar o futuro.

Na sociedade moderna, o controle do tempo é a essência do poder. Compreende os tempos da reprodução dos capitais, os tempos dos trabalhos socialmente necessários. A essência prática desse controle aparece no fordismo. No mundo social, os horizontes de tempo correspondem a condições de memória que constituem o caminho do reconhecimento de experiências anteriores e de sua subsunção na vida moderna. A consciência do

passado é ativa e desigual, resultando em uma variedade de consciência de classe e de grupos seletos. Logicamente, a memória se distribui de modo desigual na sociedade em que as elites são as detentoras da memória do poder, mas em que outros segmentos sociais detêm componentes essenciais da memória social, tal como os monges na Idade Média e as universidades hoje. Em uma analogia com a relação senhor-escravo, o mundo do trabalho é que carrega a memória da exploração. As sociedades se diferenciam pelo modo como retêm ou como trabalham a memória. As tribos primitivas transformam memória em ritos que passam a ficar separados do tempo tal como aconteceu com os orixás africanos. O maior indicador de primitivismo é a incapacidade de reter memória e transformar memória em consciência social. Os povos efetivamente primitivos se reproduzem como ciclos da natureza, vivendo suas tradições antes que defendendo elas e ignorando as possibilidades de que a velocidade do tempo varie ao longo do tempo. O sistema capitalista superou essa perda criando mecanismos institucionais de memória que passam a integrar a história oficial.

No ambiente contraditório da expansão do sistema capitalista, os horizontes de tempo são sempre móveis, avançam junto com o observador modificando seu campo de visão. A progressão dos horizontes de tempo contempla as modificações do sistema espacial. O campo percebido muda sempre de composição, mas tem sempre um componente conhecido que é o passado e outro intuído que é o futuro. Se vamos adotar a perspectiva de Rickert que o presente é apenas uma linha divisória e só o passado é concreto, será preciso tratar o futuro como um conjunto de possibilidades, sujeito a imprevistos, mas sinalizado por tendências que se afirmam gradualmente.

A pesquisa social refere-se sempre a horizontes de tempo que correspondem a condições de confiabilidade. A pesquisa social é sempre um exercício sobre intervalos de tempo cujo controle precisa ficar estabelecido se são décadas, séculos ou minutos. O tempo da pesquisa é um deslocamento da visão do observador

em seu limite de confiabilidade e com as margens de incerteza e indeterminação com que ele convive. Trata-se de um horizonte móvel de tempo que contrasta com o horizonte do passado que se amplia com pesquisas.

Como o passado na América é menos conhecido que em outras partes do mundo, a recuperação do passado é uma fonte de requalificação do presente porque introduz novos participantes e reavalia os dados do eixo colonialismo=>modernização. O tempo do mundo social está assentado sobre o do mundo físico com suas determinações metodológicas e suas consequências em habitabilidade. Essa dinâmica do meio natural está presente o tempo todo mediante as manifestações de hidrometria, temperatura, vulcanismo e entra no cotidiano quando melhoram as informações. Constitui um quadro externo do mundo social sobre o qual incide, mas com o qual não se confunde. O fundamento do diferencial do mundo social é a memória. Há uma memória individual, uma memória coletiva e principalmente há uma memória internalizada pela sociedade que se torna um elemento ativo na constituição da consciência social atual. As nações que se reproduzem na esfera do subdesenvolvimento têm se caracterizado por sua incapacidade de reter memória, principalmente, de reter memória de modo independente.

Memória ativa

Todo conhecimento começa com a memória que reconstrói os fenômenos sob a pressão de novas experiências. A consciência da memória é a ponte entre sensações e razão que também fornece os elementos para situar a razão como conquista civilizatória. A memória tem uma origem individual, mas se realiza em sociedade, das lembranças pessoais aos movimentos sociais. E o peso da memória organizada se torna um elemento ativo na racionalidade socialmente desenvolvida. A racionalidade apresentada como um corpo simétrico na realidade é o produto de um processamento sistemático da memória e carrega as idiosincrasias dos

cotidianos vividos. Tal como as músicas ditas folclóricas representam a racionalidade da vida rural.

A luta por uma ciência social emancipada começa pela conquista de uma memória independente, capaz de classificar os fatos. A memória socialmente produzida condiciona o agir atual. No Brasil, a memória da disputa pelo controle da região do Rio da Prata foi construída a partir de interesses expansionistas do Império Português e passada como um interesse brasileiro. A própria história da formação do Brasil é uma leitura de grandes proprietários que não reflete a complexidade da sociedade protobrasileira. A mitificação contribui para modular os preconceitos das elites e passar às classes populares atitudes defensivas que servem ao próprio sistema de dominação. É a passagem de uma memória simples instintiva para uma memória reflexiva que permite passar da passividade das maiorias silenciosas à consciência política. A memória é como o rito de passagem da modernidade. Aristóteles coloca a memória entre as sensações e a razão. O exercício da razão depende da memória com que se conta e a capacidade de formar uma memória organizada sempre foi uma característica dos saltos civilizacionais. Ao rever as condições de memória de outros povos, Heródoto deu uma imensa contribuição, não só para a diferenciação reflexiva do mundo helênico como para a civilização ocidental. Desde aquele primeiro momento, surgiram diferenças no modo de tratar o material da memória entre os que mitificam o material da memória e os que o organizam como uma ferramenta para trabalhar com a atualidade. Não surpreende que Aristóteles trate seus antecessores como seus atuais, mas são processos muito mais complexos de recuperação do próprio Aristóteles pelos árabes do século IX e pelos alemães do século XVIII. Hoje temos grande dificuldade para perceber as distâncias culturais dos mundos americanos, que começam a aparecer como silhuetas, mas está claro que será preciso chegar a uma explicação razoável dos choques de civilizações, da aparente Idade Média Americana do século V ao IX ou ao X, quando parece ter completado um ciclo, bem como das diversas quedas de

civilizações que transcorreram nesses intervalos de tempo⁸⁸. Essa visão comparativa leva a pensar em termos de uma relativização de memória que se vê como um atributo de determinadas civilizações e não como uma propriedade geral da espécie humana. É dessa observação que se extrai o conceito de memória ativa que se explora neste estudo.

Memória ativa é a que interage com a continuidade dos processos sociais e contribui para definir possíveis condições de participação no mundo social. É notório que há uma memória dos que dependem de mecanismos de dominação ideológica e a dos que controlam esses mecanismos e selecionam o que será guardado para constituir a memória oficial de um coletivo⁸⁹. A memória é administrada pelo poder estruturado, tornando-se ela própria um ingrediente do poder. É onde entra a falsa memória criada pelos órgãos de comunicação. Não só a história dos colonizadores, mas por quais colonizadores. História popular que pode ser de homens simples do campo ou de soldados⁹⁰.

88 Hoje já há bastante discussão, nem sempre muito séria, sobre o declínio dos maias, porém nada sobre o fim da civilização de Teotihuacán nem sobre diversas civilizações peruanas. Não há como pensar em um único conjunto de causas nem aceitar que tenha sido por causas naturais.

89 É uma longa história. Não se dispõe de relatos sobre a vida nos porões dos navios negreiros e curiosamente muito pouco sobre os campos de concentração.

90 A guerra vista por soldados. No após a Primeira Guerra Mundial, causaram choque livros relatos de Frank Knight (*Old soldiers never die*), Erich Remarque (*Nothing new in the Western Front*), Frank Manning (*Her privates we*) John dos Passos (*Three soldiers*). No cinema, apareceu o cinema depoimento de René Clair *As grandes ilusões* iniciando um ciclo com obras de Robert Aldrich e vários outros. É uma comparação chocante com relatos de aristocratas como Coulaingcourt, von Clausewitz ou Fleury de Chaboulon. A relação senhor=>-servo transposta para o mundo militar, mas onde a experiência do infante é o depoimento da impossibilidade de despersonalizar a guerra. Desde a retirada dos dez mil gregos em que as decisões eram tomadas por conselhos de infantaria até o desprezo pela vida dos soldados simbolizada por Lee, Haig, Zhukov, McArthur e vários outros, há uma questão fundamental no fato de que a troca de vidas se dá basicamente na infantaria.

Por isso, a necessidade de remover a separação formal entre ciência social e literatura. A literatura latino-americana deu uma contribuição inestimável ao revelar o mundo dos homens simples, de indígenas e de seus descendentes, com as obras de Mariano Azuela, Juan Rulfo, Augusto Roa Bastos, José Arguedas, Miguel Angel Astúrias, Gabriel Garcia Marquez e Ciro Alegria. A simplicidade tem os dois papéis de mostrar a humanidade do mundo indígena e a relativização, que sai da distância dos mundos culturais do olhar das elites derivadas do mundo europeu e da presença indígena. Como o mundo das civilizações indígenas não está delimitado, seus diversos sinais constituem pistas de uma complexidade cultural que não ficou limitada ao passado, mas se reapresenta sob diversas formas no mundo latino-americano de hoje.

O processo da colonização criou novos personagens da paisagem social latino-americana com grupos com ascendência indígena e com ascendência negra predominante, assim como uma diferenciação entre personagens rurais e urbanos exemplificados nas obras de José Lins do Rego, Guimarães Rosa, Juan Rulfo dentre os primeiros e Machado de Assis, Julio Cortazar, Graciliano Ramos, Jorge Edwards dentre os segundos. A literatura é essencial nessa construção de uma memória própria porque é a manifestação cultural menos atingida pelos processos de alienação conduzidos desde o mundo das comunicações. A pluralização das sociedades latino-americanas, com diversas variedades e matizes da sociedade “*criolla*”, definiu um universo que não parou de se expandir, modificado por inúmeras imigrações e pelos efeitos retrospectivos das emigrações de latino-americanos. Resultou na descoberta de uma antropologia própria, não derivada da visão norte-americana, com a conseqüente revelação da pluralidade americana. A tecnificação da ciência social, com sua redução de memória, torna-se uma barreira para uma unificação da cultura civilizacional.

Limites da teoria

A teoria social tem sempre um componente de universalidade e outro de particularidade compreendendo a capacidade de generalização fornecida pela razão consciente e especificidade do fundamento histórico. Essa universalidade controlada define um território e um limite, que se ampliam ou reduzem refletindo ganhos de consistência e crises nos alicerces do corpo teórico. A percepção dos limites da teoria é um dado essencial da capacidade de crítica com que ela é trabalhada. Os limites são externos e internos, de sua abrangência e de sua reflexividade. E é essa introspecção que define sua responsabilidade.

Se a teoria social carrega responsabilidade, não tem por que reconhecer limites externamente postos, mas não tem como evitar limites internos, isto é, de sua própria capacidade de teorizar. Tal capacidade decorre do poder de refletir, que é o de sintetizar experiência e cultura. Encontra-se, portanto, com a reflexividade do conhecimento histórico que permite desenvolver comparações.

A questão de limites do poder explicativo da teoria se apresenta de qualquer modo na relação entre os limites da percepção dos problemas sociais e os limites da teoria que está restrita ao horizonte de experiências efetivamente processadas pela reflexão teórica. O limite será sempre móvel, mas decorre de situações reais, da realidade da reflexão teórica que se debate entre formalização e crítica. A linha do limite é a da autoconsciência, que descobre a realidade como problema no mesmo movimento pelo qual se descobre. A modernização destapou o sujeito como entidade problema: é preciso estabelecer quem planeja o trabalho e quem realiza os diversos trabalhos. Cujo desenvolvimento, entretanto, está bloqueado entre os recursos do individualismo e os de coletivos nebulosos.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA ANÁLISE HISTÓRICA

A primeira implicação da análise em perspectiva histórica é que o tempo e o espaço têm que ser colocados em processos em curso, isto é, que são variáveis dinâmicas. Os processos sociais acontecem em lapsos de tempo específicos, isto é, começam em algum momento e terminam ou se transformam em algum outro momento. Acontecem em espaços definidos. Os processos sociais acontecem em condições de tempo postas pela natureza, como em períodos de aquecimento ou de esfriamento, têm efeitos acumulativos como de poluição dos oceanos, de desmatamento, ou desflorestamento. As condições espaciais também têm efeitos internos, tal como ocorre com o padrão territorial do povoamento e com os movimentos migratórios. Assim, situar historicamente os processos sociais implica em tomar em conta os movimentos gerais em curso na economia e na política.

Torna-se, portanto, necessário um esclarecimento sobre as escalas de tempo com que se trabalha. As ciências sociais, em geral, fazem caso omissis desse problema, o que é o mesmo que assumir que se trabalha com uma escala única de tempo. É uma simplificação inaceitável porque, em cada momento, coincidem os efeitos de diferentes escalas de tempo. Eventos de vulcanismo, furacões, enchentes como parte de uma escala geológica de tempo que

coincide com a escala social de tempo, em que variam as expectativas de vida e as tendências de natalidade e de mortalidade.

As referências espaço-temporais respondem pelas condições de comparação, identificando-se semelhanças e diferenças entre processos aparentemente locais, que se descobrem ser semelhantes a outros até em outros continentes. São os casos, por exemplo, de lavouras que utilizam queimadas, ou modos semelhantes de irrigação, em padrões semelhantes de urbanização. A comparação é a base do raciocínio científico que precisa relativizar a importância de cada fenômeno e situar seu significado social. O assentamento de 500 famílias no meio rural brasileiro pode ser insignificante e decisivo em uma pequena região.

Com essas referências, a análise em perspectiva histórica precisa considerar efeitos diretos e indiretos, imediatos e mediatos. Em economia, isso significa considerar os efeitos de multiplicador e de acelerador, entendendo que esses mecanismos têm efeitos finais acumulativos de transformação do sistema produtivo. É uma análise que se realiza em ambientes historicamente concretos, pelo que precisa esclarecer quem seja seu sujeito e seu objeto, quem analisa, já que todos eventos são perpetrados por algum agente social específico. Assim os circuitos sociais incidem de algum modo sobre a estruturação social. Implica em reconhecer a polarização de interesses no plano econômico, que finalmente é o fundamento da formação das classes sociais.

Tal polarização, além disso, alarga-se e aprofunda levada pela tecnificação da produção, com a ampliação do setor improdutivo e o aumento do controle ideológico pela grande mídia.

É o mecanismo que permite ao grande capital ampliar seu raio de ação pelo bloco de poder. As teorias sobre biopoder não tratam dessa recomposição abstrata do capital que precisa encontrar soluções operativas para seu componente especulativo. É a revolução do capital imaterial, que se realiza nos centros mundiais da acumulação. As redes de comando do sistema mudam constantemente porque têm que acompanhar a fluidez do mercado. O papel das periferias torna-se flutuante em função desse

mercado em que variam as funções da comercialização real de bens e serviços e da mobilização especulativa. Essa última ganha novos modos operativos antecipando-se à produção e ao consumo. Assim, como esse sistema opera seguindo as linhas dos interesses do grande capital, trabalhar na perspectiva dos países periféricos dependentes constitui um encargo adicional, dadas relações extrainstitucionais de movimentos de pessoas e empresas.

As condições de estruturação social têm que ser tratadas com o mesmo critério de significância. Por exemplo, mudanças na composição dos moradores de bairros de classe média podem ser insignificantes comparadas com transferência de grupos de classe média para bairros populares.

A análise histórica traz uma diferença essencial com a não histórica ou mecanicista pelo papel que atribui à composição social e à composição técnica do sistema produtivo. É um dos grandes achados de Marx com sua teoria da composição do capital. Crescimento e logo desenvolvimento são movimentos que se realizam por meio de mudanças irreversíveis de composição. O reconhecimento da importância das mudanças de composição modifica a explicação da urbanização afetada pelo desemprego e pelo conflito entre movimentos induzidos pela urbanização desigual dos grandes capitais e pela urbanização defensiva dos setores de baixa renda. Na prática, esses movimentos se realizam sob a pressão do desemprego e do controle das oportunidades de trabalho por parte do sistema de poder espúrio. É a dinâmica perversa da sustentação da desigualdade. Caem por terra teorias do atraso relativo e de estabilidade do sistema desigual que se autodestrói na pobreza e no atraso tecnológico.

Demonstra-se assim porque a análise social não pode ficar restrita a expor como os fenômenos acontecem, mas deve ir às suas causas e ao modo como esses fenômenos se traduzem em benefícios. Relações de causalidade e interesses distinguem as análises das aparências das dos processos essenciais. O foco no essencial significa o descarte do irrelevante e do meramente descritivo. Por isso, traduz-se em seleção dos temas e das abordagens.

A análise histórica tem a capacidade de reagir à tendência geral à alienação. O foco no essencial tem consequências em qualquer estudo porque leva a romper com as aparências, ir além dos dados imediatos da realidade.

O PESO HISTÓRICO DA PRÁXIS

A práxis como composição social

Práxis é o conjunto das atividades socialmente necessárias, compreendendo atividades físicas e intelectuais. Atividades socialmente necessárias são aquelas que respondem pela reprodução da sociedade. A questão com a práxis é que o homem só sobrevive por meio de um conjunto de atividades que abrangem desde as domésticas às públicas, que resolvem sua sobrevivência e entranham condições de poder. Não se pode pensar em uma práxis genérica de relações genéricas de poder entre um capital abstrato e um trabalho abstrato representando um coletivo indiferenciado de trabalhadores. Pelo contrário, a práxis é a representação de situações concretas de trabalho em que pessoas desempenham os interesses do capital e outros dos trabalhadores. Há uma composição social dos interesses dos capitais e outra dos interesses dos diversos trabalhadores. Descobre-se que a práxis atual é o produto de um processo de trabalho que resultou em formação de capital e em qualificação dos trabalhadores, em que o valor do capital acumulado se esvai e a qualificação dos trabalhadores se perde com as mudanças do capital. O processo civilizacional de

desenvolvimento se realiza por meio de um aperfeiçoamento qualitativo que supera formas de produção e condições de trabalho. A categoria composição entra no campo da teoria social como representação dos aspectos qualitativos da práxis.

A práxis fundante

No começo, era o trabalho. O homem conquista sua identidade pelo trabalho que resolve sua sobrevivência. O trabalho como atividade deliberada surge sempre com alguma qualificação e algum ajuste entre a qualificação e o modo de usá-la. Prometeu surge de sua vocação para a práxis. No campo social, sempre se passa de uma situação prática a outra em que cada condição de operacionalidade presume qualificações das pessoas e condições organizacionais e ideológicas de sua participação no sistema socioprodutivo e no do consumo. O comércio é o primeiro meio de comparação da variedade das práticas que serve como identificação do capital criando uma civilização material como diz Braudel para descrever a cultura do lucro mercantil⁹¹. A absorção pela sociedade da produção mercantil significou um determinado conjunto de competências técnicas e de adesões aos padrões culturais associados a elas, tanto no que corresponde aos circuitos culturais dos comerciantes como dos trabalhadores qualificados, semiquilificados e não qualificados. É no campo da práxis que surge o valor como potencial e como realização. Há sempre transferências de competência de sociedades mais experientes às menos experientes, por expansão de negócios ou pelo velho mecanismo da imitação. As práticas se renovam pelo simples mecanismo de cópia não autorizada. A compreensão de que o sistema produtivo é uma progressão de práticas interdependentes significa que o processo de produção é uma manifestação prática de um

91 Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVII, Os jogos das trocas*, 2 vols. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

conhecimento teórico recuperado pela sociedade como teoria. Surge a necessidade de uma teoria que explique a organicidade das práticas. Finalmente, a cultura mercantil dá lugar à unificação técnica da indústria que inverte o processo do comércio ao se organizar a partir do produto final. Nesses termos, a teoria da economia industrial não é mais que uma aplicação de princípios gerais de economia às condições específicas da produção fabril.

A teoria social tem que ser pensada como uma teoria da práxis porque precisa se consolidar como pensamento da realidade social a qual por sua vez é inseparável de sua própria formação. O projeto de interpretação do real elaborado por Hegel⁹² parece ser uma das balizas da definição por Marx de uma ciência social que deriva sua validade de uma revisão constante da história. Essa leitura crítica da história é o modo de libertação da lógica da dominação. As alegações acerca da formação de uma produção pré-capitalista, na Europa pós-medieval, ilustram como as condições de vida ambiente seriam predeterminantes dos rumos do pensamento social. Paralelamente, a continuidade da produção pré-capitalista, na América, significa que o capitalismo não se estendeu a todos os espaços sociais e que se vive uma composição de situações essencialmente diversas sem garantia alguma que se unifiquem. A teoria dos Fisiocratas procura socorrer a monarquia internamente desgastada pelos excessos do absolutismo. Assim Schumpeter queria salvar o Império Austro-Húngaro e Keynes pretendia proteger o Império Britânico. Cada uma dessas teorias corresponde a um determinado conjunto de condições práticas de funcionamento englobando os modos e formas de trabalho e os de gerir os capitais.

A práxis é a realidade da vida social enquanto constituída de uma pluralidade de formas interdependentes de trabalho, desde cuidar do próprio corpo a produzir obras de arte. É a totalidade do trabalhar que compreende o que é feito como parte do sistema produtivo e o que se faz de modo gratuito. A valoração do

92 G.W.F. Hegel, *Filosofia real*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

trabalho reflete a perspectiva da classe dominante. A produção siderúrgica e a confecção de estatuetas como lazer sem esquecer que as atividades de lazer, muitas vezes, inspiram inovações no mundo da produção. O conceito de práxis abrange a universalidade atual com sua fundamentação em trabalho anterior. Como explicar a destreza de um pianista sem seus anos de estudo? Como explicar a precisão do trabalho de uma tapeceira sem seus anos de prática? A complexidade da práxis emana de que o trabalho atual tem subsumido trabalho anterior pelo que a dinâmica do trabalho flui em contraposição à do capital.

O objeto da teoria social é a vida social que se apresenta por meio de sua materialização em práticas. A trajetória da formação desse universo de práticas resume a experiência dos grupos integrantes da sociedade. As experiências dos grupos de proprietários de terras, de comerciantes, de operários, de trabalhadores autônomos, de funcionários públicos são incomparáveis, mas compõem um conjunto que tem linhas de semelhança com outras sociedades que tampouco são idênticas, mas têm margens significativas de comparabilidade. O conjunto das práticas de hoje de cada sociedade é a síntese de modos de fazer as coisas. Operários chineses que constroem um aeroporto, na África, deixam a experiência técnica, mas não a experiência cultural da construção.

Cabe distinguir dois mecanismos de transformação das práticas que são substituição de repetição mecânica por práticas reflexivas e a troca de experiências. Práticas reflexivas são aquelas que são processadas culturalmente. O significado social da práxis muda segundo a internalização de práticas reflexivas que podem fundamentar teorias. O grande movimento de atualização técnica da sociedade em geral se realiza por meio da apropriação de capacidade reflexiva e de sua transferência ao sistema produtivo. A síntese desse movimento em qualificação do trabalho é onde ele se converte em mecanismo de poder. Como a qualificação dos trabalhadores é fluida ou variante, é a capacidade da sociedade para gravar ou reter a experiência histórica que lhe permite tratar de modo reflexivo com a atualidade.

A reflexividade da práxis

Historicamente, a práxis é um grande conjunto de atividades interligadas, por isso interativas, cujos componentes se articulam de modos diretos visíveis e indiretos pouco visíveis. Compreende o trabalho realizado sob coerção e o espontâneo. É fácil perceber como o modo de produzir aço afeta a produção de bens de consumo, mas não é igualmente evidente como o modo de ensinar matemática pode contribuir para formar estudantes repetitivos ou o modo de ensinar história pode ajudar na formação de intelectuais subalternizados. Mas o modo de ensinar história afeta a ideologia das forças armadas, a diplomacia e até mesmo a condução das empresas.

O enigma da práxis é o acúmulo de trabalho anterior e de sua correspondente valorização, que dão o significado do trabalho atual. A reflexividade da práxis é um processo coletivo incorporado, tal como o hábito de tocar piano em alguns países e sanfona em outros. Por trás da construção das pirâmides, há o processo da construção desde as mastabas. A qualificação da cirurgia de hoje resume uma progressão de práticas em que a incorporação de instrumentos específicos responde a indicações da experiência das operadoras. Em cada ponto momento, a práxis é síntese da experiência de um determinado intervalo de tempo, pelo que pode ser comparável com a de outros intervalos de tempo específicos. A atual invasão silenciosa da Europa por africanos pode ser comparada com a do Império Romano por germanos. Com seu poder de representação de condições operacionais do capital, a práxis representa o que há de específico na interdependência entre os diversos trabalhos que são concomitantes em uma sociedade. Daí surge que as práticas jamais serão exatamente as mesmas e que serão uma coleção de ações individuais.

Em tais condições, quem duvidaria que o enigma da práxis é a complexidade das interdependências das práticas que constituem relações necessárias do sistema produtivo e que se organizam por grupos sociais e níveis de tecnologia. Volta-se à relação entre o

que é socialmente necessário e a liberdade individual. Os rituais da produção são modos de sacralizar o cotidiano em sociedades primitivas. De modo equivalente, o modo de ligar as atividades produtivas a confrarias e demais entidades são modos de valorizar atividades corriqueiras. A seguir é a impossibilidade de que a composição de práticas seja sempre a mesma. Em vez de ver as práticas como uma coleção de individualidades, é preciso reconhecer que o significado de cada prática surge de sua posição na práxis.

Há inter-relações que são necessárias à sustentação e reprodução dos sistemas e outras que podem ser eventuais ou transitórias cuja supressão não afetaria a sustentação do sistema tal como o hábito de realizar lutas de cães. Quando falhou a articulação entre a produção rural e o sistema político, Roma perdeu a capacidade de manter a iniciativa militar e tornou-se uma potência defensiva, começando seu declínio. Quando se desmontou a articulação entre a administração colonial britânica na Índia e a formação de uma burguesia nacional, criada pelo próprio império, a independência tornou-se inevitável. Essa nova burguesia, que passou a absorver as práticas tecnológicas e a ideologia da burguesia afluente ocidental, construiu seu próprio modelo de dominação interna. No mundo que emergiu da Segunda Guerra Mundial, os problemas de dominação interna foram resolvidos basicamente mediante controle do emprego que em médio prazo levou à diluição do poder dos sindicatos. O grande projeto imperial ultramoderno visualizado como biopoder por Foucault e Negri e o grande controle internalizado pelos dominados que se encarregam de reabastecer a dominação, compreendem uma mistura original de desnacionalização de seus quadros e ilusão de internacionalidade, a serviço dessa grande nacionalidade irradiada. Um poder metastático que já se irradiou na vida privada e apresenta o controle como virtude.

Na América Latina, os movimentos de modernização resultaram, primeiro, da absorção da ideologia e da tecnologia da revolução industrial britânica e depois da modernização

norte-americana, com diferentes efeitos na difusão de modos burgueses na administração, na economia e na política com modos de articulação internacional mais pluralizados. Os modos de modernização permitiram uma diversificação mais irradiada, cujos efeitos atingem camadas populares mais amplas. O formato político geral de democracia corresponde a diferentes condições históricas de articulação da práxis política com a econômica.

O descaminho da ciência social com a práxis veio de sua opção por tudo que é imediato e que é aparente, que seria o caminho seguro para uma ciência empírica. Do mesmo modo que um médico que tratou mil casos de alergia sabe mais que outro que tratou apenas cinquenta, uma pesquisa sobre os efeitos positivos da educação na renda de profissionais será mais confiável sobre maior número de casos. A análise empírica quantificada será o único fundamento seguro dos estudos sociais. A quantificação desembocará na construção de modelos comportamentais e será preciso esclarecer se vamos cair nas simplificações de Pavlov, de Watson ou de Skinner e se vamos chegar à separação entre ciência e ética que serve aos torturadores ou às empresas que se especializaram no controle genético dos alimentos. A resposta está na composição histórica da práxis, cujos componentes foram desenvolvidos pela sociedade carregando a memória da experiência.

A ciência social trata com conjuntos historicamente constituídos cujos desdobramentos podem ser previsíveis como o de uma árvore em crescimento ou imprevisíveis como o rizoma de Deleuze que pode estar representado por uma raiz de gengibre. A diferença é a criatividade do trabalho reflexivo que pode empreender suas próprias mudanças tal como Picasso mudou de fases de sua pintura ou como a aparente continuidade da pintura de Velásquez representa um movimento incorporado de transformação. Neste sentido, a práxis representa as potencialidades na sociedade moderna com sua capacidade de se autorrenovar tal como aconteceu quando Picasso resolveu recriar o quadro “As meninas” de Velásquez. A autorrenovação não necessariamente é igual à autopreservação. Nada nas sonatas de Beethoven determina

a estrutura sonora de seus quartetos finais nem nada no scherzo n.1 de Chopin antecipa a complexidade do scherzo n.3. A renovação da produção industrial pode ser mais ou menos destruidora de recursos humanos e não só de recursos físicos. Mas, ao contrário da arte, ela funciona como um fator de repetição como uma negação da criatividade que está materializada na mesmidade dos produtos finais. Tipos de produtos que se diferenciam em uma tabela de qualidade e preço, mas que são idênticos em cada grupo como uma caneta Montblanc ou um relógio Rolex. Neste caso, aponta-se claramente aos custos sociais em desemprego causados pela automatização das indústrias e dos bancos. Torna-se, portanto, necessário refletir sobre a práxis industrial como o mecanismo por excelência da destruição necessária. A ilusão da eficiência se descobre, quando ela toma a forma de produtos que não são comprados e deixam de ser comprados. A sabedoria do consumidor estará em não se apegar a carro algum nem a computador algum, já que esse apego é contraditório com a lógica da indústria. Os movimentos de defesa dos consumidores constituem contradições do processo geral do capital. No entanto, esse é o grande perigo latente da reprodução do sistema que depende da consciência dos interesses dos consumidores. Se o consumo é visto na perspectiva das pessoas em vez das empresas, substitui-se um princípio de egoísmo por outro, mas em um movimento contraditório com a reprodução do capital.

ULTRAPASSANDO A RIGIDEZ DO MÉTODO

Vimos que o método se forma em resposta a determinados desafios de problemas, mas que uma vez constituído como regra do pensar, adquire uma formalização que não fizera parte dos objetivos iniciais da reflexão teórica. A construção do método acompanha os movimentos de formação e de degradação na vida política. Progressão ideológica e apropriação oportunista. Esse é o problema que se cristaliza na etapa inicial do pensamento social, isto é, quando a formalização da lógica medieval transformou as regras de encaminhamento da reflexão teórica em dogmas disciplinares. As reivindicações da intuição, desde Pascal a Voltaire, são fundadas em escolhas de temas necessários. Se o que dá identidade à teoria social é o reconhecimento dos temas realmente importantes, são esses primeiros contestadores da colonização que levantam a essencialidade da exploração. Uma vez identificada essa grande contradição entre uma ética universalizada e supostos iguais, surge a duplicidade da ética entre não iguais ou entre duas categorias de iguais. Com a colonização, é inevitável pensar que o pensamento social tem que incorporar a desigualdade como categoria da vida social moderna, presente nos movimentos de transformação do mundo social.

Esse seria o ponto de partida de uma agenda da teoria historicamente relevante. Desigualdade não é apenas um tema, mas uma característica do sistema baseado em concentração do capital e em desigualdade na distribuição da renda. Mudanças na composição da renda, obtida no sistema produtivo ou no circuito especulativo, alteram o modo de reagir do sistema do capital à emergência ou ao afundamento de grupos sociais.

O problema de método agora se coloca como de um modo de descobrir as articulações entre os processos pretéritos e os futuros com as condições materiais de vida e as correspondentes condições institucionais e ideológicas. As condições de individualidade e alienação são partes dessa condição. Verifica-se a necessidade de determinar quais informações produzir antes de decidir quais dados coletar ou sobre como tratar os dados disponíveis. A expressão dados é reveladora. É o que já está codificado por algum critério que nem sempre está disponível e que não necessariamente é o melhor para fazer falar as informações. Por exemplo, se correlações entre educação e renda são feitas por grupos de idade, podem ocultar os deslocamentos de posição entre gerações. O princípio conceitual de inquisição que determina a busca de informações é o mesmo que parte de alguma pergunta fundamental que se irradia no processo intelectual de esclarecimento. A capacidade de perguntar é a principal indicação de um pensamento reflexivo capaz de mudar a compreensão da realidade. Nesse caso, progredir é sempre retroceder aos fundamentos, conceber perguntas sobre a genética dos problemas como modo de explicação de sua forma atual. O núcleo essencial do método, portanto, não só consiste em descobrir as contradições essenciais que movem o processo como se remete à cadeia de relações causais incorporada nessas contradições. A dialética, no campo social, revela-se no jogo entre a imanência dos processos e sua difusão além de seu momento e de seu local iniciais. Assim como a pressão por moradia se dissipa quando as pessoas encontram onde morar, ela se reconcentra quando convergem migrantes em uma dada cidade. No campo social, a dissipação de energia pode

inviabilizar um determinado sistema, mas não significa que se esgota.

No movimento geral de modernização industrial e de urbanização, gestam-se diversos processos convergentes com esse sentido de finalidade e outros que são dispersivos ou contraditórios com eles. O processo de emprego é essencialmente contraditório, como também o da educação. Grande parte do emprego que se cria é à custa de desemprego e grande parte do que se ensina é completamente inútil ou prejudica a formação dos alunos com falsas ideias e simplificações intencionais. A presunção de que desaparecem as classes sociais com o declínio do emprego regular é tão superficial como supor que a discriminação étnica não é um problema de classes, ou ainda que as relações de classes desaparecem no individualismo do ambiente social do capitalismo avançado. Seria impraticável percorrer de volta as ambiguidades e os falseamentos que são momentaneamente apresentados como necessários no desenrolar dialético das contradições nas relações entre capital e trabalho. Aquela pergunta fundamental que apareceu no início da reflexão sobre a socialização do capitalismo.

A capacidade de reconstruir a pergunta inicial como se ela fosse completamente nova decorre do desenvolvimento do uso sistemático e educado da intuição que finalmente é a prática da ciência.

Essas qualificações passam a dinamizar uma crise na teleologia da ciência social, que é a expressão que foi utilizada por Gunnar Myrdal para estigmatizar a ciência superficial por vocação do ocidente hegemônico. É uma escolha radical entre uma ciência guiada por procedimentos metodológicos e outra que questiona os rumos indicados pelas opções de tema e de modo de trabalhar.

Na revisão dos temas que motivam a ciência social, encontra-se que há elementos antigos e novos que foram amalgamados pela sociedade industrial. As transformações que perpassam o tecido das relações sociais abrangem desde os problemas fundamentais de sobrevivência até os mais complexos de dimensionamento do

poder nas sociedades industriais avançadas. É ilusório pensar que há um contexto de classes nas sociedades avançadas diferente das demais, porque os processos de alienação se difundem entre umas e outras e a repetição de práticas imperialistas desmascara o avanço que podem ter as sociedades centrais do capitalismo. Tais transformações envolvem os componentes estruturados e os mais turbulentos de mudanças em curso, resultando em situações surpreendentes de articulação entre antigo e moderno, entre tradição e inovação. Por exemplo, maior apego a práticas tradicionais em países europeus que nas Américas e valorização de tradições do escravismo como estratégia de defesa de identidade de ex-escravos. É nesse quadro desigual de transformações que se define a agenda da ciência social. Discutir os problemas mais imperativos da atualidade em geral ou optar por uma problemática local mais facilmente reconhecível pelos próprios estudiosos. Insistir na crítica reconstrutiva dos fundamentos conceituais da ciência ou aceitar os riscos da superficialidade. A temática do desenvolvimento tem essa capacidade de representar o sistema socioprodutivo como um conjunto em constante transformação, por isso que pode ser visto por meio das transformações em sua situação histórica com suas contradições.

Ao reconhecer que o mundo social passa por constantes alterações e que suas mudanças não necessariamente são as que se desejariam, verifica-se que os questionamentos acerca das mudanças são essenciais e antecedem quaisquer outras determinações de um rumo do pensamento teórico. Em consequência, o problema de método é o mesmo da dinâmica social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **La metacrítica del conocimiento**. Caracas. Monte Avila. 1970.

ADORNO, T.; POPPER, K. **La disputa del positivismo**. Barcelona. Grijalbo. 1967.

ALTHUSSER, Louis. **O conteúdo em Hegel**. Paris. Stockmec. 1994.

ARISTÓTELES. **OBRAS**. Madrid. Aguilar. 1968.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso del método**. Mexico. Porrúa. 1984.

DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. **Hegel, Husserl, Heidegger**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARTMANN, Nicolai. **La filosofía del idealismo alemán. 2 vols.** Buenos Aires. Ed. Sudamericana. 1960.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito.** Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, Gyorgy. **El asalto a la razón.** Mexico. Fondo de Cultura Económica. 1959.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social.** 3 vols. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse.** 2 vols. México. Fondo de Cultura Económica. 1985.

MARX, Karl. **El capital.** 3 vols. México. Fondo de Cultura Económica. 1956.

MÉSZAROS, István. **Estrutura social e formas de consciência.** 2 vols. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZAROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MYRDAL, Gunnar. **Asian Drama. 3 vols.** New Yoirk. Random House. 1968.

PLATÓN. **Diálogos. 2 vols.** Paris. Plèiade. 2004.

RUSSELL, Bertrand. **An inquiry into meaning and truth.** Londres. Penguin. 1974.

SARTRE, Jean-Paul. **Critique de la raison dialectique.** Paris. NRF. 1960.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Jefferson Ricardo Lima
Revisão Linguística e Normalização	Elizete Amaral de Medeiros
Tipologias utilizadas	Scrivano 14/16pt Noto Serif 12/14 pt Adobe Caslon Pro 12/14pt
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	10,5 x 16,8 cm

A polaridade entre a percepção dos grupos de muitos ricos, que representam o grande capital e dos numerosos grupos de baixa renda integrados nas categorias de operários e de trabalhadores autônomos, torna-se um dado essencial dessa sociedade submetida às condições de mobilidade e de precariedade dos grupos que dependem de rendas incertas. Surgiram formas de organização das camadas populares que constituem um contrapoder do sistema de dominação e que se impõem como forças políticas. A incerteza de renda equivale à precariedade das posições na composição da renda. A teoria social enfrenta um juízo por suas insuficiências e outro por sua origem espúria. Sua pertinência ou sua relevância dependerão de sua capacidade para tratar com os principais problemas de época. A agenda da ciência social deve absorver as linhas de tensão geradas pelas transformações do mundo social.



ISBN 978-85-7879-838-3

